

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2017-2021** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM TREZE DE**
NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO -----
----- **ATA NÚMERO QUARENTA E DOIS** -----

----- Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Lopes, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares

de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Susana Maria da Costa Guimarães, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Ana Margarida Mota Vieira da Siva de Morais, Maria Capitolina Saraiva de Almeida Marques, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Mário Nelson Morais Freitas e Nuno Miguel Mendes Firmo. -----
----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----
----- Fábio Martins de Sousa.-----
----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----
----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----
----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----
----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----
----- Sofia Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Capitolina Marques.-----
----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais.-----
----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -
----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----
----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista.-----
----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----
----- Paulo Jorge Velez Muacho (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira.-----
----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva e Rui Franco.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Ana Jara, Nuno Correia da Silva e Nuno Rocha Correia. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Vamos dar início aos nossos trabalhos, hoje como temos o Debate Temático a partir das cinco e meia, era bom que esta primeira parte da Reunião pudesse decorrer nos tempos previstos, e não temos intervenção do público agora porque temos a intervenção do público a seguir no Debate Temático até ao número maior de inscrições, isso foi devidamente informado. -----

----- Entretanto tenho algumas informações que tenho que dar aos Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, que o Senhor Deputado Hugo Miguel Mateus Gaspar tinha o Mandato suspenso desde o dia 14 de novembro, por um período de trezentos e sessenta e cinco dias, solicitou regresso antecipado, para o dia 12 de novembro, portanto seja bem-vindo, e muito bem reassume as suas funções, e nesta data naturalmente cessam os poderes da Deputada Municipal Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, que estava a exercer o Mandato em regime de substituição, isto tem que ficar registado na ata de hoje. -----

----- Também queria dar-vos a informação, relativamente ao painel de Oradores, para o debate de hoje à tarde. -----

----- Eu tive propostas dos vários Grupos Municipais de pessoas para convidar, felizmente com muito boa aceitação em praticamente em todos os convites, não consegui confirmar a Senhora Secretária de Estado do Turismo, que poderá vir eventualmente à Segunda Sessão, e não consegui confirmar o Senhor Presidente do Turismo de Portugal, nem para esta nem para a próxima, mas estará em sua substituição o Presidente da Região de Turismo de Lisboa, Doutor Vítor Costa. -----

----- As outras pessoas convidadas faziam parte das propostas dos vários partidos, e vou só apenas dizer os nomes, porque eles não foram colocados na Convocatória, porque na altura ainda não tinha as confirmações é: a Doutora Vera Gouveia Barros, que é Economista, Especialista em Turismo, o Professor Paulo Teixeira de Moraes, que é Professor na Universidade Portucalense, o Doutor Luís Mendes, Geógrafo, que é Licenciado em Geografia e Mestre em Estudos Urbanos e é do “Movimento Morar em Lisboa”, o Arquiteto Manuel Salgado em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Arquiteto Luís Vilhena que é Deputado na Assembleia da República do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e foi o principal Redator da Nova Legislação sobre o Alojamento Local e o Presidente da Região de Turismo de Lisboa Vítor Costa. -----

----- O Presidente será nesta Primeira Sessão do Debate Temático, o Deputado Municipal Pedro Cegonho, que é Presidente da 2ª Comissão da Assembleia e os

Relatores serão: o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT e a Senhora Deputada Carla Madeira do Partido Socialista.-----

----- Informar também que a inscrição dos Deputados, como sabem são quatro painéis, quatro tempos digamos assim da Sessão, o último tempo entre as oito e as oito e meia, é o que está previsto é para três minutos para cada Grupo Municipal ou para os Deputados Independentes.-----

----- As inscrições serão feitas na Mesa de inscrição de Oradores é mais simples, porque está aqui a Mesa que está a presidir à Sessão, é a Mesa do Doutor Pedro Cegonho e dos nossos convidados, portanto não é muito prático estar a fazer telefonemas para a Mesa, e portanto serão recolhidas as inscrições pelo Arquiteto Pedro Formosinho Sanchez na Mesa das inscrições, pela ordem que elas forem chegando.-----

----- Portanto era isto que tinha para vos dizer.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1- APROVAÇÃO DA ATA Nº 27 DE 26.06.2018;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, vamos então começar, temos em primeiro lugar a Ata do dia 26 de junho.-----

----- Pergunto se algum Senhor Deputado quer intervir sobre esta ata?-----

----- Não há intervenções sobre a ata de 26 de junho, é ata número vinte e sete de 26 de junho.-----

----- Vamos pôr à votação.-----

----- Quem vota contra? Quem se abstém?-----

----- A Ata está aprovada por **unanimidade** não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes nesta Sessão.-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 27, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 27 Sessão Ordinária de Junho (1ª Reunião), realizada em vinte e seis de junho dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Augusto Miguel Gama (PS), Davide Amado (PS), Hugo Miguel Gaspar (PS), Maria Alexandra Torres (PS), Pedro Cegonho (PS), Maria Capitolina Almeida (PS), Ana Mateus (PSD), Nuno Firmo (PSD), Francisco José Rodrigues Santos (CDS-PP), João Maria Condeixa (CDS-PP), Maria Luísa Aldim (CDS-PP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Rui Pedro Costa Lopes (BE), Raúl da Silva Santos (MPT), Maria Helena Roseta (IND) e Carlos Manuel Teixeira (IND).-----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA N.º 402/CM/2018 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO) – APRECIACÃO PARA VOTAÇÃO FINAL DA PROPOSTA 402/CM/2018 – VERSÃO FINAL DO**

PLANO DE PORMENOR DO CASAL DO PINTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) Nº 1 DO ARTº 70 DO REGIMENTO E NO Nº 1 DO ARTIGO 90.ª DO DECRETO-LEI N.80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; (APROVADA NA GENERALIDADE EM PLENÁRIO DE 17 JULHO, BAIXOU À 3ª CP PARA ANÁLISE NA ESPECIALIDADE)-----

----- (A **Proposta nº 402/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- **Parecer da 3ª Comissão Permanente.**-----

----- (O **Parecer da 3ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 402/CM/2018** fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **Recomendação 042/01 (3ªCP)**-----

----- (A **Recomendação nº 042/01 (3ªCP)** relativa à **Proposta 402/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos entrar então na apreciação final da Proposta nº 402, que é a versão final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, vejo o Senhor Vereador Rui Franco na Mesa da Câmara, não sei se está em condições de apresentar esta proposta, ou se não está ninguém da Câmara para apresentar a proposta?-----

----- A proposta já foi apresentada aqui na generalidade, agora estamos apenas em fase de especialidade.-----

----- Se não temos indicação da Câmara para apresentar a proposta, eu vou desde já passar a palavra ao Relator que é o Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa.-----

----- O Senhor Deputado Relator se quiser usar da palavra para dar ou informar a Assembleia do Parecer da 3ª Comissão, sobre o Plano de Pormenor do Casal do Pinto, eu agradecia.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Rosa (PSD)**, no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Assembleia da Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Deputados Municipais.-----

----- Estamos hoje aqui para debater o parecer relativo à versão final da proposta do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, e é nessa qualidade de Deputado Relator que eu venho aqui de uma forma muito simples, só transcrever aqui as conclusões do mesmo.-----

----- Após o cumprimento das formalidades inerentes ao procedimento de elaboração do plano de pormenor e ao necessário período de discussão pública e participação, foi deliberado segundo a Assembleia Municipal a versão final deste plano de pormenor.-----

----- A aprovação deste documento fundamenta-se na necessidade de promover a regeneração urbana desta área da cidade contribuindo para a coesão social e valorização do território.-----

----- A Proposta nº402/2018 da Câmara Municipal de Lisboa, aprovada em Reunião do Executivo e que agora escrutinada por esta Comissão e pela AML contém todos os elementos legais necessários à elaboração de um Plano de Pormenor. -----

----- Das diligências efetuadas pela Comissão destacasse a audição do Vereador Manuel Salgado e o Diretor da DPU, Paulo Pais. -----

----- O momento em que foi apresentado aos Deputados este documento, e que resultou em várias perguntas aos responsáveis camarários. -----

----- Neste contexto verificou-se que foram cumpridos todos os procedimentos legais aplicáveis. -----

----- Concluiu-se que a proposta sob a qual incidiu o presente parecer estará em condições de ser debatida e votada em Plenário da Assembleia Municipal. -----

----- Também no final na 3ª Comissão, os Deputados entenderam fazer uma recomendação, e essa recomendação é a seguinte: -----

----- *“Aprovar a versão final da proposta do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, propondo ao Plenário da Assembleia que delibere recomendar à Câmara Municipal, que na futura elaboração dos elementos constituintes e de acompanhamento aos planos de pormenor e outros planos urbanísticos seja tida em conta, e quando assim seja explicitada, a estratégia municipal para adaptação às alterações climáticas, bem como dos futuros planos a que deem origem. -----*

----- *25 de outubro, a 3ª Comissão.” -----*

----- Obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Está apresentado então o Parecer da 3ª Comissão. -----

----- E agora vamos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vereador e Senhores Deputados. -----

----- De uma forma genérica, “Os Verdes” consideram que a Proposta nº 402/2018, que nos apresenta a versão final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, é uma proposta positiva e necessária para contrariar a degradação e o abandono desta zona da cidade, e cuja concretização se tem vindo a arrastar ao longo dos anos. -----

----- Temos apenas algumas questões a apontar. -----

----- Em primeiro lugar, os termos de referência deste plano são já de 2009, ou seja, têm praticamente dez anos e, com esta distância temporal alguns dos objetivos referidos já não correspondem inteiramente às necessidades e realidade atual devido às novas dinâmicas socioeconómicas que, entretanto, ocorreram. -----

----- Exemplo disso é o facto da alteração que houve na utilização da estação de comboios de Marvila. -----

----- Esta é também uma zona que apresenta uma grande necessidade de equipamentos, aliás a nível de creches públicas, por exemplo, a Freguesia do Beato é a que apresenta maior défice, e o que o Plano de Pormenor prevê, ou seja, apenas uma creche será, na nossa perspetiva, manifestamente insuficiente, pelo que a Câmara deverá dar especial atenção a esta necessidade da população e fazer adequar a oferta à procura. -----

----- Também sobre o estacionamento estão previstas algumas soluções, mas perante a enorme carência de estacionamento que existe naquela zona da cidade, a Autarquia deverá continuar a estudar outras soluções, para responder atempadamente a este problema e evitar a sua perpetuação ou agravamento. -----

----- Por fim, referir ainda que estamos de acordo com a Recomendação da 3ª Comissão, no sentido de, aquando da elaboração dos planos de pormenor ou outros planos urbanísticos, a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas ser tida em conta. -----

----- Aliás, já noutros Planos de Pormenor em discussão aqui na Assembleia Municipal “Os Verdes” alertaram para o facto de esta estratégia e outros instrumentos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas, deverem ser refletidos nos projetos a implementar, sob pena de termos um conjunto de boas intenções que de nada servem se não forem efetivamente implementadas. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Silvino Correia do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Silvino Correia (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Secretária. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados, público em geral.

----- Relativamente a esta proposta de Câmara do Plano Pormenor do Casal do Pinto cumpre-me dizer o seguinte. -----

----- A Freguesia do Beato encontra-se numa fase de mudança, mudança que se afigura muito positiva para os seus residentes, mas também para quem nos visita todos os dias. No entanto, a falta de infraestruturas neste território é por demais evidente, assim, a concretização do Plano de Pormenor do Casal do Pinto afigura-se essencial para a mudança desta realidade. -----

----- A execução deste Plano de Pormenor permitirá a construção de uma creche e infantário, equipamento em falta há mais de vinte anos, após a demolição do antigo Casal do Pinto, onde se encontrava em funcionamento uma creche gerida pela Santa Casa da Misericórdia e que servia de apoio às necessidades da população residente. -----

----- Este plano permitirá também a construção de um Centro de Dia para dar apoio à população mais idosa da freguesia, população que tem vindo a aumentar a par com o aumento da esperança média de vida e que merece todo o nosso carinho e dedicação. --

----- Outra questão premente na globalidade do território da Picheleira prende-se com a falta de estacionamento para os residentes. -----

----- Também esta questão foi considerada neste plano de pormenor, contemplando o mesmo a criação de um número considerável de lugares de estacionamento, número esse que foi possível ser aumentado, através da contribuição da Junta de Freguesia, durante o período de discussão pública. -----

----- A requalificação urbana possível de ser alcançada nesta área da cidade com a execução deste plano de pormenor, encontra-se traduzida na introdução de novos espaços públicos e constitui um ponto de união entre os diferentes bairros e núcleos envolventes, permite a ampliação do Bairro da Picheleira e a sua interligação quebrando barreiras físicas que se vão tornando mentais e transforma-se numa oportunidade para acentuar e valorizar as qualidades paisagísticas e ambientais do território. -----

----- Para a efetividade dessa requalificação, este plano prevê a instalação de uma praça no topo do vale onde se poderão desenvolver inúmeras atividades e eventos, de um miradouro onde será possível disfrutar de uma vista extraordinária e de um parque urbano com valências hortícolas, a par de campos e quadras de jogos informais onde a população poderá disfrutar dos benefícios da atividade física. -----

----- Poderemos assim finalmente dar respostas às solicitações que já são antigas da população. -----

----- Com este espaço público reabilitado, vai ser possível criar áreas para a população infantil, áreas para a concretização de eventos, novos arruamentos para ganhar novas acessibilidades, nova habitação tudo isto numa área que estava esquecida, permitindo assim criar uma nova centralidade na Freguesia do Beato. -----

----- A par da concretização deste plano, também se afigura essencial a concretização da ligação entre a Picheleira à Estrada de Chelas, reformulando as antigas Ruas do Sol e Ruas de Cima de Chelas, permitindo assim uma ligação rodoviária interna na freguesia. -----

----- Esta obra afigura-se ainda mais necessária, após o fecho pela REFER da passagem de nível do apeadeiro de Chelas. A execução desta ligação pela Rua do Sol deve assumir um caráter de prioridade, pois não concebemos que os residentes da Freguesia do Beato continuem a ser obrigados a deslocar-se através das freguesias vizinhas, para se deslocarem da zona da Picheleira para a zona ribeirinha da freguesia e vice-versa. -----

----- Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Vereador ou Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- A promessa deste plano de pormenor tem quase dez anos, o que faz com que a realidade apresentada esteja destorcida pelo tempo passado e o agravar de problemas.

----- Os termos de referência foram aprovados em 2009, e a proposta de modelo urbano foi aprovada em 2016. -----

----- Sendo positiva a ligação da Calçada da Picheleira ao outro lado da Freguesia Chelas e Madre de Deus, segundo o plano, as entradas para o interior do Casal do Pinto morrem todas no espaço verde que é criado, não se criando nessa zona dinâmicas suficientes que tenham atratividade. -----

----- A rede viária de atravessamento será possível devido à tipografia do terreno, o que se propõe é uma rede viária que contorne o vale e dê acesso às novas construções viárias existentes. -----

----- Na nossa opinião a atratividade é o espaço verde em si próprio, que inclui uma zona de hortas e uma zona de desporto informal e uma praça com equipamento de recreio infantil, sendo que os equipamentos previstos confinam com essa praça. -----

----- Ligação à Estrada de Chelas consideramos positivo o que está apresentado no plano nomeadamente a ligação da Calçada do Teixeira à Picheleira, no entanto deve se ter em conta a análise que feita na parte que respeita, interligando com a mobilidade e transportes está completamente desatualizada, uma vez que inclusivamente se fala na freguesia ser servido por uma estação apeadeiro ferroviária, que a CP encerrou há mais de quatro anos, com agravante de mais tarde ter encerrado a estação seguinte, Marvila. -----

----- Lembramos que apesar do PCP várias vezes ter exigido que a Câmara e a Junta negociassem com a CP a sua reabertura, isso não veio a acontecer. -----

----- Nas questões de mobilidade também não corresponde o que está escrito da Freguesia estar bem servida por transportes, pois para além do citado sobre a CP, o Metro tem diminuído a sua capacidade de resposta, e as estações têm menos condições, assim como a diminuição dos trajetos das carreiras da Carris, bem como os aumentos do tempo de espera, com mais agravante aos fins de semana aumentaram as dificuldades de mobilidade dentro da freguesia para fora e vice-versa, nesse sentido esta situação deve ser avaliada na execução do plano de pormenor. -----

----- Os equipamentos sociais que se preveem são manifestamente insuficientes, para além de a sua capacidade ser diminuta, falamos do centro de dia lar e da creche, tanto um como o outro equipamento não há além dos quarenta lugares. -----

----- Numa Freguesia, creio eu que terá sido acrescentado uma proposta da Junta de Freguesia. Uma Freguesia de predominância de idosos ter um centro de dia para trinta ou quarenta idosos, e mesmo o seu lar não ir além dos quarenta lugares não resolve problema nenhum nesta área. -----

----- O mesmo se pode dizer, ao falar da creche, contraria inclusive o argumento de criar habitação para aumentar a atratividade à Freguesia para casais mais jovens. -----

----- Se neste momento a falta de creches na Freguesia é um problema cadente, esta situação não resolve nenhum dos problemas e agrava o que existe. -----

----- Sobre habitação.-----

----- Não é suficiente dizer-nos que se prevê haver três tipos de habitação: social, privada e mista, conforme foi afirmado na Sessão.-----

----- Deve haver uma quantificação e em número que sirva a população mais desfavorecida da habitação social e em si mesmo definindo bem em que condições de arrendamento, para além, de alguma contenção da habitação privada para não alimentar a especulação imobiliária, uma vez que no Beato já se começa a ter a presença do fenómeno do chamado alojamento local.-----

----- Não há quantificação de fogos apenas percentagem de usos, 60% de habitação, outros usos vinte e 40% e em equipamentos 8%.-----

----- Estacionamento.-----

----- Apesar de se prever o número de lugares de estacionamento acima do previsto no PDM e os prédios preverem garagem os números são insuficientes tendo em conta os moradores previstos.-----

----- Se tivermos em conta que o estacionamento no Beato em geral e na zona da Picheleira em particular, tem-se vindo a agravar nos últimos tempos, estas propostas apontam não para soluções, mas para agravar o que existe.-----

----- A proposta que o PCP no Beato apresentou à Câmara acerca de dez anos, e na qual tem vindo a insistir daqui para cá, da construção de um silo em altura que servisse para estacionamento continua sem resposta, ou com argumentação do elevado custo da obra.-----

----- Quanto de facto resolveria grande parte e com uma perspectivas futura a este problema, isto tendo em conta que devido à natureza dos solos, se torna difícil ou mesmo impossível a construção em subterrâneo de um parque na mesma zona. É uma falsa solução apontar que a implementação da EMEL que vai dificultar a vida e honrar principalmente os moradores, não contribuindo para a solução, mas sim para o problema.-----

----- Comércio local....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, eu pedia para não haver ruído aí atrás.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É um plano de pormenor, não é uma coisinha que passa ali fora.-----

----- Comércio local é importante de facto para aquela zona, já aqui foi salientado.-----

----- Tendo em conta a revitalização e a dinamização daquela zona da freguesia, seria conveniente nos equipamentos a construir prever alguns espaços que pudessem vir a ser ocupados pelo pequeno comércio que tem sido bastante fustigado nos últimos anos, levando ao encerramento de muitos estabelecimentos.-----

----- Ao mesmo tempo deveria contemplar-se espaços para dinamização de atividades sociais, sendo positiva a criação de espaço verde e de equipamentos de lazer que se preveem, consideramos que faz falta um equipamento de carácter cultural com funções polivalentes, como animação da zona e dos seus moradores.-----

----- Pensamos que a Recomendação nº 042/01, com tanta matéria em avaliação podia ser mais efetiva e diversificada, apontando sobre propostas de matéria levantadas neste Plenário e na própria Comissão, eu próprio disponibilizei todos estes elementos à Comissão e acabaram por não serem utilizados. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, imprensa, público em geral. -----

----- Quando se refaz qualquer zona da cidade que se está a reabilitar, sobretudo em zonas de fraca consolidação, estamos de certa forma a cada projeto que fazemos, estamos a fazer cidade nova, cidade do futuro. -----

----- A urbanização do Casal Pinto é um bom exemplo disso, ou seja, é uma oportunidade para definir aquilo que queremos que seja a nova cidade de Lisboa, do Século XXI. -----

----- E por isso achamos que existem alguns pormenores, que podem e devem-se ser melhorados e atendidos na fase seguinte, na fase projeto e de obra. -----

----- Foi feita uma recomendação para que todos os planos, inclusivamente este fossem confrontados com a estratégia para as alterações climáticas, para adaptação, e essa confrontação é da maior importância para como já foi aqui dito, não seja apenas, uma estratégia de boas intenções, que depois não passam do papel. -----

----- Como se poderá ver no Debate sobre a Cidade, relativamente à arquitetura que brevemente ocorrerá, existem tendências, existem formas de ver e visualizar as novas cidades, que estão bastante afastadas daquilo que temos visto até agora, e portanto eu apelo que todos participem nesse debate, e que esse debate possa ter consequências para os vários projetos que têm sido aqui trazidos, seja do Casal do Pinto, seja dos terrenos da Feira Popular, seja do aterro da Boavista, portanto todos os planos que têm aqui vindo e que ainda não foram construídos, acho que deviam ser olhados com atenção, para que realmente haja uma coincidência de pensamento e ação relativamente à estratégia para adaptação às alterações climáticas. -----

----- Relativamente ao projeto em si, aquilo que normalmente é identificado, nós concordamos com a maior parte que já foi dito, tentar verificar aquilo que a população mais deseja relativamente a equipamentos, a melhoria dos transportes, fazer provavelmente já no novo modelo da Carris, criar novos acessos a esta urbanização, e portanto que isto tudo seja feito de uma forma integrada e também de alguma forma ouvindo a população. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. -----

----- Relativamente à proposta e à recomendação que hoje aqui apreciamos dizer que este plano de pormenor do Casal do Pinto, como já foi dito está na calha há vários anos é uma zona da cidade que claramente precisa de reabilitação e de um reordenamento urbanístico por forma também de responder às necessidades que aquela zona, que aquela área da cidade, aquela freguesia especificamente tem, nomeadamente na falta de um grande número de infraestruturas e de equipamentos que sirvam a população, sejam as creches, sejam outros, mas também equipamentos para usufruto cultural por exemplo também estão previstos, e portanto é importante que estejamos finalmente a finalizar de alguma forma a discussão deste plano. -----

----- Também referir, que isto também é referido também no relatório, o período de discussão pública acabou por ser importante para incluir algumas das questões que não estavam na proposta inicial, mas que de alguma forma foram incluídas depois de algumas alterações e da ponderação dessa participação pública, nomeadamente a questão do parque de estacionamento e de ver como é que se responde à necessidade de estacionamento que aquela freguesia em particular tem bastante, mas outras também que depois acabaram por ser incluídas e também a articulação que se fez com a Junta de Freguesia, que obviamente é sempre importante neste tipo de planos porque são quem mais diretamente tem a informação e conhecem a realidade. -----

----- Relativamente à recomendação sobre a necessidade para na futura elaboração de elementos constituintes e acompanhamento aos planos de pormenor, que seja tida em conta a estratégia municipal, para adaptação das alterações climáticas, obviamente que acompanhamos esta recomendação, é sempre, e cada vez mais deve ser uma preocupação a ter em qualquer tipo de medida pública que se tenha na cidade, ou até no país” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, não temos mais inscrições, também não foram colocadas questões para o Município responder, aliás, não tenho quem possa responder neste momento, mas já esclareci umas dúvidas que eu própria tinha aqui, com os técnicos da Direção Municipal de Urbanismo, que estão presentes. -----

----- E queria informar-vos que os documentos anexos que foram distribuídos aos Senhores Deputados com o Plano de Pormenor do Casal do Pinto, não correspondem aos que estão colocados no *site* e portanto eu irei promover a substituição dos que

estão no “*site*” da Assembleia Municipal pelos documentos finais, que estavam lá os anteriores, que não são os que nós estamos neste momento a apreciar. -----

----- Os que nós neste momento estamos a apreciar são os que foram distribuídos a todos os Senhores Deputados e que foi distribuído o CD, e esta razão tem a ver com o facto de, eu não estava aqui nestas funções, na altura que isto foi apreciado na generalidade, não fui eu que carreguei o “*site*” e agora ao retomar isto é que percebi que há aqui uma incongruência, mas não tem qualquer problema não afeta a nossa decisão, porque nós o que nos vamos pronunciar é sobre os documentos que foram distribuídos aos Senhores Deputados e aos Representantes, e os CD’s com toda a documentação.-----

----- E portanto o que nos é pedido neste momento é que aprovemos, um momento só, para ver exatamente os termos é que aprovemos a proposta de versão final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, nos termos da Lei. -----

----- E portanto vou pôr à votação esta Proposta n.º 402, já uma votação final, uma vez que não há propostas de alteração na especialidade, é já uma votação final, e vou pôr à votação, em votação final, a aprovação da Versão Final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto.”-----

----- **A Proposta n.º 402/CM/2018 foi aprovada por maioria** não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PPM, e votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 9 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Versão Final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto está aprovada com os votos da maioria, conforme foram expressos, e vai ser corrigido no *site* a informação dos elementos que compõem o plano. -----

----- Os elementos que compõem o plano só para vos lembrar: é o Regulamento, é a Planta de Implantação, é a Planta de condicionantes e é um anexo ao Regulamento que tem a zona com défice de estacionamento, são estes quatro documentos que compõem o plano, que nós acabamos de aprovar, através da Proposta n.º 402, e são estes quatro elementos que terão que ser depois publicados em Diário da República, para ser eficaz este plano.”-----

----- Senhores Deputados, depois disto temos a Recomendação n.º 42 da 3ª Comissão Permanente, que já foi aqui apresentada pelo Senhor Relator e foi defendida por alguns Senhores Deputados, e eu vou lembra-la. -----

----- “A 3ª Comissão propõe ao Plenário da Assembleia que delibere à Câmara Municipal que na futura elaboração dos elementos constituintes e de acompanhamento aos planos de pormenor e outros planos urbanísticos seja tida em conta, e quando assim explicitada, a estratégia municipal para adaptação às alterações climáticas, bem como dos futuros planos a que deem origem...” -----

----- Vou pôr à consideração esta recomendação.”-----

----- **A Recomendação n.º 042/1 – (3ª CP) foi aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está aprovada por unanimidade a recomendação e penso que com isso terminámos este ponto da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 042/02 RESULTANTE DO RELATÓRIO DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A VISITA À ESCOLA BÁSICA 1 – O LEÃO DE ARROIOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15ª DO REGIMENTO;**-----

----- (A Recomendação nº 042/02 (7ªCP) fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Entramos agora na Recomendação nº 42/02, é resultante do Relatório da 7ª Comissão Permanente de uma visita que fez à Escola Básica “O Leão de Arroios”, eu recorde que sobre esta escola básica já tinha havido uma Petição apreciada na Assembleia Municipal, aliás, o relatório da visita faz referência a essa deliberação, e à recomendação que foi aprovada na sequência dessa Petição, e retoma algumas matérias que continuam por resolver nesta escola.-----

----- A minha pergunta é neste momento à 7ª Comissão Permanente, nomeadamente, ao Senhor Relator João Valente Pires, se quer vir apresentar o relatório e a recomendação?-----

----- Há também, informar os Senhores Deputados, há também uma proposta do PCP, que adita algumas questões à recomendação, e portanto, o PCP nas suas intervenções naturalmente depois explicará essa sua proposta.-----

----- Iria portanto, dar a palavra ao Senhor Deputado Relator é o Senhor Deputado Valente Pires.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)**, no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- A visita à Escola “O Leão de Arroios” pela 7ª Comissão deveu-se à monitorização das condições de frequência dos estudantes e funcionários desta escola, bem como a apreciação da adequabilidade do espaço às atividades de índole pedagógico, formativo e lúdico, que decorrem nas instalações da escola, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em sede de Comissão, aquando do escrutínio da Petição nº16 de 2017.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, a educação básica é fundamental para o desenvolvimento harmonioso das crianças, e uma escola com as condições adequadas é essencial.-----

----- Uma escola que permita aprender, brincar e crescer, dignificando é função primordial da escola pública, formar cidadãos responsáveis, crianças felizes aprendem melhor, convivem melhor e tornam-se melhores cidadãos.-----

----- E a felicidade constrói-se também com boas escolas modernas e atuais.-----

----- Assim reiteramos as recomendações avançadas pela 7ª Comissão Permanente, para o equipamento em questão aprovadas em Sessão Plenária da Assembleia Municipal.-----

----- Que a Câmara Municipal de Lisboa exerça o seu magistério de influência para dotar a escola de assistentes operacionais em número correspondente às determinações da Portaria n.º 272-A/2017 que regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas.-----

----- Reparação ou substituição dos equipamentos existentes nas instalações sanitárias, incluindo a canalização e rede de esgotos.-----

----- Verificação da existência de infiltrações e humidades nos tetos e paredes do edifício.-----

----- Dotar a escola de quadros brancos e apetrechar as salas com equipamento informático e audiovisual.-----

----- Pintura interior e exterior de todos os edifícios da escola.-----

----- Alterar a entrada e saída da escola.-----

----- Empregar esforços no sentido de encontrar uma solução para o piso do recreio, uma vez que o existente é muito abrasivo.-----

----- Colocação de sinalização em frente à escola, com vista a permitir o acesso de crianças com necessidades educativas especiais.-----

----- Abertura de todos os espaços de recreio existentes na escola, de momento encerrados por falta de assistentes operacionais.-----

----- Face ao exposto solicita-se ainda a esta Assembleia Municipal que a Câmara Municipal de Lisboa possa reportar, de forma regular, sobre as diligências em curso para a resolução das problemáticas constantes do presente relatório, bem como do Relatório da Petição nº16 de 2017, ou ainda de outras matérias identificadas pela Câmara Municipal.-----

----- Não obstante o disposto, entende a 7ª Comissão Permanente que o equipamento não apresenta condições para o adequado exercício de atividades formativas, recomendando a transferência da Escola Básica “O Leão de Arroios” para outro equipamento, dotado de condições efetivas para as atividades pedagógicas, lúdicas e formativas que desempenha.-----

----- Disse!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, está apresentado o relatório, e perante este cenário dos problemas que a escola ainda tem, dar a palavra a todos os Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso do Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhores Deputados, Colegas, Imprensa, Senhores Funcionários.-----

----- Eu não tenho por hábito como Presidente da 7ª Comissão, repetir aquilo que os Relatores dizem. -----

----- Simplesmente este caso da escola “O Leão de Arroios” parece-me um caso grave, paradigmático de uma certa paragem na decisão a tomar, principalmente nesta área das escolas.-----

----- Na verdade fomos alertados por uma Petição feita pelos pais dos alunos, e que foi aqui debatida e votada por unanimidade em 30 de janeiro de 2018, e na verdade até hoje aconteceu muito pouco.-----

----- Aconteceu felizmente, o plano de emergência está em curso, porém as obras de fundo que a escola necessita e que são algumas, não muito relevantes, mas muito importantes para o funcionamento da escola, ainda não aconteceram, voltámos lá e encontrámos tudo na mesma. -----

----- Há situações difíceis como o parar das camionetas portanto das crianças, principalmente crianças com deficiência, eles têm uma aula de crianças deficientes, e portanto tem que a Câmara criar um espaço na entrada da escola para as crianças puderem sair em segurança, e serem deixadas na escola em segurança.-----

----- Há outra questão que nos preocupou muito que é o *hall* de entrada tem uns vidros normalíssimos que eu não sei como é que até hoje nenhuma criança enfiou por aqueles vidros e se feriu toda, de facto é um milagre, e além disso a história do recreio onde foi posto um pavimento pouco próprio e que é abrasivo cada criança que cair ali fica com os joelhos desfeitos, portanto são no fundo pequenas situações. -----

----- Além disso há infiltrações, enfim, há depois que resolver outras questões mais complicadas, mas há questões simples que poderiam ser resolvidas rapidamente se as escolas tivessem alguma autonomia para fazerem pequenas obras, que me parece que é uma coisa que faz falta, porque acredito que a Câmara não possa fazer tudo, portanto, era interessante começar a pensar, tenho pena que hoje não esteja cá o novo Vereador da Educação, porque, aliás, iremos falar certamente com ele, porque de facto deveria criasse uma espécie de uma bolsa para as escolas poderem fazer pequenas reparações, poderem elas próprias tratar dos planos de emergência, que é uma outra coisa importante, para além da “O Leão de Arroios” que está em curso, há muitas escolas de Lisboa que ainda não têm os planos de emergência que é uma coisa que nos preocupa muito na 7ª Comissão.-----

----- Já ouvimos o Vereador antes do verão, e agora voltaremos certamente a ouvir o Senhor Vereador para saber em que ponto é que estão os planos de emergência das escolas de Lisboa.-----

----- Era bom que ao fazer estas obras, de facto a escola não fosse retirada deste local, porque serve uma população muito interessante daquela zona, e portanto, têm alunos, têm muitos alunos, têm muita procura, e era bom que ao retirar a escola para fazer as obras que se tivesse em mente que as crianças devem voltar aquela escola, e a escola não deve ser desativada. -----

----- A questão dos assistentes operacionais que estava em concurso, que foi aliás, o que nos alertou para esta situação da escola, foi a Petição dos pais, para que abreviassem a contratação dos assistentes operacionais, são muito importantes, porque neste momento por falta de assistentes operacionais, as crianças têm que fazer o recreio todas no mesmo sítio, quando chove não têm recreio, têm que ir para o ginásio, e portanto, é uma situação absolutamente inaceitável, que as crianças façam o recreio no ginásio, aliás, nós fomos num dia de chuva e assistimos precisamente a essa situação, que é uma situação complicada para uma escola em pleno Século XXI.--
----- Portanto, se de facto queremos fazer melhores cidadãos, temos que investir bem, e mais nas nossas escolas. -----

----- Com isto não quero dizer, que muito não se tenha feito no âmbito do melhoramento das escolas de Lisboa, que eu enfim acompanho estes assuntos desde 2009 e na verdade noto uma enorme diferença, porém há que acelerar e há coisas que não podem de facto esperar, e são às vezes pequenas coisas que fazem toda a diferença.-----

----- Muito obrigada. -----

----- Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, pelo alerta importante que aqui deixou, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos do CDS.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Na opinião do CDS é claro que as Câmaras Municipais desempenham um papel indispensável no alargamento do ensino, que é fundamental no quadro da inclusão social, desenvolvimento humano e bem-estar das novas gerações, indispensável em qualquer estado de direito democrático.-----

----- Portanto, a primeira sindicância que gostaríamos de apresentar, é que se desse efetiva continuidade ao exercício do programa “Escola Nova”, com a requalificação de todas as instituições de ensino que não são dignas desse nome, para que haja uma efetiva valorização qualitativa do seu edificado, nomeadamente, do caso que trazemos a lume que é o da escola básica ”O Leão de Arroios”. -----

----- Basicamente, o que se defende é que o Estado e as Câmaras Municipais sejam verdadeiramente um exemplo, e que se pautem nas escolas sob as suas responsabilidades exatamente pelos mesmos padrões de excelência e de exigência que impõem às escolas privadas. -----

----- Não pode haver uma dualidade de critérios, e temo-la que se a escola básica “O Leão de Arroios” configurasse um exemplo de uma escola privada estaria neste

momento encerrada, com o voto válido da Câmara Municipal de Lisboa e deste Executivo.-----

----- Mas a verdade, é que se a Câmara não o fizer não proceder imediatamente à requalificação destas instalações, quem perde são as novas gerações e os jovens, sobretudo os mais carenciados que não têm recursos financeiros numa escola que ministra dignidade e configure um verdadeiro modelo de ensino capaz de desenvolver e ser uma verdadeira oficina da humanidade.-----

----- Basicamente, o que o CDS vem pedir a esta Vereação que foi atribuída ao Bloco de Esquerda, é que o Bloco seja tão leste a recuperar património público, como mostrou ser na requalificação do património privado, e assim, vimos por esta forma decalcar as recomendações que foram ventiladas, e que passaram para papel pela 7ª Comissão, desde logo para que exista um plano de emergência que seja funcional ao abrigo das regras de proteção civil, capaz de responder a situações de emergência, ao ponto de evitar hecatombes e tragédias maiores.-----

----- De resto, dotar também a escola de assistentes operacionais que respondam às carências educativas e pedagógicas, que haja por outro lado, uma reparação das instalações sanitárias, a verificação de existência de infiltrações e de humidades, que neste momento são mais do que flagrantes, para quem como nós teve ocasião de visitar *in loco* a escola.-----

----- Apetrechar as salas de aula com todos os mecanismos e instrumentos audiovisuais e equipamento informático necessários para os cumprimentos das funções curriculares, que haja efetivamente uma substituição do piso, porque ele revelasse extremamente abrasivo para as crianças, capaz de criar alguns problemas físicos aquém o frequente.-----

----- Depois, por último queria apenas assinalar que é necessário colocar uma sinalização exterior com vista à mobilidade das crianças que tenham necessidades especiais, e se este leque, este caderno reivindicativo, estas obrigações, que impendam da Câmara Municipal não forem cumpridas, não resta outro papel, que embora seja aquele que seja mais penoso para aquela comunidade pedagógica e educativa, para salvaguarda da sua integridade que não seja a transferência da escola básica “O Leão de Arroios”, situação a que não queríamos chegar de resto se a Câmara Municipal tiver à altura das responsabilidades para as quais foi eleito.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, boa-tarde também Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, funcionárias.-----

----- Na sequência de uma visita da 7ª Comissão, prepara-se este Plenário para voltar a sugerir um conjunto de recomendações no âmbito da Petição intitulada “Solicitação de Contratação de Assistentes Operacionais e Aprovação do Plano de Evacuação e Emergência da EB1 Leão de Arroios”. Trata-se, porém, de uma situação que não é nova.-----

----- Em abono da verdade, tudo se deveu à persistência de uma intervenção cívica por parte da Associação de Pais e Encarregados de Educação, que daqui voltamos a agradecer, no sentido de serem resolvidos os problemas que esta escola apresentava e continua a apresentar.-----

----- Não apenas o rácio de auxiliares não era o suficiente para as quase quatro centenas de alunos, o que os colocava em risco e sobrecarregava as trabalhadoras que se desmultiplicavam em inúmeras tarefas, como a escola possuía uma unidade de apoio especializado para alunos com multideficiência que exigiam o acompanhamento permanente de duas auxiliares.-----

----- Devido à falta de pessoal, havia dois pequenos recreios que não podiam ser utilizados, sendo os alunos obrigados a juntarem-se no recreio do primeiro piso, que se tornava pequeno e algo perigoso para tantas crianças. A porta da escola estava fechada à chave, porque não havia auxiliares na entrada, pelo que, perante qualquer situação de emergência, seria muito difícil garantir a saída de todas as crianças em segurança, a que se acrescentava a inexistência de um Plano de Evacuação e Emergência em vigor.-----

----- Por tudo isto, e após também uma visita a este equipamento de ensino básico, há exatamente um ano, o Partido Ecologista “Os Verdes” havia já, apresentado, primeiro, uma pergunta à tutela através do seu grupo parlamentar, e de seguida uma recomendação nesta Assembleia, que seria aprovada por unanimidade, para que, resumidamente, o Governo providenciasse no sentido da contratação dos assistentes operacionais necessários ao bom funcionamento, sobre a garantia das condições de segurança do espaço escolar e sobre o inexistente Plano de Evacuação e Emergência para a EB1”O Leão de Arroios.”-----

----- Mais entende ainda hoje a 7ª Comissão que a EB1 “O Leão de Arroios” ainda não apresenta condições para o adequado exercício de atividades formativas, recomendando mesmo a sua transferência para outro espaço que assegure as necessárias atividades pedagógicas, lúdicas e formativas que a comunidade escolar requer.-----

----- Ora, o que não deixa de ser deveras estranho é que, de 2017 para 2018, a 7ª Comissão necessite, de novo, de insistir com as mesmas anteriores recomendações, o que denota o atraso ou incapacidade do poder político para implementar as respostas às justas reivindicações da Associação de Pais e Encarregados de Educação.-----

----- Sim, porque o que lamentavelmente persiste em causa continua a ser a segurança das crianças, facto não compreensível, nem para os Grupos Municipais, nem para a Associação de Pais.-----

----- Obrigada Senhora Presidente:”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Páscoa do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais.-----

----- Encontramo-nos aqui a debater e votar uma recomendação oriunda da 7ª Comissão Permanente relativa à Escola Básica 1 “O Leão de Arroios.”-----

----- Como referido no texto da Recomendação, esta surge na sequência de uma visita efetuada a esta Escola, e no âmbito das atividades de acompanhamento posteriores à Petição nº 16 de 2017.-----

----- O Relatório da visita às instalações é bastante claro e elucidativo de graves situações de carência, quer no que reporta ao equipamento quer na componente de segurança da população escolar.-----

----- Destaco alguns desses aspetos, aliás muito resumidamente porque já intervenções anteriores o fizeram, para as dificuldades para alunos com mobilidade reduzida, ausência de portaria, o piso não adequado a equipamento educativo, poucas coberturas nos pátios, obrigando as crianças a permanecer no ginásio em dias de chuva ou calor intenso, o estado deplorável das instalações sanitárias.-----

----- Coloco então, uma questão muito concreta à Câmara: desde a Petição apresentada e analisada nesta Assembleia, desde a visita à Escola pelos Deputados da 7ª Comissão, o que é que foi feito para minorar e reparar os aspetos mais gravosos detetados, que põem em causa o clima de aprendizagem, mas também a segurança dos alunos?-----

----- Aliás, este não é a única situação existente na cidade. O Programa Escola Nova que também é referido no Relatório da Comissão perspectiva intervenções nas escolas, de acordo com calendários aprovados em Câmara. Mas a realidade mostra que as obras sofrem permanentemente atrasos, sem que se vislumbrem razões para tal.-----

----- O que é que se passa com as obras nas escolas?-----

----- De que forma está a ser acautelada a segurança e conforto da comunidade educativa onde estas intervenções estão a decorrer?-----

----- Quais as medidas previstas para minimizar e dar resposta aos problemas que vão surgindo em tempo de obras? O que têm falhado para que se registem atrasos atrás de atrasos na conclusão das obras?-----

----- Numa sociedade democrática é fundamental que a escola pública tenha os necessários recursos humanos e materiais indispensáveis ao cumprimento do consagrado na Constituição: ser inclusiva, de qualidade, democrática, gratuita e universal.-----

----- Objetivo este, que exige um investimento adequado na rede pública e nas condições de funcionamento da escola pública, que permitam a melhoria do processo ensino e aprendizagem.-----

----- Lamentavelmente, e no que diz respeito à Escola “O Leão de Arroios”, parece que a Câmara Municipal não está a cumprir com estes objetivos.-----

----- Quanto à recomendação votaremos favoravelmente os seus dois pontos, porque concordamos obviamente com eles e revemo-nos neles.-----

----- No entanto, temos algumas questões que se colocam no que se reporta ao futuro da escola.-----

----- É um facto que a escola não pode continuar nas condições de degradação em que se encontra, e são mais do que urgentes as obras. No entanto, coloca-se o problema de saber qual a alternativa de transferência, de qualidade e que respeite a comunidade escolar.-----

----- Nesse sentido o PCP propõe a inclusão de dois pontos deliberativos.-----

----- O primeiro ponto é que, a transferência enquanto decorrem as obras, portanto isto reporta ao ponto dois, do ponto deliberativo da 7ª Comissão, que a transferência ocorra para outro equipamento sediado na Freguesia, enquanto decorrem as obras, devendo a escola retornar ao seu local de origem após conclusão das mesmas.-----

----- Portanto esta zona da cidade, precisa realmente de uma escola central, que sirva efetivamente os interesses das famílias e da comunidade daquela zona, daí a inclusão deste ponto deliberativo.-----

----- Um segundo ponto deliberativo, que nós também acrescentamos, é que para uma melhor resolução do problema, recomendamos o envolvimento de toda a comunidade educativa neste processo, é a Direção do Agrupamento de Escolas, a coordenação da escola, as Comissões de Pais e de Encarregados de Educação-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada à Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Caríssima Presidente, Secretárias, Caríssimos todos e todas.-----

----- Falamos novamente, e ainda, da Escola Básica 1 “O Leão de Arroios”, falamos ainda da escola pública que almejamos todos, e tenho a certeza, que seja de qualidade, e isto, é o contrário que estamos a ver, e poderíamos citar outros exemplos.-----

----- Falta de pessoal, excessivo número de alunos, condições físicas desta escola, mas não só, degradadas, e uma má acessibilidade de quem recolhe os meninos.-----

----- Isto é portanto, o contrário daquilo que nós definimos como escola, o contrário do que definimos como escola pública, e não pode permanecer assim. -----

----- É urgente a conclusão da nova Carta Educativa, hoje não temos aqui o Vereador mas perguntar-lhe-emos isto brevemente, porque há que equacionar de facto da hipotética existência ou não e da necessidade de uma nova escola ali na zona. -----

----- E portanto estamos de acordo com o que foi aventado antes, mas dizer-vos e recomendo um filme, de um tempo que não queremos regressar, no tempo em que a maior parte dos meninos que hoje frequentam a escola pública, repito a escola pública, não o faziam, recomendo um filme de Sérgio Trefaut “A Raiva”, depois de o verem percebem porque é que preferimos hoje e ainda falar da escola pública de qualidade, para todos e todas, porque estamos em última análise a falar de equidade.---

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada à Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O Bloco de Esquerda acompanha as recomendações da 7ª Comissão, também desde o início que estamos bastante preocupados com a situação desta escola da “O Leão de Arroios”, e temos acompanhado também aquilo que é atividade da Comissão nesta matéria. -----

----- Temos acompanhado estas preocupações tanto aqui na Assembleia Municipal, como ao nível da nossa participação do Pelouro da Educação, aliás, o Pelouro já respondeu a várias destas preocupações, esta escola é uma da que já tem aplicadas as medidas de autoproteção, ou seja o plano de evacuação de emergência, inclusivamente já foi feito um exercício de simulacro nesta escola, e também, estamos ativamente preocupados e a fazer esforços, para que sejam feitas todas as obras necessárias, e acompanhando aqui também a recomendação de que seja encontrado um outro espaço mais adequado para instalar esta escola.-----

----- Mas também, como sabem esta responsabilidade é partilhada na Câmara Municipal, quem tem a responsabilidade tanto por parte das obras, como pela parte do património municipal, é a Vereação do Urbanismo, o Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Também, acompanhamos as preocupações com a falta de auxiliares, de assistentes operacionais, mas esta não é uma competência do Município, aliás, saudamos a posição que o Governo tomou de não permitir a descentralização nesta matéria, reconhecendo de facto que os meios são insuficientes, e esperemos que isto

sirva de exemplo para todo o pacote da descentralização que apresenta bastantes dificuldades, e bastantes riscos, que já falamos aqui noutra ocasião. -----

----- Esperemos então, com estas recomendações, com este trabalho continuado e de acompanhamento da parte de todas e de todos os Senhores Deputados, e as forças políticas, possamos resolver esta situação, e ter de facto crianças felizes num equipamento adequado para puderem passar o seu tempo e ter a preparação, e os planos pedagógicos a que compete a uma escola.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos prosseguir Senhores Deputados.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores.-----

----- Em primeiro lugar, gostava de começar por deixar aqui uma palavra relativamente, uma palavra de melhoras à Vereadora Paula Marques, geralmente afasta-nos muitas vezes o confronto político, mas deve-nos unir aqui a preocupação pelo bem-estar de todos, mesmo quando têm opiniões diferentes, e aí divergimos um bocadinho do próprio Bloco.-----

----- Em segundo lugar, tenho que fazer aqui uma ressalva que me parece particularmente relevante, esta é uma matéria da maior importância, e porque tem a ver com a educação, tem a ver com o futuro das nossas crianças, e por inerência, e inevitavelmente o futuro da nossa comunidade, e deixar uma palavra de apreço e de agradecimento porque os únicos Vereadores que aqui estiveram durante a maior parte desta discussão, foram os Senhores Vereadores Nuno Correia da Silva, a Vereadora Conceição Zagalo e o Vereador Nuno Rocha Correia, e agradecer-lhes porque de facto foram os únicos Vereadores que deram importância a este tema, curiosamente quando se apresenta o Vereador responsável pela pasta, que em todas as discussões na Assembleia Municipal, acaba sempre por marcar presença, quando é uma matéria que o refere a ele próprio e área que ele tutela, não esteve presente, o Bloco de Esquerda esteve ausente.-----

----- Curiosamente também no dia a seguir a serem conhecidas as declarações de um importante destacado membro do Bloco de Esquerda, que entende que a direita não conta para o futuro do país, olhe eu aqui diria que o futuro do país, foi uma preocupação desta direita aqui nesta casa, ao contrário da esquerda que se ausentou da discussão e deixou os Vereadores sem representação.-----

----- E depois dizer também, que nesta matéria há outras preocupações que nos assolam porque este não é inevitavelmente um caso isolado, e o caso que aqui convém manifestar é a da preocupação pela falta da correção no âmbito daquilo que foi a falha nas medidas de autoproteção que estão a acontecer na maior parte das escolas do

primeiro ciclo, e que era muito importante ter cá o Senhor Vereador com a tutela da educação para que nos ajudasse a compreender o que é que tem sido feito entretanto, quais foram os esforços que a Câmara Municipal tem desenvolvido, para compreender que isto está em incorreção, e de que forma é que nós podemos também dirigir-nos a todos os pais e encarregados de educação preocupados com a frequência das crianças na escola, porque a escola é muito mais do que uma dimensão académica, a escola é uma dimensão de crescimento humano e de vida. -----

----- E portanto, quando nós colocamos muitas vezes as nossas crianças inadvertidamente, ou deliberadamente em perigo, nós temos que ter noção que em determinado momento temos que ser responsabilizados por isso, e portanto, se não o somos nas nossas ações, acho que teria sido muito importante, pelo menos com os nossos esclarecimentos, terem estado aqui os Vereadores, nomeadamente o Vereador do Bloco de Esquerda, com responsabilidade nesta área, e reitero o meu agradecimento aos Vereadores Nuno Correia da Silva, Conceição Zagalo e Nuno Rocha Correia, porque o debate nesta casa faz-se com a presença também do Órgão Executivo, e é com eles que contamos para resolver aquelas que também são obviamente as nossas preocupações. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, apenas dizer que a Mesa quando constatou que não estavam presentes os Vereadores representantes da maioria do Executivo, mandei imediatamente chamá-los, porque sabia que eles estavam presentes no edifício da Assembleia, e portanto já estão presentes nesta parte final do debate. -----

----- Lamento que não estivessem estado no princípio, mas estão presentes nesta parte final do debate, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que tem o Pelouro das Finanças e da representação e ligação com a Assembleia Municipal, e o Senhor Vereador Rui Franco em representação da Vereadora Paula Marques. -----

----- Peço desculpa, há um pedido de uma interpelação à Mesa do Senhor Deputado Municipal Rui Costa, é uma interpelação à Mesa, tenho que passar à frente das intervenções.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Luís Newton constatou a presença exclusiva dos Senhores Vereadores do CDS, e foi fortemente aplaudido por isso, constatou a ausência de Vereadores do Executivo. -----

----- A Senhora Presidente confirmou exatamente esse facto, mas eu não constatei ainda a presença dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PSD, e era no sentido de saber se a Mesa podia esclarecer se eles estão presentes, ou não? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa mas isso não é uma interpelação à Mesa, eu limitei-me a dar conhecimento daquilo que estava a ver na sala e que todos os Senhores Deputados estão a ver.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Delegados, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, também.-----

----- Relativamente a esta matéria, até agora não se ouviu aqui falar, a não ser da questão de desdobraimento, ou da questão relativamente às condições, mas daquilo que é uma peça fundamental, que é de facto, a conclusão da Carta Educativa, que foi aprovada em 2009, e que deu origem ao Programa da Escola Nova, e só com a Carta Educativa, nós poderemos perceber neste momento, o que são as atrações do ponto de vista das crianças nesta zona, e também ficarem consubstanciados terrenos para o desdobraimento.-----

----- E porque gostaríamos que o Pelouro do Urbanismo, efetivamente também aqui pudesse responder sobre esta matéria, para além do Pelouro da Educação.-----

----- É um trabalho, que no fundo reparem nós estamos há nove anos com um documento que é preciso ser atualizado e perceber a nova demografia da cidade de Lisboa.-----

----- Eu sugeria, que no fundo para além das recomendações, que também se falasse desta matéria, que é a conclusão da Carta Educativa, que sabemos que está a efetuar-se mas que ela virá dar-nos esclarecimentos, sobre a demografia e sobre as procuras para os estudantes nesta área da cidade e na área envolvente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Neste momento terminaram as intervenções.-----

----- Eu pergunto se a Câmara tem algum esclarecimento a dar relativamente à escola “O Leão de Arroios”, que é o que estamos a discutir, e às obras previstas, e às recomendações que a Assembleia fez sobre esta escola que pelos vistos não tiveram ainda o devido acolhimento?-----

----- O Senhor Vereador quer usar da palavra?-----

----- Prescinda, usar da palavra.-----

----- Muito bem.-----

---- Nesse momento então de qualquer modo, ficou registado as chamadas de atenção da Assembleia, ficou registada a intervenção dos vários Grupos Municipais e da Presidente da 7ª Comissão sobre esta matéria, e o que temos agora à nossa consideração é a Recomendação apresentada pela 7ª Comissão, que vem em reforço da Recomendação que já tinha sido aprovada anteriormente, e que pelos vistos temos

que insistir nela, e sendo assim o que a Assembleia Municipal recomenda, lembrando a recomendação que aprovámos em 30 de janeiro, o que a Assembleia Municipal agora recomenda são estes dois pontos que estão na recomendação, que é: -----

----- O primeiro, para que a Câmara reporte regularmente o que é que se passa com a resolução das problemáticas deste relatório, nomeadamente, bem como do relatório da Petição que era sobre a contratação de assistentes operacionais, e que a Câmara também, a 7ª Comissão o que propõe à Assembleia Municipal é que considera que o equipamento não apresenta condições para o adequado exercício das atividades formativas, e recomenda a transferência da escola básica “O Leão de Arroios” para outro equipamento. -----

----- Sobre esta matéria, há um aditamento proposto pelo PCP, que eu penso que deveria ser apresentado antes de votarmos a recomendação, certo? -----

----- Já apresentou a Senhora Deputada, não? -----

----- Já apresentou? -----

----- Então, eu peço desculpa, estava aqui a tentar resolver.-----

----- Vamos votar a Recomendação 042/02 da 7ª Comissão, e depois em seguida o aditamento apresentado pelo PCP. -----

----- Vamos pôr à vossa consideração a Recomendação da 7ª Comissão, sobre esta visita, e vou pôr à vossa votação.” -----

----- **A Recomendação nº 042/02** – (7ª CP) foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está aprovada por unanimidade.-----

----- E agora os dois aditamentos, propostas pelo PCP, que eu recorde. -----

----- O primeiro que é referido: “*que a transferência ocorra para outro equipamento que se encontre sediado nos limites da Freguesia de Arroios, durante o período em que ocorram as obras de requalificação e melhoramento do atual edifício, devendo a escola retornar ao seu local de origem após a conclusão da intervenção.*” -----

----- E o segundo: “*e que neste processo seja envolvida a comunidade escolar, Direção de Agrupamento, Coordenação de Escola, Comissão de Pais e Encarregados de Educação.*” -----

----- Portanto, posto isto, vou pôr à consideração este aditamento.” -----

----- **A Proposta de Aditamento de dois novos Pontos na Parte deliberativa da Recomendação 042/02 (7ª CP) - (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP)** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está aprovado por unanimidade, e portanto é uma recomendação com este aditamento, fica com a sua versão final, e será enviada à Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **PONTO 4 – APRESENTAÇÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS APRESENTADAS PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP.**-----

----- **4.1 – PROPOSTA 002/CDS-PP/2018 – MANUAIS ESCOLARES GRATUITOS PARA O ENSINO PROFISSIONAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO;**-----

----- (A Proposta nº 002/CDS-PP/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **4.2 – PROPOSTA 003/CDS-PP/2018 – REDE DE CUIDADORES EM LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15ª DO REGIMENTO.**-----

----- (A Proposta nº 003/CDS-PP/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À PROPOSTA Nº 002/CDS-PP/2018 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD)**-----

----- (A Proposta de alteração à Proposta nº 002/CDS-PP/2018 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos agora este ponto da nossa Ordem de Trabalhos, e entramos na apreciação de dois pontos da Ordem de Trabalhos, que são duas propostas, propostas pelo CDS-PP.-----

----- Temos duas propostas do CDS-PP, apreciação conjunta, pergunto se querem fazer a apreciação conjunta, se querem fazer em separado, pode ser em conjunto?-----

----- Em conjunto, muito bem, então a primeira intervenção, cabe naturalmente ao proponente, ao CDS-PP, tem uns minutos a mais por ser proponente.-----

----- Portanto se a apreciação é conjunta, isto está só com uma grelha de trinta e quatro minutos, estamos com tempo se for preciso podemos dar um pouco mais tempo.-----

----- Mas vamos começar com esta grelha.-----

----- O Senhor Deputado do CDS-PP, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado João Condeixa do CDS.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado antes de intervir, só dar aqui uma explicação.-----

----- Estas grelhas foram postas trinta e quatro minutos, embora trinta e quatro minutos possam ser pouco para discutir estas duas propostas, porque eu não sabia o tempo que íamos demorar na discussão do Casal do Pinto, e Casal do Pinto tem sempre umas grelhas maiores.-----

----- Atendendo a que ainda temos algum tempo, eu pergunto se os Senhores Deputados se veem algum inconveniente, em que se duplique a grelha? -----

----- Em que se passe para os seis minutos, para toda agente ter tempo de dizer o que pretende? -----

----- Alguém se opõem?-----

----- Se ninguém se opõem, vamos dar aqui uns segundos apenas para os serviços mudarem a grelha. -----

----- Há oposição? Há oposição à duplicação da grelha? -----

----- Então se faz favor microfone ao Senhor Deputado.-----

----- Eu expliquei porque é que a grelha foi posta assim, porque nós tínhamos que encaixar este período da Ordem de Trabalhos até às cinco e meia, porque às cinco meia começa o Debate Temático, e como a grelha para os planos é uma grelha que pode ir até às quatro horas, eu pôs aqui uma hora em tal, foi bastante mais curto. -----

----- Portanto temos tempo, se nós acabarmos os nossos trabalhos mais cedo vamos ficar aqui parados à espera que comece a Sessão das cinco e meia, é por isso e por uma questão de bom senso que eu estou a perguntar se podemos dar um pouco mais tempo para este assunto. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado, desculpe o Senhor Deputado se não se importa mas é em benefício aos nossos trabalhos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, peço desculpa não ficou claro na primeira intervenção, e por isso é que eu solicitei, não estava a dizer que me opunha, estava a pedir esclarecimentos.-----

----- A Senhora Presidente acabou por prestar os esclarecimentos antes de eu fazer a pergunta, não estava a ser perceptível, porque é que estava a haver a meio da Sessão uma alteração relativamente aquilo que tinha sido proposto no âmbito do decurso dos próprios trabalhos. -----

----- E era nesse sentido que eu me estava a querer sinalizar, mas entretanto a Senhora Presidente começou a efetuar a sua explanação, da qual eu não me tinha apercebido em primeira instância, e portanto, nesse sentido não tenho oposição, o Grupo Municipal do PSD não têm.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem.-----

----- Senhores Deputados em benefício aos nossos trabalhos, portanto se não veem inconveniente nisso, eu peço aos serviços para passarem a grelha para os seis minutos, e vamos discutir as duas propostas em conjunto, mas com um pouco mais de tempo.---

----- Eu sei que isto prejudica algumas pessoas que tentaram concentrar o seu discurso nos três minutos que tinham, mas se tiverem um bocadinho mais de tempo poderão explicitar melhor, vamos a isso então. -----

----- Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, agora com seis minutos. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, jornalistas presentes. -----

----- O CDS tem hoje uma proposta, duas propostas bastante pragmáticas. -----

----- Uma que é a criação de uma rede de cuidadores em Lisboa, e outra que é uma proposta para manuais escolares profissional e que iremos explicar. -----

----- O apoio a cuidadores é um imperativo social, eu julgo que é um tema que já é de todos nesta sala, é uma tema que até é da Presidência da República, e que não pode nem deve cair em cismas ideológicos e em cismas partidários.-----

----- Portugal é dos países da Europa com maior taxa de envelhecimento, e Lisboa é uma capital que enfrenta vários desafios, ou não tivesse cerca de 28% da sua população acima dos sessenta e cinco anos. -----

----- O que propomos é muito simples, é uma rede que agregue cuidadores informais e cuidadores formais, para garantir maior apoio social, psicológico a quem hoje cuida e aquém recebe cuidados.-----

----- Seja pessoas com doenças oncológicas, sejam idosos, sejam pessoas com deficiência.-----

----- Uma rede capaz de informar e de capacitar cuidadores informais, de ajudar na sinalização de casos, na promoção do descanso do cuidador e de outros apoios que sejam necessários. -----

----- É verdade que a rede social é uma malha fantástica que pode e deve servir de substrato a esta proposta, é verdade também que algumas respostas já são existentes em Lisboa, mas que deverão e poderão ser escaladas e agregadas. -----

----- Fundamental, acima de tudo é usar todos estes meios e conhecimento para fazermos num primeiro momento o levantamento de todos os cuidadores, e de todos aqueles que precisam de cuidados para melhor conhecermos a realidade em Lisboa, e depois avançarmos com a criação desta rede, já agora a primeira rede do país, e esse também é o desígnio de uma capital, ou seja servir de exemplo, e de servir de pioneiro e liderar, para que outras cidades e outras Câmaras a sigam. -----

----- Assim, estamos certos ganhará o país e ganharão os cuidadores.-----

----- Depois, temos um outro tema que tem a ver com os manuais escolares gratuitos. --

----- É uma medida que já é conhecida e que foi debatida várias vezes nesta sala, e que conforme está atualmente previsto no orçamento de estado, passará para o Ministério da Educação, mas tal como esta medida está inscrita, a medida excluí o ensino profissional.-----

----- E por isso, a nossa proposta também aqui é muito simples. -----

----- O que propomos é que a Câmara Municipal de Lisboa, agora desonerada, ou passará a estar desonerada deste apoio o mantenha, e a mantenha a prestação deste apoio manuais escolares, para assegurar que não há nem discriminação, nem injustiça face ao ensino profissional.-----

----- O que propomos que no fundo a manutenção é que a medida seja mantida até que o Ministério da Educação o implemente, e que seja também mantida enquanto o

Ministério da Educação não corrigir, ou não garantir que o ensino profissional está abrangido.-----

----- Eu julgo com estas duas propostas, todos os cidadãos de Lisboa sairiam a ganhar. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado João Condeixa, Senhores Deputados do CDS.-----

----- É sempre bom trazer ideias boas, ideias novas à Assembleia Municipal, e é sempre bom divulgar-las aos cidadãos de Lisboa, mas convém normalmente arrogar-nos da autoria de propostas, quando na verdade somos os autores das mesmas.-----

----- Porque trazermos ideias de outros, ou ideias que já estão em curso e dissermos que somos nós os autores delas, não nos fica assim muito bem, até porque a roda hoje em dia já foi inventada há muitos anos, aliás, a roda já foi inventada há muitos anos e portanto não ficaria bem, vir aqui dizer que inventámos a roda.-----

----- Isto relativamente aos cuidadores informais há de facto uma questão ideológica por trás.-----

----- E a questão é muito simples, é que os cuidadores informais ou são informais ou são formais, e mesmo os cuidadores informais merecem na nossa opinião alguma formação, e é por isso que em 2012 a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através da sua instituição de ensino superior, através de um fundo comunitário, com várias universidades europeias, nomeadamente a Universidade de Helsínquia na Finlândia, a Universidade de Tartu na Estónia, a Universidade de Riga na Letónia, e depois deste programa aprovado e concluído, o “Programa Alice”, este programa em 2012 e 2013 como eu disse depois de aprovado, um programa que tinha em vista, precisamente, formar cuidadores informais, um programa para adultos que aprendem para experiências criativas intergeracionais, e isto quer dizer “Alice”, “*Adult Learning for Intergenerational Creative Experiences*” é a tradução direta de “Alice”.-----

----- Este, programa aquilo que fez foi conseguir formar cuidadores informais, e esta é a questão ideológica que está aqui em causa, e aquilo que nós temos que perceber é que nós não podemos ter uma rede de cuidadores informais, que de repente não têm qualquer tipo de formação e que vai tratar dos nossos entes queridos.-----

----- E isto é fundamental que nós percebamos.-----

----- Os cuidadores informais, todos eles são pessoas que precisam de alguma formação, e essa formação, e esta rede, a que nós não nos opomos que seja criada, apesar de ela já existir, ela já existe na cidade de Lisboa. Ela já existe nós não nos opomos que haja uma rede criada pela Câmara Municipal, ou uma nova rede, ou uma

outra rede, mas esta rede existe, existe desde 2012, 2013, aliás, este programa aprovado, que nasceu de um estudo internacional destas Universidades, que vos falei, depois foi adequado e aperfeiçoado, e foi levado para a Universidade de Veneza, foi replicado por esta Europa fora, e com sucesso, foram feitos mais e mais estudos. -----

----- E hoje em dia a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, leva a cabo esta formação, até para os seus próprios funcionários, os auxiliares de ação médica, os auxiliares que lidam diariamente, que são também eles, cuidadores informais. -----

----- E neste estudo participaram também instituições portuguesas: a Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis e também a Escola Superior de Alcoitão, e portanto é fundamental dizer que nós em Portugal e em Lisboa já temos este programa que os Senhores vêm aqui propor, e que anunciaram como sendo uma grande medida, e uma grande novidade, a rede de cuidadores informais de Lisboa, portanto ela já existe, não é da Câmara, mas é de quem têm a responsabilidade social na cidade de Lisboa, através de um despacho governativo. -----

----- E portanto, esta grande novidade já existe na cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente aos manuais escolares gratuitos para o ensino profissional, esta é também outra grande novidade, e aqui aquilo que se impõem é a pergunta a fazer. -----

----- É qual é a escola profissional, a escola do ensino profissional na cidade de Lisboa que não tenha manuais escolares do décimo ao décimo segundo ano, que não tenha manuais escolares que já são dados pela Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- E depois os Senhores Deputados do CDS conseguirem vir aqui dizer qual é a escola do ensino profissional que do décimo ao décimo segundo ano não tenha livros que são dados pela Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Deputado eu gostava que viesse aqui a cima poder dizer-nos qual é, porque da informação que nós temos todas elas têm, e portanto assim sendo, mais uma vez o CDS vem aqui com propostas novas e propostas boas, sendo que as boas não são novas e as novas não são boas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Secretários, público em geral e comunicação social. -----

----- Sobre esta matéria de cuidadores informais, a matéria é problemática e merece alguma discussão. -----

----- São inúmeras as dificuldades por que passam estes cuidadores, que são pessoas que requerem uma adoção de medidas ativas e concretas, para que respondam às suas necessidades em várias dimensões, como sejam uma subcarga física a que estão

sujeitos, uma subcarga psicológica que muitas vezes leva à exaustão e a um grande número de depressões. -----

----- Faltam medidas que promovam uma estratégia de desenvolvimento e consolidação da resposta dos serviços públicos, designadamente dos cuidados de saúde primários, hospitalares e cuidados continuados integrados, e a concretização de uma rede de qualidade de apoio às famílias, às crianças, idosos e pessoas com deficiência, ou não. -----

----- Contudo, o aumento da esperança de vida que todos nós sabemos aumenta a população envelhecida, e com ela trás alguns problemas de saúde, e estes problemas causam alguma depressão e dependência. -----

----- Muito associado ao envelhecimento, mas também não só, esta dependência decorre de um processo de existência de doenças crónicas, de acidentes ou das sequelas dos acidentes vasculares cerebrais, de doenças oncológicas, sequelas de acidentes de viação ou de acidentes de trabalho, doenças degenerativas, demências, doenças congénitas, ou outras, doenças ou deficiências que trazem consigo, exatamente esta dependência que exige por falta de resposta institucional, os cuidadores informais. -----

----- A dependência causa assim um grande impacto na vida da pessoa e da família, tanto a nível social como pessoal, mas também a nível financeiro. -----

----- Assegurar os cuidados a uma pessoa com dependência é uma tarefa bastante complexa, quem de nós não conviveu já com pessoas que estão vinte e quatro horas, sobre vinte e quatro horas de serviço, trezentos e sessenta e cinco dias no ano, e anos após anos. -----

----- Podem crer que é um desgaste extremamente violento, porque há também outros tipos de cuidadores informais aqueles de curta duração, esses teremos uma outra opinião sobre essa matéria, mas estes que estão longos anos da sua vida sujeitos a esta sobrecarga noite e dia, ano após ano é demasiado violento para nos esquecermos deles. -----

----- O cuidador informal é entendido como a pessoa na sua rede social do próprio, não remunerada com uma relação significativa e familiar. -----

----- O PCP tem tido uma intervenção continuada sobre esta matéria, tem acompanhado a discussão sobre a necessidade de dar mais atenção aos cuidadores informais, e às situações familiares e sociais envolventes, bem com tem intervindo institucionalmente com propostas concretas, tem defendido a importância de se criar uma rede pública de apoio aos cuidadores informais e suas famílias, apesar de aqui ter sido dito que essa rede já existe, falta é que as respostas sejam de acordo com as necessidades e sejam assumidas institucionalmente. -----

----- Aliás, neste quadro que se insere a proposta apresentada em sede de discussão do orçamento de estado, que visa um lançamento de um programa piloto com vista à criação de uma rede de apoio, assenta essencialmente nos serviços públicos, e que assegure uma resposta integrada para estas pessoas e suas famílias. -----

----- Entendemos que o Estado não se pode descartar das suas responsabilidades designadamente, nas funções sociais, especialmente no caso concreto, na saúde e na segurança social. -----

----- Entendemos que importa concluir uma ampla resposta pública, que apoiando pessoas em situações de dependência garanta simultaneamente um suporte aos cuidadores informais. -----

----- Da mesma forma entendemos que esta resposta pública deve ser universal, e ter por base uma aplicação que se estenda a todo o território, e que junte na sua ação os Ministérios da Saúde, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. -----

----- Por esta razão, não podemos votar a favor da proposta do CDS. -----

----- E seguindo a mesma linha do entendimento em relação às funções do Estado, as responsabilidades que entendemos que se devem manter na esfera do governo, votaremos contra a proposta dos manuais escolares gratuitos para o ensino profissional. -----

----- Falamos mais de uma vez de uma proposta que fere o carácter da universalidade que defendemos, e mais uma vez reafirmamos as inúmeras propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República em relação a esta matéria, por isso teremos também que votar contra. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Funcionários, Comunicação Social, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, restante público e Assessores também. -----

----- Diz a Constituição da República Portuguesa que todos têm direito ao ensino com garantido o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, sendo um dos deveres constitucionais do Estado, garantir ao nível do ensino estabelecimentos públicos para todos aqueles que os queiram escolher, permitindo também assim a liberdade de escolha dos cidadãos, para livremente escolherem uma escola privada para cumprir o ensino obrigatório. -----

----- Com a aprovação da generalidade do orçamento de estado de 2019, é referido o alargamento do regime da gratuitidade dos manuais escolares, com a distribuição gratuita dos manuais escolares no início do ano letivo 2019/2020 a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação.

----- Ora tal medida de distribuição gratuita dos manuais escolares só aos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede pública, trata-se de uma medida que

viola o princípio da igualdade, princípio este, que proíbe a criação de medidas que estabeleçam distinções discriminatórias. -----

----- De salientar que um dos direitos fundamentais é a universalidade, princípio este que se destina a abranger todos os cidadãos, isto é, todos os cidadãos têm os mesmos direitos e os mesmos deveres.-----

----- A fonte de receita do Estado são os impostos, e estes existem para gerar receita que se destina a satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, e não só de um grupo específico, o universo de que se fala são todos. -----

----- Ora, garantir a oferta universal dos manuais escolares a todos os alunos do ensino público, excluindo todos os que frequentam a rede particular e cooperativa, ou instituições de educação e formação reconhecidas pelas entidades competentes trata-se de uma medida discriminatória. -----

----- Há semelhança da Recomendação nº 34/07 apresentada pelo PSD a 11 de setembro de 2018, e atendendo à medida aprovada na generalidade do orçamento de estado de 2019, em que só os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede pública é que têm direito à gratuitidade dos manuais escolares, vem o Grupo Municipal do PSD propor à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere que recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que aprove o alargamento da gratuitidade dos manuais escolares a todos os alunos residentes no município e que frequentem o ensino obrigatório na rede particular, cooperativa ou com contrato de associação e ensino profissional, bem como, instituições de educação e formação, reconhecidas pelas entidades competentes.-----

----- No que respeita, aos cuidadores, à proposta dos cuidadores informais apresentada pelo CDS, em Portugal, assim como na Europa, os cuidadores informais são maioritariamente familiares da pessoa, ou de pessoas de quem cuidam. -----

----- Ser cuidador informal, implica uma significativa sobrecarga a nível físico, psíquico, social e financeiro. -----

----- Algumas tarefas asseguradas pelos cuidadores informais são complexas e muitos casos de intensa duração. -----

----- Os cuidadores informais enfrentam enormes desafios, configurando-se uma experiência simultânea de emoções positivas e negativas, reconhecendo a importância dos cuidadores informais, todas as medidas de apoio deverão ser devidamente ponderadas, e assim o PSD irá acompanhar a proposta do CDS. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ Senhor Deputado Miguel Graça dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- Também da parte dos Deputados Municipais “Cidadãos Por Lisboa”, gostaríamos de vir aqui dar a nossa visão relativamente a estas propostas apresentadas, tanto do CDS como do PSD, relativamente aos manuais escolares.-----

----- Relativamente à proposta do CDS, estranhámos a proposta que é aqui apresentada, que pede que a medida dos manuais gratuitos seja estendida ao ensino profissional no concelho de Lisboa.-----

----- O que a proposta não explícita, é se este ensino profissional é público ou privado!-----

----- E não diz em nenhum ponto, desta proposta.-----

----- Público não será com certeza, porque a informação que temos é que os cursos profissionais públicos em Lisboa, do décimo ao décimo segundo ano, já recebem gratuitamente os manuais escolares suportados pela Câmara Municipal de Lisboa, e portanto, parece-nos que o CDS vem aqui pedir propositadamente e também propositadamente confundir esta Assembleia Municipal, não referindo se se fala da rede pública ou privada, ou sequer, de que escolas profissionais se fala.-----

----- Assim sendo, votaremos contra, pois não concordamos que esta medida esteja estendida ao ensino privado, aliás, razão pela qual também votaremos contra a proposta do PSD, que essa ao menos torna explícita qual é a sua intenção, mas que com a qual também não concordamos e que propõem o alargamento a toda a rede privada relativamente à gratuitidade dos manuais escolares.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro dos Independentes.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quanto à proposta em discussão da rede dos cuidadores em Lisboa, o Grupo dos Deputados Independentes, irá a votar a favor, no entanto lamenta que no preâmbulo e na situação toda descritiva não venham efetivamente os passos já desenvolvidos, quer no Pelouro anterior e também neste Pelouro.-----

----- E passaria no fundo a dizer, que não há aqui de facto uma criação de uma temática nova, há antes tentar-se explicitar e fundamentar a constituição da rede, mas chamar a atenção, que não só desde 2012, há esta preocupação pela Santa Casa da Misericórdia, mas o plano de desenvolvimento social tem no envelhecimento ativo efetivamente, ainda há dois dias foi realizada uma Feira do Cuidador Informal, com uma demonstração do que existe relativamente, às diversas organizações quer IPSIS, quer outras mais profissionalizadas.-----

----- Mas há um projeto que foi constituído, muito importante a nível das comissões de sociais de freguesia, freguesias no Mandato anterior que envolveu setecentas

peçoas, e que por exemplo quer a de Arroios, e outras Freguesias aqui presentes trabalharam.-----

----- Que foi no fundo fazer formação de cuidadores informais com a organização "Advita", que é um protocolo, e tem de facto muito material, como manuais para distribuir e que nós fomos, identificamos nas freguesias os cuidadores informais, e disponibilizamos na biblioteca esse material, e que deveria ter continuado e que está em avaliação, e parado, relativamente aos setecentos que foram trabalhados e que deveriam continuar, relativamente à rede.-----

----- Por último, dizer que de facto os cuidadores informais são importantes, mas nós não nos vamos demitir também do outro lado desta problemática, que são as instalações para os cuidados continuados, os cuidados médio e a longo prazo, paliativos e também de autonomia. -----

----- É fundamental que na Carta da Saúde venha a revisão efetivamente de 2009, com as instalações, temos apenas uma percentagem mínima para acompanhamento, sabemos que é outra matéria, mas é uma matéria complementar aos cuidadores informais, a questão das instalações.-----

----- E também, simultaneamente a revisão da portaria, porque a portaria dá esta matéria dos cuidados só para o privado ou para as IPSIS, retirando ao Estado a situação de responsabilidade de facto do cuidar.-----

----- E deixaria um pensamento o seguinte: temos que nos preparar para o seguinte, alguma fase da vida nós somos cuidadores mas simultaneamente vamos ser cuidados, daí ser uma matéria que hoje o poder local tem que agarrar, nesta dualidade, do informal e do formal."-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Muito obrigada Senhora Deputada."-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- "Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas, dos Independentes, não do MPT e peço desculpa."-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Excelentíssima Senhora Presidente..."-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Senhor Deputado desculpe o à parte mas Deputados Independentes somos todos, uns estão inscritos em Grupos Municipais, outros não, portanto somos todos independentes, porque é assim que exercemos o nosso Mandato com dignidade. -----

----- Portanto, não leve a mal, este pequeno lapso da Mesa, mas somos todos independentes."-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- "Subscrevo inteiramente, Senhora Presidente.-----

----- Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, público presente. -----

----- Nos últimos cinquenta anos o retrato demográfico do país e da cidade de Lisboa mudaram radicalmente, associado a isto, os cuidados de saúde primários desde a reforma do Professor Arnaldo Sampaio e do Professor Gonçalves Ferreira permitiram uma melhoria significativa nos indicadores de saúde da população, desde as primeiras campanhas de vacinação nos anos sessenta, do Século XX, até à reforma que permitiu que se nascesse cada vez com mais segurança em Portugal, em abono da verdade graças à coragem do Professor Correia de Campos, então Ministro da Saúde.-----

----- Atualmente quer por envelhecimento da população, quer pelo aumento exponencial das doenças crónicas, muitas delas extremamente incapacitantes urge criar soluções para assistência a essa enorme massa populacional. -----

----- Qualquer um de nós, todos nós perante uma situação de doença incapacitante deseja poder estar no seu local de residência habitual, junto com os seus.-----

----- Não quero com isto dizer, nem menosprezar todo o mérito e o trabalho que é feito por todas as entidades nesta área, nomeadamente, e nunca esquecendo as IPSS.---

----- Os cuidadores informais são sem qualquer dúvida uma necessidade intransponível que pela sua assistência permitem assegurar melhor bem-estar físico, mental e social aos cidadãos incapacitados. -----

----- Posto isto, uma proposta tão relevante como a apresentada pelo CDS, não poderia de deixar de ter o nosso apoio, urgindo manifestar a nossa solidariedade e apoio a todos os cuidadores informais, que sem reconhecimento ou sem amparo, constituem um verdadeiro pilar da nossa sociedade, aliviando o Estado do seu dever de proteger todos os seus cidadãos sem exceção.-----

----- Falamos de pessoas que sem formação, sem apoio técnico ou psicológico, movidas única e exclusivamente pelo afeto e sentido de missão para com quem amam, sujeita a uma constante pressão física e emocional, e até financeira, sem que lhes seja reconhecido a maior parte das vezes o estatuto e conferida proteção. -----

----- Que Lisboa dê o mote a outros municípios, que Portugal nos siga, e dê os passos necessários para a criação de uma rede de cuidadores informais, que reconheça a importância do papel que estas pessoas desempenham na nossa sociedade.-----

----- Disse! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Agora sim, tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Em particular aos Senhores Deputados do CDS e do PSD.-----

----- Eu saúdo profundamente a vossa evolução, acabou a conversa da condição de recursos, neste momento os manuais escolares, falasse em manuais gratuitos, e já não se fala em condição de recursos, como se falou em tempos. -----

----- Bom! -----

----- Em relação ao PSD estarei talvez a ser desonesto na medida em que o PSD sempre defendeu esta medida para todos como veio defender agora. -----

----- Mas a verdade, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é que a proposta que o CDS trás agora aqui piedosamente, visa de facto abrir a porta para o financiamento dos manuais para o setor privado! Porque as escolas profissionais com contrato com o Ministério da Educação já recebiam os manuais escolares gratuitos! Já desde o ano passado, e depois tudo isto é muito mais espantoso, portanto criar-se-ia aqui um precedente que levaria aquilo que o PSD, quer, o CDS fá-lo envergonhadamente, o PSD fá-lo à descarada, e depois tudo isto seria muito simples, não fosse o caso dos mesmos partidos que vieram defender uma redução da devolução de IRS aos municípios, venham agora ao mesmo tempo que defendem essa redução defender uma expansão da despesa, isto é um mau exemplo de governação, este é um mau exemplo que os Senhores estão aqui a dar, e de facto nunca conseguirão governar esta cidade em termos de centro, se continuarem nessa linha de pensamento. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Raúl Santos do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raúl Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, público presente. -----

----- O MPT quer manifestar-se, de forma muito sintética, relativamente à proposta que o CDS vai apresentar sobre os manuais escolares gratuitos e que nós subscrevemos. -----

----- Já aqui tivemos a oportunidade sobre este assunto de referir que esta medida é de aplaudir, mas não deve ter em consideração o regime de ensino e sim o rendimento anual do agregado familiar, independente da opção ter sido pelo ensino público ou privado. -----

----- O facto de poder haver alunos sem o direito de acesso aos manuais escolares de forma gratuita é para nós inaceitável e uma discriminação que o MPT não pode aceitar, pelo que iremos votar em conformidade com esta nossa posição. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. -----
----- Relativamente às duas propostas que temos em cima da mesa, para discussão, comecemos pela questão dos manuais escolares, agora proposta para que seja alargada ao ensino profissional. -----
----- Uma primeira consideração, o CDS continua a não entender o conceito de educação pública, nem de escola pública, e o PSD ainda menos, aliás como se vê com a proposta complementar que apresentaram, no entanto já apresentaram esta proposta tantas vezes, que mais uma não é novidade. -----
----- Mas há aqui outra novidade também, é que PSD para defender esta proposta, vem nos falar da Constituição, essa leitura vem com algum atraso, durante os quatro anos que foram governo a Constituição foi colocada na gaveta, e agora lembram-se que existe a Constituição. -----
----- Mas a Constituição defende a escola pública, e o Estado tem o dever de responder à escola pública, não é financiar privados, e portanto, quando se avançou para a proposta dos manuais escolares gratuitos para a escola pública, e vou referir várias vezes o termo, público, porque ainda não perceberam o que é que significa, aliás, PSD e CDS sempre que tiveram oportunidade ajudaram a destruir a escola pública, a saúde pública, a justiça pública, enfim, tudo o que é público ajudaram a destruir, e portanto, fica aqui mais uma vez claro, que o único objetivo PSD e CDS, têm quando vêm apresentar estas propostas, é novamente favorecer o setor privado. -----
----- Sobre a proposta em cima da mesa do ensino profissional, já foi dito, há aqui duas questões. -----
----- Sobre o orçamento de 2019 toda a escola pública está abrangida pela proposta, as escolas profissionais atualmente, públicas já estão abrangidas por esta proposta, e portanto, fica a questão com a proposta que o CDS apresenta, a questão é: -----
----- A quem é que serve a proposta? -----
----- Porque ela está feita propositadamente não de uma maneira muito clara, no entanto eis que temos a proposta complementar do PSD, que dá resposta então aquilo que falha na proposta do CDS, é exatamente para voltar a favorecer os privados, e portanto, obviamente, que o Bloco de Esquerda votará contra estas duas propostas, e temos aqui uma diferença bastante grande, sempre tivemos, mas eu volto a repetir, PSD e CDS não percebem o conceito de escola pública, não percebem o conceito de serviço público, que aliás, tentaram destruir durante vários anos, e portanto, da nossa parte não contam com o nosso voto para destruir serviço público. -----
----- Relativamente à questão da rede de cuidadores em Lisboa. -----
----- É um tema que está em debate em especial no último ano com algum relevo, deve ser um debate tido com serenidade e com propostas muito concretas, que aliás,

têm surgido ao longo dos últimos meses, seja a nível municipal, seja a nível nacional, têm surgido várias propostas que estão em cima da mesa, para debate. -----

----- E em primeiro lugar, também referir que o próprio Parlamento, este tema surgiu por uma proposta muito concreta do bloco de Esquerda, que é o estatuto do cuidador informal, que é uma proposta muito importante do nosso ponto de vista, e que, com certeza contará com os contributos de todos e de todas, de todos os grupos políticos, com certeza aqui e também na Assembleia da República, aguardamos por eles até agora. -----

----- E portanto, da nossa parte nós consideramos que é importante que se olhe efetivamente para estes milhares de pessoas, que cuidam todos os dias de outros, e é preciso olhar para elas com respeito e com dignidade, e por isso é importante que antes de qualquer outra proposta, e já irei às outras propostas, por isso é que é importante aprovar o estatuto do cuidador informal, porque sem um estatuto do cuidador informal, qualquer indicação, ou qualquer proposta que dê dignidade e direitos efetivos a estas pessoas, vai ficar a meio caminho, e nós não queremos que fique a meio caminho queremos que vá até ao fim, por isso que a questão do estatuto é muito importante, e é um passo muito concreto a proposta está em cima da mesa, e portanto, vamos dar prioridade também a essa proposta. -----

----- Quanto aos cinco pontos deliberativos da proposta do CDS.-----

----- Parte do que é aqui proposto, já é hoje em dia feito, não só a nível municipal, mas também a nível municipal, portanto parece-nos que há aqui uma tentativa também de fazer uma espécie de número político quando se sabe que aquilo que está aqui proposto, já é feito atualmente de várias formas.-----

----- Existe uma rede que já apoia seis mil cuidadores informais, através do Programa “Lisboa Cidade de todas as Idades” em articulação com o Ministério da Saúde, com a Santa Casa da Misericórdia e com outras instituições que trabalham nesta área. -----

----- Temos um problema de princípio com o ponto dois da proposta do CDS, porque do nosso ponto de vista, tal como ela está formulada, ela não vai ao fundo do problema, e aliás, acrescenta informalidade a um sector que já têm demasiada informalidade. -----

----- É certo que o cuidador informal precisa de uma rede de apoio, mas de cuidadores formais, e portanto, isso é um papel também que cabe não só ao Estado Central, os Municípios podem ter, e devem ter, têm neste caso já um início nesse papel, mas quando se está aqui a propor existam mais cuidadores informais a ajudar outros cuidadores informais, estamos a acrescentar informalidade à informalidade, é a leitura que nós fazemos da proposta que aqui está, poderá esclarecer, se é, se não é! Mas é a leitura que faz desta proposta, e achamos que vai no sentido contrário daquilo que os cuidadores informais precisam, que é de um estatuto que lhes dê dignidade, e precisam de apoio dos cuidadores formais, e portanto condições dignas para exercerem também o seu trabalho, porque na verdade é de trabalho que estamos a falar, e este apoio formal quando necessário deve ser dado seja via SNS, seja via Câmara Municipal de Lisboa, mas novamente esse caminho está já a ser trilhado. -----

----- Aqui obviamente, os Municípios terão um papel muito importante, esse caminho tem sido feito, não só como já referi com a rede social, mas também com outros parceiros, mas de facto parece-nos que acima de tudo, esta proposta não vai ao encontro daquilo que é o real problema destas pessoas que é, não terem nenhum tipo de proteção legal, nenhum tipo de proteção formal, e isso é e faz-se com o estatuto do cuidador informal. -----

---- E informar a Presidente da Mesa que iremos requer a votação desta proposta sobre a rede de cuidadores por pontos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada muito obrigada, não sei se temos mais inscritos? -----

----- Faz favor.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado João Condeixa do CDS” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Tentando responder a cada uma das intervenções e peço desculpa mas vou ter mesmo que as individualizar. -----

----- Respondendo ao PS e ao Manuel Lage, e esta resposta serve também para o Bloco de Esquerda de alguma forma, ou são esclarecimentos mais do que respostas. ---

----- Nós não dissemos que inventámos a roda, atenção Senhor Deputado Manuel Lage, nós sabemos dos bons exemplos que existem, mas esses exemplos são insuficientes, eu acho que todos nesta sala têm um doente em casa, conhece alguém com um problema oncológico, alguém que está em casa refém de si próprio e das suas instalações, com uma demência, não me digam que não existem! Porque existem, Senhor Deputado Manuel Lage! -----

----- Acham que esta rede que hoje existe, e esta resposta que hoje existe é suficiente? Não é! Nós não queremos inventar a roda, o Bloco de Esquerda está a dizer que não é suficiente, exatamente não é! Nós não queremos inventar a roda, nós não queremos sequer que a Câmara Municipal se arrogue de ser o detentor desta rede. Nós queremos é que esta rede chegue a quem dela precise, eu acho que é o nosso propósito de todos aqui! -----

----- Eu toco aqui num ponto que me parece muito, muito relevante que é: do ponto de vista de saúde, do ponto de vista social, do ponto de vista de literacia, eu conheço várias pessoas que não sabem como poupar o seu esforço ao fazer uma cama de quem está acamada há meses sem fio! Eu conheço várias pessoas que não sabem como fazer uma dieta melhor para quem está com um cancro no estômago, são inúmeras situações. A Direção Geral sozinha não chega lá, as IPSS não chegam lá, a Santa Casa da Misericórdia não chega lá. -----

----- O que nós estamos a pedir é que a Câmara Municipal reúna e impulse esta rede, reunindo todos *players* que estão dispersos, todos eles colaboram, mas que

colaborem entre si, e este meu ponto vai muito para o Partido Socialista, para que tenha isto presente no seu momento de voto e de decidir o voto.-----

----- Depois relativamente ao PCP, e eu percebo há aqui uma questão ideológica de alguma forma nos separa, é normal, sobre ser uma rede de cuidadores ter que ser pública. -----

----- O que nós defendemos, é que cada um de nós cuidadores individualmente não é público nem é privado, presta o melhor que sabe e que pode o cuidar a quem dela precisa, e se o PCP quer uma rede pública, que eu acho legítima que o defenda, se fizer com que a Câmara Municipal se abster de criar esta rede, ou pelo menos de a impulsionar, então uma coisa eu tenho a certeza, é que essa rede virá do privado, vem do privado, será o privado a tomar essa iniciativa, por isso juntem-se também a este imperativo, e façam com que a Câmara promova esta união de todos aqueles que hoje já prestam este serviço.-----

----- Depois, e relativamente ao que foi dito relativamente ao manuais escolares.-----

----- É para a rede pública, não tínhamos dúvidas, e o Deputado Miguel Graça, questionava isso. -----

----- A nossa proposta é para a rede pública, e eu vou explicar porquê! -----

----- E eu vou explicar porquê, até pode estar detalhada, podemos fazer uma adenda, para que seja pública, e eu vou explicar porquê. -----

----- Isto resulta tudo de uma audição parlamentar, em que o Ministro e o Secretário de Estado, perante a pergunta não souberam identificar, e eu já agora, respondendo também à Deputada Isabel Pires, que quase pareceu que sabia mais do que o Ministro e que o Secretário de Estado, quando diz que “*as escolas profissionais públicas já estão contempladas*”. -----

----- Esta nossa proposta resulta dessa audição parlamentar, em que o Ministro e o Secretário de Estado, não nos souberam, no Parlamento obviamente, assegurar que a rede pública profissional estava devidamente contemplada, e por isso, embora hoje, e o Deputado Rui Costa, e se hoje apesar de tudo, a Câmara Municipal de Lisboa, souber estar a prestar este apoio dos manuais escolares, caso essa responsabilidade passe totalmente para o Ministério da Educação, é possível que tal como está inscrito no orçamento de estado, que é dúbio, é possível que o ensino profissional público não fique contemplado, e por isso a nossa proposta também aqui é muito simples. -----

----- É que a Câmara Municipal enquanto for necessário, até porque está aliviado orçamentalmente dessa responsabilidade, passa para a educação, que assegure este apoio, que o ensino público profissional ainda precisa. -----

----- Depois, respondendo...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado tem pouco tempo, seja sintético está a terminar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou já terminar.-----

----- Respondendo ainda à Deputada Isabel Pires, sobre o informalismo dos cuidados. -

----- Eu percebo, e acho que é também uma preocupação que nos assiste, que é garantir que o informalismo não persiste, e que nomeadamente a literacia e a incapacidade não permanece, por isso, é que a nossa proposta é cuidadores formais e informais juntos, de maneira a que os cuidadores formais auxiliem os cuidadores informais com mais conhecimento, com mais...está, está, peço desculpa, está, eu não tenho aqui a proposta não a trouxe, mas se quiserem posso ler o parágrafo. -----

----- Que é: *“agrega cuidadores informais e formais para a prestação de maior apoio, maior apoio social, maior apoio psicológico e cuidados de saúde que sejam necessários, etc.”* -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Real do PAN” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, apenas por uma questão de gestão dos tempos na Mesa, pergunto se para além da Senhora Deputada Inês Sousa Real e o Senhor Deputado Luís Newton, há mais alguém que se queira inscrever?-----

----- Temos mais alguém que se queira inscrever ou não?-----

----- Estou a perguntar se o Partido Socialista ainda se quer inscrever? -----

----- Então ainda temos dois Senhores Deputados inscritos, vamos prosseguir.-----

----- Apenas porque tendo em conta que às cinco e meia, na hora das cinco e meia, não faz mal se demoremos mais uns pucos mais minutos, não há problema, Senhora Deputada, faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Boa tarde Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Vereadoras e Vereadores presentes, Deputados e Deputadas Municipais, Público e restante Comunicação Social presente. -----

----- Em relação à medida proposta pelo CDS para a criação de uma rede de cuidadores informais, antes de mais, permitam que o PAN refira que a saúde é de facto um tema fundamental para a vida pessoal e comunitária.-----

----- O poder local tem algumas competências nestes domínios, nomeadamente nos cuidados primários, e tem-se assistido a uma persistente vontade política de descentralizar mais poderes aos órgãos locais, inclusiva nestas áreas, é preocupante. --

----- Esta também é uma matéria que nos merece a maior atenção, desde logo porque a falta de acesso aos cuidados primários, ou até mesmo os cuidados paliativos, vêm penhorar a vida das pessoas nomeadamente os cuidadores, sejam eles formais ou informais. -----

----- Para os cuidadores informais, esta é de facto uma tarefa muito solitária, que vem muitas vezes penhorar a sua vida pessoal e também profissional, afastando-os do mercado de trabalho. -----

----- Acompanhamos por isso a necessidade de se criar também ao nível municipal, uma política que dê respostas integradas, para que estas pessoas e as suas famílias, nomeadamente através de equipas comunitárias, possam estar mais integradas na sociedade. -----

----- É essencial, também financiar e promover uma formação especializada nesta área, que seja orientada quer para os profissionais, quer para os voluntários, e até mesmo de forma mais genérica para a população, e para os voluntários das diferentes áreas, desde a Proteção Civil, à própria PSP, a GNR e outros atores que possam de alguma forma, e também na sua vertente profissionalizante, promover uma maior inclusão nestes domínios. -----

----- Assim, como também, achamos que devemos promover incentivos para que permitam que estes cuidadores mais do que regressarem a uma vida ativa, não deixem para trás as suas vivências e a sua formação profissional, ou a consequente atualização também profissional. -----

----- Achamos por isso que devemos combater e promover medidas que venham desincentivar o isolamento destas pessoas, que não caem também em situação de carência seja ela económica, ou também de outras vulnerabilidades como seja a emocional ou mental, devemos por isso apoiar e promover campanhas de sensibilização de toda a população, e a formação dos diferentes profissionais que garantam também, e garantir também a contratação de mais pessoal nestas áreas. -----

----- Iremos por isto, votar favoravelmente quanto a esta medida que foi apresentada pelo CDS. -----

----- Quanto à questão dos manuais escolares, já aqui foi exposto, que há de facto algumas dúvidas quanto ao alcance desta medida, portanto, importa perceber se vai ou não ser clarificado e feita esta adenda, para clarificar, que vai ser para a área pública, portanto, profissionalizante pública. -----

----- Achamos que este é um regime que deve de facto ser revisitado, porque deixou de fora várias áreas, quer a questão profissionalizante, quer também os alunos que estando integrados no núcleo de ensino privado, possam de alguma forma beneficiar de apoios públicos, por se encontrarem em situação de carência socioeconómica, achamos de facto que deve ser encontrada aqui uma solução mais justa, sobretudo que venha diminuir os encargos daqueles agregados familiares que mesmo optando por uma solução no privado, possam também ter vencimentos mais diminutos. -----

----- Também uma nota, achamos como algo que já também foi aqui manifestado, não deixa de ser curioso que o Vereador que precisamente tutela esta área, não esteja aqui presente, e que não venha esclarecer também qual o impacto que esta medida está a ter, precisamente quando falamos que tem que ser revisitada, portanto vamo-nos abster, a não ser que de facto seja feita esta alteração, e portanto e que seja para a escola profissional pública. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhora Deputada, vamos prosseguir.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Vereadores aqui presentes. -----
----- Em vários momentos tentamos procurar compreender e refletir sobre aquilo que nos separa nas propostas que de tempos a tempos que são aqui debatidas. -----
----- E é um exercício que se exige, obviamente, quando por base às vezes essas diferenças têm um tão forte cariz ideológico.-----
----- Tentar encontrar o que nos separa, e às vezes procurar com base nisso um nire é o desafio mais interessante da democracia, mas no entanto, é o desafio que este bloco da extrema-esquerda parece estar claramente apostado em não querer unir. -----
----- Aliás, eu diria mesmo mais, não é só o bloco da extrema-esquerda, é o bloco da extrema-esquerda e o Deputado ex-bloco da extrema-esquerda, é o independente da extrema-esquerda.-----
----- O que eu gostava de compreender, em determinado momento era tentar sintetizar o que nos separa e que de facto a conclusão a que chego é que, o que nos separa é um mundo enorme.-----
----- Em primeiro lugar, uma questão doutrinal. -----
----- O mundo que vocês defendem, ruiu no dia 9 de novembro de 1989, essa é a grande realidade que ainda não conseguiram aceitar, se calhar por isso é que não vemos aqui nenhuma saudação específica a esse momento. -----
----- O que vocês defendem é que não interessa o direito à educação, o que interessa é o direito à educação pública. O que nos separa é que nós defendemos o direito à opção.-----
----- Os Senhores defendem o direito à via única, foi isso que ruiu a 9 de novembro de 1989. O vosso modelo de estado faliu, faliu! É isso, é isso que arruinou no dia 9 de novembro de 1989. -----
----- Para nós, no que é importante na universalidade da educação, não é se a educação tem uma origem do público, ou do privado, mas se essas crianças têm direito a essa educação, é isso que nos separa, é esse o mundo que nos separa. Porquê? Porque para vós qualquer medida que em determinado momento tenha a palavra privado, passou a representar um “Adamastor” intransponível, algo que nós entretanto já há muitos séculos atrás demonstramos que é possível transpor.-----
----- Mas, para a extrema-esquerda, para o bloco da extrema-esquerda, e para o independente da extrema-esquerda, o que é de facto diferente, é que, é um atentado à civilização algo que diga privado! Deduzo que Vossas Excelências trabalhem todos no público, e que não haja aqui nenhum consultor independente ou privado nos vossos quadros, porque se é privado, é um atentado à civilização.-----

----- Mas o que nos choca mais, é que quando discutimos matérias tão relevantes no âmbito da educação, é o Vereador com a pasta da educação que está ausente, desse debate, e isso é que é lamentável. E eu acho que sei porquê! Porque como diz o vosso responsável Pedro Filipe Soares, interessa pouco o que os outros dizem, o que interessa é o que vocês pensam. É esta a democracia que vocês defendem, é o caminho único, e depois admiram-se dos extremismos a surgirem.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhores Deputados.-----

----- Senhores Deputados, apenas para vossa informação, apenas dizer-vos que já estão a chegar alguns dos nossos convidados, portanto eu agradeço a presença dos convidados que estão a chegar. -----

----- São mais uns minutos, para naturalmente terminarmos os nossos trabalhos, e peço a vossa paciência.-----

----- Vamos passar a palavra.-----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Manuel Lage se está inscrito para falar, se quer falar, ou não quer falar?-----

----- Não está, não quer falar, muito bem.-----

----- Então neste momento terminámos as intervenções.-----

----- Pergunto à Câmara Municipal se quer falar? -----

----- A Câmara Municipal está ausente algures a tratar de outra questão, creio eu e portanto não vejo aqui a sinalização de que queiram usar da palavra. -----

----- Nós temos aqui várias informações que eu quero dar, antes de começarmos a fazer as votações. -----

----- A primeira é que a Proposta nº 002 que é dos manuais escolares gratuitos é subscrita pelo CDS-PP e também pelo MPT e pelo PPM, e tem duas alterações importantes.-----

----- No ponto um acrescentar, atenção ao que eu vou dizer agora, porque pode influenciar o vosso sentido de voto.-----

----- No ponto um que diz: “A Câmara Municipal de Lisboa mantenha a atribuição de auxílio económico, através do reembolso do custo dos Manuais Escolares, enquanto o Ministério da Educação não implementar a medida prevista em sede de Orçamento de Estado 2019”, acrescentar “para o Ensino Público.”-----

----- Que a Câmara Municipal mantenha a atribuição, tudo o que cá estava, mas acrescentar “para o Ensino Público”, no ponto um. -----

----- Eu estou a dar informação das alterações, e peço para tomarem atenção, para sabermos depois o que é que vamos votar.-----

----- No número dois, onde estava “que a medida dos manuais gratuitos seja estendida ao ensino profissional”, acrescentar “público”, ao “ensino profissional público.”-----

----- Creio que vários Deputados pediram para esclarecer isto, e é isto que está agora no texto da proposta, “no Concelho de Lisboa”, o resto é igual. -----

----- Está claro o que votamos, o que votamos não, o que vamos votar? -----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de votar. -----

----- Vamos votar a proposta apresentada pelo CDS, sobre os “Manuais escolares gratuitos” que tem o número dois, CDS-PP de 2018, e que teve as alterações que agora apresentei. -----

----- Estamos em condições de votar? -----

----- Vamos pôr à votação. -----

----- **A Proposta nº 002/CDS-PP/2018 (Retificada)** foi **aprovada por maioria** com votos contra do PCP, PEV, 1 IND, abstenção do BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, 6 IND. -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora pôr à votação a proposta seguinte que é a dos cuidadores. -----

----- Esta também tem a subscrição do PPM e do MPT, e não tem alterações. Tem? Peço desculpa. -----

----- Antes de passarmos à proposta dos cuidadores, há uma proposta do PSD, que é de alteração, que eu interpretei como sendo um aditamento, eles chamaram-na proposta complementar, portanto se é complementar é um aditamento. -----

----- Portanto depois do que já votámos, o PSD propõem que se vote ainda: *“Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que aprove o alargamento da gratuidade dos manuais escolares a todos os alunos residentes no município e que frequentemente o ensino obrigatório na rede particular, cooperativa ou com contrato de associação e ensino profissional, bem como, instituições de educação e formação, reconhecidas pelas entidades competentes”*. -----

----- Esta é a proposta do PSD, vamos pôr à votação.” -----

----- **A Proposta de alteração à Proposta nº 002/CDS-PP/2018 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) foi rejeitada** com votos contra do PS, PCP, BE, PEV, 7 IND, abstenção do PAN, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT, PPM. -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto terminámos esta parte, vamos entrar agora na proposta do CDS-PP, sobre a rede de cuidadores. -----

----- Pedem-me, o Bloco de Esquerda que faça uma votação pôr pontos, separando os três primeiros pontos, dos dois últimos, e pede-me o subscritor, o Senhor Deputado João Condeixa, que informe que há aqui uma alteração, no ponto número dois. -----

----- Onde está *“esta rede de cuidadores”* acrescentar *“formais e informais”*, que fique acrescentado *“formais e informais”*, o resto é igual. -----

----- Está claro o que estamos a votar? -----

----- A Mesa vai pôr à vossa consideração, os três primeiros pontos desta proposta.” ---

----- **Proposta nº 003/CDS-PP/2018 – (Retificada) – (Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP) tem um pedido de votação em separado dos pontos 1, 2, e 3 e dos pontos 4 e 5.** -----

----- Os **Pontos 1, 2 e 3** foram aprovados **por maioria** com votos contra do PCP, PEV, abstenção do PS, BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, 8 IND.

----- Os **Pontos 4 e 5** foram aprovados **por maioria** não há abstenções, votos contra do PCP, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, 8 IND. -----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas duas votações)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A proposta está toda ela aprovada por maioria, embora com votações diferenciadas.”-----

----- Terminámos este ponto da Ordem de Trabalhos, Senhores Deputados naturalmente são livres de se manifestarem, naturalmente.”-----

----- **PONTO 5- APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE REPARTIÇÕES DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS;**---

----- **PONTO 5.1. APRECIACÃO DO PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 702/CM/2018 (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR JOÃO PAULO SARAIVA) – AUTORIZACÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2019 E 2020, RELATIVA À “AQUISICÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS RODOVIÁRIOS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO OS DO REGIMENTO DE SAPADORES DE BOMBEIROS” – PROCESSO N.º 08/CPI/DA/DCP/2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS.1 E 6 DO ARTIGO 22ª DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta n.º 702/CM/2018 fica anexada a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 5.2. APRECIACÃO DO PONTO 8 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 703/CM/2018 – (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR JOÃO PAULO SARAIVA) – AUTORIZACÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2018 E 2019, RELATIVA À “AQUISICÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS RODOVIÁRIOS PARA VEÍCULOS, PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO OS DO REGIMENTO DE SAPADORES DE BOMBEIROS” – PROCESSO N.º 05/AD/DA/DCP/2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22ª DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ATUAL;**---

----- (A Proposta n.º 703/CM/2018 fica anexada a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E agora vamos passar ao último ponto da Ordem de Trabalhos, que são as duas repartições de encargos.-----

----- Pergunto à Câmara se quer fazer alguma apresentação? -----

----- Presumo que as dispensa. -----

----- O Senhor Deputado Sobreira Antunes deve ter detetado erros e por isso pediu para usar da palavra, e faz favor tem-na. -----

----- Os meus serviços têm procurado identificar estes erros, mas o Senhor Deputado Sobreira Antunes, bastante mais eficiente às vezes encontra-los do que nós, vamos a isso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Vereador. -----

----- Nós, não pomos em causa a necessidade da aquisição de combustíveis para a frota municipal, no âmbito das Propostas nºs 702 e 703 de 2018. -----

----- No entanto, gostaríamos de recordar, e vou citar, “*que se trata do fornecimento de combustíveis dos tipos gasóleo e gasolina, por novo período de um ano, entre 2019 e 2020.*” -----

----- Ora, há vários Mandatos atrás que “Os Verdes” veem insistindo com a Câmara pela progressiva substituição de veículos com estes tipos de combustíveis. -----

----- E é esta a questão que voltamos a insistir com o Executivo. -----

----- No momento em que várias cidades europeias se preparam para proibir a circulação de viaturas a gasóleo, perguntamos: Senhor Vereador, quando vai a Câmara preparar tenciona a gradual substituição da sua frota? -----

----- Obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, e aqui não foi um erro é mesmo uma questão de fundo. -----

----- Pergunto se a Câmara está em condições de responder? -----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, muito boa-tarde. -----

----- É com gosto que ouvimos os Senhores Deputados tão preocupados com as questões da sustentabilidade ambiental, que também a nós nos motiva imenso, e nos fazem ter uma política em que gradualmente vamos substituindo a frota. -----

----- Recordo-lhe Senhor Deputado, que a Câmara de Lisboa é pioneira, e vai muito à frente de todas as outras sobre veículos ligeiros. -----

----- Como o Senhor Deputado sabe, os veículos ligeiros do Município ou são elétricos, ou são híbridos, subsistindo uma pequeníssima quantidade de alguns outros que estão em fim de carreira. -----

----- No entanto, há um conjunto de funções que pela necessidade e especificidade/oferta, mercado, disponibilidade do mercado de veículos compatíveis com as funções que precisamos de desempenhar com determinadas “*performances*” elas até ao momento não há ainda disponibilidade no mercado com oferta suficientemente robusta, para fazermos substituições integrais ou parciais da frota. -----

----- No entanto, temos estado muito atentos a toda esta problemática, queremos que Lisboa seja cada vez uma cidade mais sustentável e que honre aquele trajeto de dez que nos permitiu ter Lisboa como “Capital Verde Europeia”, no próximo 2020, daqui por um ano e qual coisa, e portanto, estamos abertos e estamos a fazê-lo um conjunto de experiências e até de aquisições de veículos experimentais ou de veículos com determinada “*performance*” que ainda não sendo a “*performance*” desejável para podermos gradualmente assimilar esse “*now au*” e substituir os veículos a combustíveis fósseis na frota municipal. -----

----- Recordo-lhe que não é possível na data de hoje ter veículos de bombeiros com suficiente “*performance*” para termos a substituição desses veículos nem experimentalmente. -----

----- Recordo-lhe que os resíduos urbanos também estão muito aquém, e há algumas experiências, mas estamos ainda longe de ter veículos com “*performance*” suficiente para termos alguma substituição. -----

----- Recordo-lhe também, que a Polícia Municipal, um dos principais clientes também das combustíveis fósseis no Município, que também não há ainda veículos com o grau de prontidão e disponibilidade que permitam que isso aconteça.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, eu pedia-lhe para concluir, terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou já concluir. -----

----- Senhora Presidente, só para reforçar também que naquilo que é um dos maiores consumidores não está neste concurso de combustíveis fósseis, que é a Carris, estamos em processo concursal para adquirimos alguns veículos elétricos, ainda também com uma “*performance*” que permita substituir esta frota. -----

----- Se consultar todas as capitais europeias, algumas de facto estão a ser metas de médio prazo, mas a curto prazo ninguém têm uma quantidade apreciável de frotas que não seja a combustíveis fósseis, ou combustíveis mais limpos, como o gás natural. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados estão dados os esclarecimentos, estamos então em condições de votar as duas últimas propostas que temos hoje à nossa consideração.” -----

----- A **Proposta n.º 702/CM/2018** foi **aprovada por maioria** não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PAN, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, 8 IND.-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala do Plenário) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A última proposta é também uma autorização é a n.º 703, é uma autorização da assunção de compromissos plurianual com repartição de encargos, é também para combustíveis líquidos, nas mesmas condições, mas trata-se de um processo distinto do processo anterior, e por isso são duas propostas diferentes.-----

----- Vou pôr à vossa votação esta segunda proposta.”-----

----- A **Proposta n.º 703/CM/2018** foi **aprovada por maioria** não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PAN, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, 8 IND.-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala do Plenário) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos a primeira parte da nossa Sessão, nós vamos dar uns cinco de intervalo para ser substituída a Mesa.-----

----- A Mesa vai ser ocupada como é do vosso conhecimento pelo Senhor Presidente da 2ª Comissão que vai presidir, pelos nossos convidados, que são seis convidados que já estão presentes para usarem da palavra nesta parte.-----

----- E portanto conto com a vossa presença, as pessoas do público que queiram descer e usar das cadeiras do Plenário podem fazê-lo, já não temos votações, podem usar cadeiras mais à frente para poderem participar de uma forma mais ativa nesta parte da Sessão, e peço desculpa por este ligeiro atraso mas são os nossos trabalhos que só agora terminaram.-----

----- Muito obrigada a todos.”-----

----- **A Reunião da Assembleia Municipal terminou eram dezassete horas e quarenta minutos.**-----

-----**(Intervalo)**-----

----- **PONTO 6. 1.ª SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO “O IMPACTO DO TURISMO NA CIDADE DE LISBOA”, NA SEQUÊNCIA DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA 001/PT/2018 APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 3 DE JULHO DE 2018 E DE ACORDO COM O FORMATO E PROGRAMA EM ANEXO; GRELHA DO PERÍODO DESTINADO AOS DEPUTADOS MUNICIPAIS: 3 M POR FORÇA POLÍTICA E 3 MINUTOS PARA OS DM QUE EXERCEM O MANDATO COMO INDEPENDENTES.**-----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todas e a todos, bem-vindos ao Debate sobre “O Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa”, e nesta primeira fase de intervenções vou-vos apresentar os Oradores a quem irei passar a palavra em seguida.-----

----- Temos connosco a Doutora Vera Gouveia Barros, Economista, Especialista em Turismo, o Professor Paulo Morais, Professor na Universidade Portucalense, o Doutor Luís Mendes, Geógrafo e além de Licenciado em Geografia é Mestre em Estudos Urbanos, o Vereador Arquiteto Manuel Salgado, com os Pelouros do Planeamento Urbanismo, Património e Obras Municipais, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Arquiteto Luís Vilhena, Deputado na Assembleia da República e principal Redator da Nova Legislação sobre Alojamento Local e o Doutor Vítor Costa, Presidente da Região do Turismo de Lisboa.-----

----- Passávamos no imediato aos Oradores Convidados, e antes gostaria de informar as entidades e personalidades convidadas que podem junto dos serviços proceder durante as intervenções dos nossos convidados, a inscrições para tomarem a palavra na fase seguinte desta nossa Sessão. -----

----- Os Relatores deste debate são: o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT e a Senhora Deputada Carla Madeira do Partido Socialista.-----

----- Dava então a palavra, para iniciar esta primeira fase de intervenções dos Oradores Convidados, ao Vereador Arquiteto Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, muito obrigado pelo convite para participar neste debate. -----

----- E eu vou-me centrar sobre um aspeto muito específico, que foi o desafio que me foi feito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que é debruçar-me sobre a especulação imobiliária e investimento estrangeiro.-----

----- Bom é evidente para todos, que Lisboa tem tido mudanças muito significativas e muito sentidas nos últimos quatro, cinco anos.-----

----- Há um conjunto de fatores que para isso concorrem, desde logo a liberalização dos contratos de arrendamento urbano, por outro, o crescimento do turismo, que houve aqui uma conjugação as companhias *Low Cost*, as plataformas, e por outro lado o reconhecimento internacional da cidade.-----

----- Um outro fator importante para aumentar a atratividade e esta mudança em Lisboa foi a internacionalização das Universidades, um projeto que desde meados dos anos dois mil se têm vindo a trabalhar, portanto com o aumento dos estudantes *Erasmus*. -----

----- Os residentes não permanentes e os vistos *gold*, e já mais recentemente o aumento considerável de empresas estrangeiras que se fixaram em Lisboa, com trabalhadores também estrangeiros com níveis de rendimento bastantes superiores à média da população portuguesa, e nomeadamente dos residentes em Lisboa.-----

----- A população estrangeira permanente e temporária em Lisboa aumentou de uma forma muito significativa, e Lisboa de facto cada vez mais é uma cidade global com todos os efeitos positivos e negativos que daí advém.-----

----- Eu penso que vale a pena olhar um pouco para o passado e retirar daquilo que é a história das últimas décadas em Portugal, e em Lisboa em particular para retirar algumas ilações.-----

----- E eu recordo-me que em 1975 as avaliações que tinham sido feitas nomeadamente no Congresso da Habitação, é que havia uma carência de cerca de quinhentos mil fogos em Lisboa. -----

----- E em 1975 lembro-me de Nuno Portas lançou um conjunto de programas particularmente importantes, como o SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), as Cooperativas, os contratos de desenvolvimento para habitação, e posteriormente já mais tarde os PER (Programa Especial de Revitalização) e no caso concreto de Lisboa os PIMP (Programa de Intervenção a Médio Prazo), para a irradicação das barracas, e para criar condições de alojamento para uma enorme pressão que se manifestou nessa altura, aliás Lisboa atingiu o pico da sua população em 1981, que foi o realojamento dos portugueses que vieram das ex-colónias. -----

----- Dentro desta estratégia de atacar um problema concreto de habitação que havia na cidade de Lisboa, a partir de certa altura, porque a produção de habitação pública era escassa, difícil e lenta, foi liberalizado o financiamento à compra de casa própria, e passou a ser este o grande motor da construção de habitação na cidade de Lisboa. ----

----- Outra crise que penso que vale a pena referir neste historial, foi aquele que se iniciou em meados dos anos oitenta com a instalação de escritórios em prédios de habitação, nomeadamente em frações, o que levou a uma terciarização generalizada da cidade de Lisboa, em que cerca de seiscentos mil metros quadrados de habitação estavam ocupados por escritórios, e 80% das empresas sediadas em Lisboa estavam instaladas em fogos de habitação com áreas inferiores a duzentos metros quadrados. ---

----- Este fenómeno da terciarização levou a que por exemplo, no início dos anos noventa e no Plano Diretor de 1992 fossem adotadas regras na cidade de Lisboa, para conter a terciarização nos fogos de habitação, e portanto começar a regular este fenómeno. -----

----- Já mais tarde tivemos um ciclo de grande expansão, que foi, eu chamou-lhe o “Ciclo da Expo 1995- 2005”, em que se construíram em Lisboa cerca de quarenta mil fogos. -----

----- Porém, se olharmos para os dados do censo, mesmo com este aumento do número de fogos na cidade de Lisboa, o que constatamos é que a população de Lisboa veio sempre a decair, veio a decair de forma sustentável e constante a partir de 1981, e a população do casco histórico da cidade diminuiu ainda mais, desde 1960 até hoje o número de residentes permanentes, inscritos e detetados no censo é cerca de um quarto da população que existia nos anos sessenta. -----

----- Eu penso que é importante este historial para se perceber que, por um lado programas públicos de habitação só têm efeito a médio e a longo prazo, e que as medidas que podem ter efeito a mais curto prazo são medidas legislativas. -----

----- Porque é que o investimento estrangeiro é neste momento tão forte na cidade de Lisboa? Por um lado as taxas de juro são anormalmente baixas, e por isso este problema que nós temos de pressão sobre a habitação, não é um problema exclusivo de Lisboa, é um problema que se coloca em praticamente todas as grandes cidades do mundo, e não só da Europa. -----

----- Por outro, a grande liquidez que existe exatamente porque as taxas de juro são baixas, e porque o investimento industrial e o investimento financeiro não é atrativo. E por outro, no caso concreto da cidade de Lisboa, porque os valores de mercado na cidade de Lisboa, quando comparados com as outras capitais europeias, são significativamente mais baixos, e portanto há neste momento uma atração de Lisboa, relativamente às pessoas, mas também a capitais que procuram investir aqui. -----

----- A dúvida é se espectável que esta atratividade de Lisboa relativamente ao investimento estrangeiro, se prolongue por muito tempo, isto depende essencialmente das variações das taxas de juro a nível internacional que poderão fazer abrandar rapidamente este sistema. -----

----- De tudo isto e deste fenómeno. Não referi muito rapidamente só uma menção que nos censos de 2011, havia em Lisboa cerca de trezentas e cinquenta mil frações habitacionais e cinquenta e seis mil fogos vagos. O fogo vago é um conceito que inclui desde a segunda habitação, a edifícios em ruínas e não suscetíveis de utilização, mas é um número assustador relativamente ao total. -----

----- E de facto toda a estratégia que Lisboa estabeleceu, a estratégia da reabilitação urbana, teve um efeito que em termos de reabilitação do edificado que é sensível. Hoje em dia nós estimamos cerca de oito mil fogos que estavam devolutos foram lançados no mercado, mas em contra partida aquilo que assistimos é que a construção nova em Lisboa é absolutamente residual. -----

----- Como referi entre 2001 a 2011 construíram-se em Lisboa cerca de quarenta mil fogos, trinta e sete mil e novecentos. Entre 2011 e 2018 construíram-se mil setecentos e sessenta fogos em Lisboa, fogos novos. -----

----- Isto significa que o *stock* de habitação em Lisboa está praticamente congelado, está congelado, desde o último censo, eu diria está congelado desde 2005, que é quando se inicia a queda da promoção imobiliária na cidade de Lisboa. -----

----- E quando nós temos uma apetência pelo capital estrangeiro em investir na cidade de Lisboa, e por outro lado a oferta é escassa, o resultado é efetivamente uma subida significativa dos valores, seja nos valores do arrendamento, seja nos valores de venda. -----

----- E de facto se olharmos para os dados e nós temos dados bastante fidedignos porque trabalhamos com os direitos de preferência, que são comunicados todas as transações que são comunicadas à Câmara, praticamente na cidade toda. Entre 2012 e 2018, o valor médio por metro quadrado de venda de uma casa usada em Lisboa, passou mil oitocentos e doze euros por metro quadrado, para três mil cento e nove euros por metro quadrado. -----

----- Portanto é uma subida muito, muito forte, e que resulta exatamente desta grande escassez de habitação, ou da oferta de habitação, e portanto um *stock* de habitação que está estagnado. -----

----- E portanto quando um bem é escasso, a procura aumenta, o valor dos bens crescem, e propicia fenómenos especulativos. -----

----- Neste momento nós temos na calha, eu diria assim no *Pipeline* de construção cerca de seis mil e setecentos fogos de iniciativa privada que estão ou licenciados, ou em obra, e mais cerca de seis mil que estão em operações de loteamento, e portanto

que temos expectativa que venham a ser construídos, mas sempre a um prazo relativamente longo, não é um prazo imediato de resolução de um problema. -----

----- E depois temos o Programa de Renda Acessível, mas que é um programa que exige planeamento, projeto, lançamento de empreitadas e construção, e portanto é demagógico pensar que um programa destes pode resolver, ou dar um contributo significativo para esta situação que temos neste momento, num período curto inferior a quatro, cinco anos. -----

----- E portanto aquilo que eu no fundo em síntese gostava de vos dizer, é que o que me parece que é importante de facto considerar, por um lado são alterações legislativas porque essas têm efeitos num prazo muito mais curto, que alterem o Regime Fiscal no sentido de discriminar positivamente o arrendamento permanente e de longa duração, quando comparado com o arrendamento temporário e de curta duração. Esta é uma medida que é, absolutamente, essencial a adotar. -----

----- A outra é que é para contrariar a escassez é preciso aumentar a oferta de habitação, aumentar o *stock*, seja para arrendamento de longo prazo, seja para casa própria, porque neste momento a oferta que existe mesmo de habitação nova para venda é, absolutamente, residual na cidade de Lisboa.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, vou ter que lhe pedir para concluir.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estou mesmo, mesmo no fim. -----

----- Por outro lado, era só a seguinte nota, o património fundiário municipal é finito, mesmo que mobilizemos todo o que está disponível para a construção de habitação, é necessário aumentar este património, e a forma mais eficaz de aumentar este património, é que seja consagrado na Lei aquilo que já propomos há anos. Que propusemos em 2012, no Plano Diretor e que não foi aceite pela Administração Central, porque não tinha enquadramento legal, que é a obrigatoriedade de cedência de lotes, ou fogos para habitação acessível, da mesma forma que hoje há a cedência de terrenos para equipamentos e para escolas. -----

----- E por fim, para que seja possível acelerar o processo de construção e de reabilitação, é necessário novas condições de financiamento, nomeadamente para as Câmaras Municipais, que permitam efetivamente criar outras condições para investir em habitação nova. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Passo então a palavra à Doutora Vera Gouveia Barros, Economista e Especialista em Turismo. -----

----- Também dez minutos.” -----

----- **A Senhora Doutora Vera Gouveia Barros na qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, muito obrigada pelo convite para estar aqui nesta Conferência cujo tema é “O Impacto do Turismo na cidade de Lisboa”, e portanto é sobre impacto do turismo que eu irei falar, não obstante esta Sessão ser dedicada mais à questão da habitação, que é um tema que se acabou por se cruzar, com o do turismo por circunstâncias várias.-----

----- Eu começaria por denotar que o turismo não é em muitos aspetos uma atividade económica diferente das demais, e um dos aspetos em que ela não se distingue de todas as outras, é que gera custos e benefícios. E que de ambos os lados dos custos e dos benefícios existem as chamadas externalidades, ou seja efeitos que são sofridos por quem não toma as decisões, neste caso sobre turismo.-----

----- Ora, como em qualquer atividade económica o que se trata aqui é de conseguir minimizar essas externalidades, mas sem correr o risco de com isso terminar a atividade, fazer cessar a ocorrência de benefícios. E para isso eu preciso de conseguir elencar esses custos, esses benefícios, e depois conseguir fazer uma avaliação quantitativa dos mesmos.-----

----- E aqui eu tenho logo um problema, e portanto se estamos aqui numa Sessão que procura dar pistas para políticas públicas, a primeira que eu sugiro é que passa haver uma coleção muito maior de dados sobre aquilo que se passa na cidade. Há muitos dados que nós só temos através dos censos, e dez anos naquilo que é o planeamento da vida numa cidade é uma eternidade, isto é válido para o turismo, é válido para as demais áreas de política pública.-----

----- Uma das coisas em que o turismo se distingue de outras atividades é a sua profunda relação com o território, e nesse sentido o turismo que se faz em Portugal só pode ser feito em Portugal, o turismo que se faz em Lisboa, só pode ser feito em Lisboa, não é deslocalizável, eu consigo produzir sapatos portugueses noutras partes do mundo, não consigo produzir turismo em Portugal noutras partes do mundo.-----

----- E essa relação com o território leva a que o turismo tenha no território um fator de produção essencial, e daí que tenhamos agora estes discursos que fazem muito a relação entre um sector e aquilo que se passa no mercado da habitação.-----

----- Felizmente a minha intervenção foi precedida pelo Vereador Manuel Salgado que abordou aqui uma série de aspetos que explicam muito aquilo que se está a passar no mercado imobiliário, com vários fatores que afetam o lado da procura, entre os quais o turismo. Qual é a responsabilidade do turismo para esse aumento de procura? Não sei, lá está, faltam-me dados, não tenho informação suficiente que me possa permitir fazer um estudo de índole econométrica, que é aqui que se justifica para me dizer que “x” por cento da variação do preço do metro quadrado se deve ao turismo.-----

----- Nós passámos a ter em 2016 dados publicados pelo INE para ao nível da freguesia, mas tudo o que é anterior a isso não existe com este detalhe, só temos os tais censos que são insuficientes.-----

----- Mas eu queria lembrar que fazer uma avaliação do impacto do turismo, é fundamental porque para não correr o risco, por um lado, de estar a usar soluções do

chamado *second best* sem ter tentado *first*, para eu saber qual é o *first* eu preciso de conhecer os problemas, preciso de conhecer os efeitos. -----

----- Fala-se muito por exemplo dos distúrbios que a presença de turistas em prédios de habitação causa, mais uma vez eu não tenho dados, eu não sei em que cada cem noites em alojamento local, quantas é que conduzem à ocorrência de distúrbios de perturbações, e isto era um dado importante para eu poder avaliar a dimensão do problema.-----

----- Mas outro risco que eu corro quando tomo decisões sem conhecer, sem ter quantificado a realidade, é a de usar um míssil para acabar com uma infestação de formigas, e receio bem que possamos estar aqui com algumas das medidas que foram adotadas recentemente, a ir por esse caminho. -----

----- Eu dizia há pouco que o turismo tem uma série de benefícios, tem também custos e obviamente é deste equilíbrio que as políticas públicas se devem centrar, porque eu imagino que todos aqui estejamos interessados na sustentabilidade do turismo.-----

----- E essa sustentabilidade tem vários níveis. Há uma sustentabilidade ambiental, há uma sustentabilidade económica, há uma sustentabilidade social. -----

----- Ao nível da sustentabilidade social usa-se muito a questão de como é que as comunidades locais reagem perante o turismo, e isso é especialmente importante no caso de uma cidade, porque por exemplo num ecossistema é muito mais fácil eu determinar qual é que é a carga que ele suporta. -----

----- E aquilo que sucessivos inquéritos que é a informações do que eu disponho, os estudos não estão disponíveis, portanto eu gostaria de poder fazer uma crítica metodológica, mas não os tenho. -----

----- No entanto se socorrer-me dos resultados que foram anunciados é que dizer que a maioria da população de Lisboa inquirida vê com bons olhos o turismo, reconhece os impactos positivos que ele tem.-----

----- E esses impactos positivos são diretos, no emprego que o setor cria, na restauração, na hotelaria, mas não só. Porque o turismo é um sector com imensas ligações a outros sectores, e portanto quando nós olhamos para o impacto temos que perceber que parte da construção é turismo, parte das atividades culturais, das entradas em museus, das entradas em espetáculo são turismo, parte do comércio é turismo, parte dos serviços, por exemplo de lavandaria, é turismo. Portanto há uma série de efeitos indiretos e depois também induzidos que é preciso ter em atenção.-----

----- Mesmo na parte da própria valorização cultural, fala-se também da questão da ameaça da autenticidade, é importante que se perceba que a autenticidade não é sinónimo de imutabilidade.-----

----- As sociedades evoluem, alteram-se, modificam os seus comportamentos, alguns desses comportamentos modificam-se pela nossa relação com o outro, porque é precisamente nessa relação com o outro que também se constrói a nossa identidade. Eu não consigo perceber o que é lisboeta se não existirem não lisboetas.-----

----- E portanto esta questão do contacto humano é fundamental num sector como o turismo, que é também conhecido como um sector da hospitalidade, e nesse sentido gostaria que se lembrassem que numa altura em que tanta gente fala dos desafios

colocados pela crescente robotização, provavelmente o turismo será daqueles sectores que não ficará imune a ela, mas que muito possivelmente até melhor resistirá à mesma, porque o contacto humano é um aspeto fundamental.-----

----- E é precisamente porque esse contacto é fundamental que existe o alojamento local. Algumas pessoas entendem que o alojamento local é simplesmente uma forma *low cost* de turismo, pois há estudos que mostram que é um segmento que tem uma procura dita sofisticada, de pessoas que escolhem ficar numa casa normal, porque querem ter a experiência durante aqueles dias da tal autenticidade, saber o que é que é viver, neste caso, em Lisboa.-----

----- Eu admito que possa haver em algumas freguesias específicas alguns problemas, mas lá está, mais uma vez precisamos de os conhecer e perceber como agir sobre eles.

----- Eu já em várias circunstâncias tive a ocasião de deixar a ideia de que se usa a taxa turística como forma de promover uma desconcentração da cidade, diferenciando-a por freguesias em função do rácio de camas por residente.-----

----- Eu vejo que os meus segundos são já pouquinhos, gostaria apenas de deixar aqui uma mensagem, que é de a sabedoria do rei *Salomão*, ficou célebre por aquele episódio em que ele percebeu que para distinguir qual era a mãe da criança o que havia era que propor dividi-la, porque a verdadeira mãe amava aquela criança, e preferia que ela fosse entregue a outra pessoa, mas que não morresse.-----

----- Quando eu vou ao Miradouro da Senhora do Monte, é exatamente nisso que eu penso, como verdadeira lisboeta eu sinto por alguns segundos o egoísmo de querer aquela cidade que sempre foi minha, só para mim, mas percebo automaticamente que isso não é sábio, que sábio é querer ter uma cidade que é do mundo e para o mundo. --

----- Essa foi aliás sempre a nossa natureza.”-----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Doutora Vera Gouveia Barros.-----

----- Tem a palavra o Professor Paulo Morais.”-----

----- **O Professor Paulo Teixeira de Morais na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Queria agradecer à Senhora Presidente da Assembleia Municipal o convite para aqui estar. -----

----- Saudar o Grupo que teve a ideia de levar a cabo esta iniciativa, o MPT, cumprimentar os meus colegas de Mesa, cumprimenta-los a todos, e passar diretamente ao tema que aqui nos trás. -----

----- Numa Sessão em que se fala de habitação e turismo, naturalmente que subliminarmente está a ideia de que na habitação as coisas não estão a correr muito bem, e no turismo as coisas estarão a correr bem. -----

----- Penso que essa a ideia que está subjacente ao título desta Sessão. -----

----- E nessa perspectiva a minha intervenção vai no sentido de identificar as causas porque isto acontece. -----

----- E o que eu entendo que está neste momento acontecer em Portugal, e mal, e muito mal no meu ponto de vista, é que o turismo vai bem porque é muito protegido a todos os níveis, e a habitação vai mal porque é completamente perseguida também a muitos níveis.-----

----- E apesar de nós termos uma Constituição que diz “que a habitação deve ser protegida” no seu Art.º 65, portanto há um princípio constitucional de proteção à habitação, e tanto quanto eu saiba não há nenhum princípio constitucional de proteção ao turismo, não obstante a Constituição dizer que o “bem a ser protegido é a habitação”, aquilo que nós temos assistido é que efetivamente o Estado Português tem, nas suas diversas instâncias, tem tomado todo um conjunto de medidas por ação e por emissão, que levam a que esse princípio constitucional não esteja a ser cumprido, e pior que a habitação esteja a ser permanentemente perseguida, em primeira instância pelo próprio Estado.-----

----- Eu começaria por aquela que é uma das funções de intervenção permanente do Estado, que é a questão fiscal.-----

----- E antes disso, quero relembrar a todos, que a Constituição não é nenhum regulamento para educar os povos. A Constituição é um contrato feito entre o Estado Português e os cidadãos, ao abrigo do qual o Estado se obriga a cumprir o que está no documento.-----

----- E portanto nessa perspetiva sempre que tal não aconteça os cidadãos devem gritar, reclamar pelo facto de a Constituição não estar a ser cumprida. E não está desde logo na sua componente, dizia eu, na componente de funcionamento da máquina fiscal.-----

----- O artigo n.º 104 da Constituição é o artigo que diz que tipo de impostos nós temos, é um artigo muito programático que tem a ver aliás com a forma, com o momento em que a Constituição nasce, e define-nos que há quatro tipos de impostos; impostos sobre os rendimentos das empresas, das pessoas, do património e do consumo.-----

----- E vamos ao património, aliás esta discussão é particularmente importante no momento em que se discute o Orçamento do Estado. Normalmente com a discussão do Orçamento do Estado há um conjunto de alterações aos estatutos de benefícios fiscais, e nessa matéria na proposta que está a ser discutida no Parlamento, não há qualquer alteração no sentido positivo, muito pelo contrário.-----

----- Mas dizia eu, que tipo de atitude tem tido o Estado, e nomeadamente a máquina fiscal relativamente ao património imobiliário? Como é que o Estado privilegia o património imobiliário? Quem é, em primeira instância, privilegiado em termos de património imobiliário?-----

----- São ao nível de isenção de IMI os Fundos de Investimento Imobiliário!-----

----- Portanto, o Estado Português tem tido a prática negativa, perniciosa nos últimos anos, que é, sempre que há um qualquer património imobiliário, há inúmeras utilidades que se lhe pode dar, ser uma IPSS, ser um cinema, ser um auditório, ser seja o que for, e que têm sido claramente beneficiado, nunca é a habitação, nunca é a habitação.-----

----- Têm sido os Fundos de Investimento Imobiliário que, reparem só, só os dez primeiros Fundos de Investimento Imobiliário no primeiro semestre de 2018, têm um património de cerca de quatro mil milhões de euros, só os dez primeiros Fundos, estou a falar só dos dez primeiros Fundos, a maioria dos quais não paga IMI, como pagamos todos nas nossas casas, quem usa a sua casa em termos de habitação. -----

----- Então chegámos ao absurdo que é isto. Uma família que viva numa casa deste tipo tem isenção de IMI de 0%, paga IMI, quem viva numa casa deste género paga IMI. Mas se já por exemplo, se eventualmente uma superfície comercial qualquer onde se desenvolva uma qualquer atividade, hipermercados, supermercados, etc, se o seu edifício estiver titulado num Fundo de Investimento Imobiliário, está isento de IMI, ou paga eventualmente 50% de IMI.-----

----- Aliás, há uma superfície comercial que usa um *slogan* “sabe bem pagar tão pouco”, eles devem estar a falar do IMI, que eles próprios pagam. Porque, de facto, esta cadeia de supermercados paga IMI, aliás, é isso é um problema que existe em Lisboa, no Porto e naturalmente nas maiores cidades, que é, estes senhores pagam menos IMI, do que qualquer um de nós na sua própria casa.-----

----- E naturalmente, quando isto acontece, quando há o princípio constitucional de defesa da habitação, e quando um edifício que seja utilizado para este fim, para vender vinho, é beneficiado em termos de IMI, e a habitação não é, naturalmente temos aqui como dizia o nosso Presidente aqui há dias, “um mundo de pernas para o ar.” -----

----- Aliás, se virem habitualmente todos os anos quando é publicado o Orçamento, em janeiro depois de aprovado, as diversas consultoras a Deloitte, a Price, fazem um conjunto de estudos sobre onde é que estão as isenções, nomeadamente ao nível dos impostos de património, e outros mas aqui o que nos importa é as questões do património. E se consultarmos qualquer uma dessas consultoras, passo a redundância, vemos que as principais isenções são ao nível de reabilitação urbana, ao nível de utilidade turística, embora aí tenha havido uma recente uma certa alteração, aos Fundos de Investimento, e assim sucessivamente.-----

----- Ou seja num país, em que o direito à habitação está constitucionalmente consagrado, sempre que exista um qualquer património imobiliário, a forma como ele é mais prejudicado em termos fiscais, é justamente no efeito, na sua função de habitação. -----

----- E portanto, aí no meu ponto de vista tem que haver uma intervenção grave, ou seja a habitação não só não é protegida, como a habitação é perseguida, por isso eu acho que o Estado Português antes de, a nível municipal, a nível central, a nível regional, como entenderem, antes de desenvolver programas de proteção à habitação, tem ele próprio o Estado Português “de se limpar”, desculpem a expressão, no sentido do tipo de perseguição que tem feito à habitação. -----

----- Porque em boa verdade nenhum investidor no seu pleno juízo, entre construir casas para habitação e não ter isenção de IMI, ou então construir para milhões, para alugar ao Pingo Doce ou ao Continente, é evidente que enfim os agentes económicos reagem aos estímulos que têm, e naturalmente que preferem esta atividade. -----

----- E por isso nesta primeira parte da minha intervenção queria dizer que é tempo, do meu ponto de vista, do Estado deixar de perseguir a habitação. -----

----- E também acho que a proteção ao turismo é superprotegida, enfim poderia dar aqui vários exemplos, mas a escassez do tempo leva-me a dar um que acho verdadeiramente inadmissível num país com as características de Portugal, e que tem a ver com isto, é que neste momento, em Portugal o turismo paga IVA a 6%, enfim nada a dizer quanto a isso, mas convém recordar quem vive nesta mesma casa, paga a sua eletricidade com IVA a 23%.-----

----- E portanto, num país em que as pessoas para se aquecerem nas suas casas, pagam o IVA da eletricidade a 23%, e ao mesmo tempo o turismo paga IVA a 6%, aliás mais se eu dormir hoje num hotel de quatro ou cinco estrelas, e tomar o pequeno-almoço no hotel vou pagar o IVA desse pequeno-almoço a 6%, mas se atravessar a rua para tomar o pequeno-almoço num café já vou pagar o IVA a 13% ou a 23%, dependendo daquilo que vá tomar. -----

----- Portanto, há aqui um excesso de proteção, nomeadamente quando a mesma Constituição que eu referi há pouco, no mesmo artigo que eu referi há pouco, diz e postula “que os impostos sobre o consumo devem onerar particularmente os bens de luxo.” -----

----- E portanto, eu não percebo muito bem como é que é possível com uma Constituição a dizer que “devem ser onerados os bens de luxo”, não percebo como é que o IVA num hotel de cinco estrelas é 6%, e o IVA da eletricidade nas casas das pessoas é de 23%.-----

----- E portanto, em síntese nesta matéria, eu acho que há uma superproteção ao turismo, face às outras atividades bem entendido. -----

----- Bom, não bastasse tudo isto, o Estado Português ainda se lembrou há uns anos de desenvolver uma atividade que é vender casas a estrangeiros ricos e de má fama, os chamados *Vistos Gold*.-----

----- Os *Vistos Gold* foram justificados, a maioria das pessoas já não se recordará qual era a ideia dos *Vistos Gold*. Era para trazer para Portugal pessoas que investissem e que viessem criar negócios, fábricas, fazendas, herdades, agricultura, indústria, etc. E naturalmente que ao desenvolverem esses negócios teriam de os gerir, vir para cá com as suas equipas de gestão, e precisariam de fazer essa gestão. -----

----- Ora, *Vistos Gold* atribuídos até outubro, portanto há quinze dias, foram em Portugal seis mil seiscentos e oitenta e sete, para criação de emprego em seis mil e seiscentos e oitenta e sete foram apenas doze, doze, em seis mil e seiscentos e oitenta e sete. Portanto isto não chega a 0,2%, é que não chega a 1%, não chega sequer a 0,2%. -

----- O que quer dizer que a razão que levou à criação dos *Vistos Gold* foi completamente abastardada, e então os *Vistos Gold* acabaram por ser uma forma de especulação imobiliária apoiada pelo Estado, que levou a que 95% destes *Vistos Gold*, fossem vistos para venderem casas, umas estão ocupadas outras não estão ocupadas, este prédio que veem aqui a maioria foi vendido a pessoas de Angola, penso que todos sabem, e se quiserem terem uma ideia das estatísticas disto, é esta que está aqui. -----

----- E portanto, o Estado com este tipo de medidas que é isentar de IMI, os Fundos de Investimento Imobiliário, da forma como tem isentado, embora a situação não se tem agravado, também mal seria, apesar de tudo é menos mal hoje do que era há quatro anos, mas continua a ser muito má, até porque muitos desses Fundos, já têm dez, doze, treze anos, e têm isenções de facto muito significativas. -----

----- O Estado ao promover os *Vistos Gold*, verdadeiramente, o maior agente de especulação imobiliária em Portugal, é o Estado Português. -----

----- E portanto, esta é para mim a conclusão óbvia, é quem tem sido o grande agente de especulação imobiliária tem sido o Estado Português. -----

----- Eu para terminar pedindo desculpa por já ter esgotado o meu tempo, gostava de deixar pelo menos duas sugestões, uma vez que também faz parte do âmbito do caderno de encargos que me foi dado. -----

----- E o primeiro é que, penso que em Portugal tem que se pensar de uma vez por todas, numa tributação de património em que o que seja tributado seja efetivamente o património, ou seja, independentemente da sua utilização, independentemente de quem é o dono, independentemente de qual é a sua função, o património deve ser tributado. -----

----- Porque o que acontece em Portugal, é que no mesmo prédio, isto acontece no prédio onde eu vivo, há vários apartamentos que estão em nome de *offshores*, outros estão em nome de Fundos de Investimento Imobiliário, outros estão em nome das pessoas, aliás, verdadeiramente eu quando entro no elevador do meu prédio passo em várias *offshores* até chegar à minha casa, porque alguns dos meus vizinhos efetivamente têm as casas em esquemas deste género, e depois há outros que têm as casas alugadas, outros têm as casas próprias, e pagam IMI como a maioria dos cidadãos, que é o que deveria acontecer. -----

----- Eu acho que isso só acontecerá, com alguma equidade quando a tributação do património depender apenas do património, ou seja, seja proporcional ao número de metros quadrados de área, naturalmente em função do coeficiente de ocupação de solo de cada local, como é evidente. -----

----- Quando a tributação do património passar a depender do património, e não da função, e muito menos do proprietário teremos um sistema mais justo, e mais equitativo. -----

----- E a segunda sugestão é que o turismo não pode ser hiperprotegido. O turismo tem que ser protegido, mas eu acho que o aquecimento para as pessoas que passam frio e são pobres também tem que ser igualmente protegido. -----

----- Portanto, deem ao turismo o mesmo tipo de proteção que consigam dar aos restantes portugueses. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- (PowerPoint entregue pelo Orador convidado Professor Paulo Teixeira de Morais fica anexado a esta transcrição, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Professor. -----

----- “Tem a palavra o Doutor Luís Mendes, Geógrafo e Mestre em Estudos Urbanos.”

----- **O Doutor Luís Mendes na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos é com muito prazer que aqui estou, queria agradecer o convite, é um painel muito rico, denso e seguramente vão sair daqui conclusões interessantes para a Assembleia.-----

----- Eu aponte aqui uma série de apontamentos para não me dispersar, porque a função de professor leva-nos às vezes a dilatarmos-nos um bocadinho no tempo e a dispersar-nos, por isso mesmo vou ler aqui a intervenção que trago, um conjunto de notas.-----

----- Lisboa, de facto, está a viver nos últimos cinco, dez anos, um pico de projeção internacional enquanto destino turístico e ao mesmo tempo que o seu mercado de habitação vai adquirindo formatos de ativo financeiro e atraindo dinâmicas globais, de procura e de investimento estrangeiro. -----

----- Este processo está a ser alavancado por programas governamentais, e por uma viragem, a meu ver, neoliberal, de política urbana que fomenta a atração de uma elite transnacional e favorece a financeirização do imobiliário, e a reestruturação urbana da capital portuguesa.-----

----- Assiste-se atualmente a formas de gentrificação turística, porque mediante a transformação dos bairros que eram populares e históricos da cidade centro em locais de consumo e de turismo, a partir da expansão da recriação do lazer, do alojamento turístico, do arrendamento de curta duração, começamos a substituir gradualmente as funções tradicionais de habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e até o comércio local tradicional de proximidade, o que tem vindo a agravar tendências de desalojamento, e de segregação residencial. -----

----- Os bairros não é um fenómeno recente, mas isto tem agravado uma tendência de esvaziamento da sua população, impede-se a população de baixo estatuto socioeconómico de aceder à habitação nestas áreas, e isto coloca em risco a sustentabilidade social do centro histórico. -----

----- A relação entre turismo e cidade não é de todo recente, no entanto hoje em dia o turismo urbano está em plena expansão, devido sobretudo a um urbanismo de mercado, a uma sociedade de consumo cada vez mais profusa e à globalização do investimento imobiliário e à internacionalização mundial dos sistemas financeiros, que reconhecem mais-valias retiradas a este impulso económico que é criado por investimentos em regeneração urbana, muito apoiado pelas políticas públicas e de governança local. -----

----- Isto acaba também por acompanhar todo um conjunto de mudanças que se têm vindo a registar ao nível das motivações para a procura do turismo urbano, e importantes investimentos que têm sido canalizados para a preservação e conservação do património construído, no sentido da promoção do ambiente mais cosmopolitas, especialmente na cidade centro. -----

----- O turismo urbano nas suas diferentes modalidades tem conhecido uma expansão muito significativa desde o início do Século XXI, mas a verdade é que o excesso de

turístico ou *overtourism*, como se define internacionalmente, nas duas grandes cidades portuguesas de Lisboa e Porto, é um fenómeno relativamente recente. -----

----- O *boom* turístico, de facto, dá nova vida, cria novos negócios em Lisboa, mas também está a aumentar as tensões latentes, e a gerar novos problemas e desafios urbanos e fiscais. -----

----- Em nome do turismo realiza-se a reabilitação de prédios devolutos, desocupados mas as rendas aumentam exponencialmente, multiplicam as expulsões dos moradores vulneráveis, e encerram-se lojas históricas, isto é os desalojamentos residenciais e comerciais. -----

----- Por outro, lado graças ao turismo também muitos portugueses são lançados no negócio do arrendamento de quartos, muitos jovens desempregados dão os primeiros passos no mercado de trabalho, mas isso nem sempre significa empregos com direitos e rendimentos acima da média, ainda que as receitas do turismo tenham contribuído para a recuperação económica do país, e da cidade durante, e após a crise capitalista. --

----- O turismo urbano pode também ser um motor de regeneração urbana como temos visto, para a preservação do património arquitetónico, para a reabilitação de edifícios em avançado estado de degradação, e até para contribuir para o emprego como disse.--

----- Mas, a ausência aparente de qualquer estratégia de planeamento e avaliação do seu impacto, juntamente com o quase inexistente processo de regularização, tem vindo a revelar consequências nefastas. -----

----- A gentrificação em Lisboa, hoje encontra-se obviamente associada a um fenómeno de turistificação, muito em virtude da expansão do alojamento local, mas não só, como vamos ver. -----

----- Este segmento de alojamento turístico tem desviado parte da oferta de habitação para uso turístico, especialmente nos bairros históricos, mas neste momento alarga-se a quase toda a cidade, e tem vindo a diminuir a oferta de habitação acessível, influenciando a oferta de preços da habitação para arrendamento e para aquisição de casa própria. -----

----- Contudo, na verdade, e era isto que eu queria sublinhar, porque é a minha tese, a gentrificação em Lisboa na fase como é produzida atualmente é um produto do mercado de habitação e de arrendamento que conhece fortes distorções, num esforço sobretudo de responder à procura imobiliária que se tem vindo a registar ao nível da elite transnacional, sobretudo como uma oportunidade lucrativa de especulação imobiliária e de reprodução do capital investido, num contexto de crescente capitalismo neoliberal e financeirizado. -----

----- Assim, no caso de Lisboa foi a viragem neoliberal nos sucessivos pacotes legislativos que verificámos ao nível da reabilitação urbana mais para o mercado, com a junção dos programas dos *golden visa* e dos residentes não habituais, a nova Lei do Arrendamento Urbano, o Regime Fiscal extremamente atrativo para os Fundos de Investimento Imobiliário, a nova Lei do Alojamento Local de 2014, e a própria liberalização do uso do solo urbano a quando da recente revisão do PDM da cidade, bem como, e não podemos esquecer a disponibilidade de um imenso parque habitacional devoluto e acumulador de um grande *rent-gap*, que juntamente com o

crescimento da procura turística na cidade geraram a tempestade perfeita, e introduziram mudanças muito significativas no mercado residencial, passando este de uma pausa abrupta para um alto nível de procura de forma muito rápida, com a oferta a ficar aquém da satisfação daquela. -----

----- Esta situação naturalmente que resultou num rápido esgotamento do *stock* residencial novo e de boa qualidade que estava disponível, sobretudo localizado no centro histórico, mas não apenas no segmento residencial de luxo. -----

----- Despertou também o interesse de muitos promotores imobiliários nacionais e internacionais. Tem levado à remodelação de vários edifícios no centro histórico, com vista ao desenvolvimento e expansão do alojamento local, mas também de novos produtos habitacionais dirigidos a novas procuras residenciais por estrangeiros, sobretudo para segunda residência. -----

----- O turismo, de facto, nas suas diversas modalidades tem conhecido uma grande expansão no início do Século XXI, mas como eu disse é um fenómeno recente em Lisboa e no Porto. -----

----- Na opinião pública em geral e nos *media* têm vindo a ser referidos uma série de fatores e elementos decisivos que explicam a conjuntura. -----

----- O recurso a plataformas *online* como o *Booking.com* ou *Airbnb* que permitem uma maximização de uma hiper escolha bastante individualizada se pensarmos nas estadias organizadas via *internet*, o contínuo embaratecimento da mobilidade internacional através de companhias aéreas *Low Cost*, que permitem, felizmente, a democratização do turismo. -----

----- Uma tendência global para o aumento da procura de estabelecimentos turísticos alternativos, nomeadamente em bairros típicos, o que conferem sempre uma maior autenticidade, sabe-se lá o que isso seja, e uma experiência local na estadia, indo ao encontro do desejo de cosmopolitismo do turista visitante, condição que só o centro histórico pode emprestar, naturalmente. -----

----- A falta, até a um certo período recente, de oferta hoteleira no centro histórico de Lisboa, e por outro lado um elevado número de edifícios devolutos e em avançado estado de degradação como referi, a perceção de que as rentabilidades mais elevadas no alojamento turístico de curta duração era muito mais do que no arrendamento a longo prazo, perceção que é verdadeira, e o investimento de milhões de euros em campanhas publicitárias, que firmaram naturalmente a cidade de Lisboa no campo internacional, como uma cidade europeia a predileta para o *city breaks*, reforçando a ideia de um lugar cosmopolita, rico em património, etc. Portanto, e aliás tendo dado origem até à conquista de diversos prémios turísticos a nível internacional. -----

----- Naturalmente, o aumento inesperado que sofremos de turismo em virtude também de uma parte do declínio da procura se ter feito por questões de segurança internacional em vários países árabes, no Norte de África, tudo isto gerou uma conjuntura muito favorável à expansão do turismo. -----

----- Mas eu diria que as mudanças e a transformação urbana que se têm vindo a verificar no mercado de habitação na cidade centro, têm sobretudo que ver com causas mais profundas e estruturais do que o turismo, e do que aquelas que têm vindo

a ser divulgadas, eu deveria até secundarizar a questão do turismo, neste momento. Tem a ver com aquelas causas que vos falei, da viragem neoliberal nas políticas urbanas e que tem sido extremamente favoráveis à injeção de capital no ambiente construído, aliás, promovendo até uma relação promiscua entre urbanização, estado e finança. -----

----- Para terminar, porque o meu tempo já se esgotou e eu tinha muito mais para dizer, deixar só aqui algumas recomendações que sei que ficarão registadas, pelos relatores. -----

----- É necessário que estas dinâmicas recentes, transformação funcional que se estão a verificar no centro histórico e que, reforçam desequilíbrios e conflitos funcionais que, elas sejam acauteladas, que sejam incorporadas, reguladas, no planeamento da cidade e isso implica que, tenhamos um conhecimento permanente das suas características das inter-relações que se estabelecem entre si e das consequências. -----

----- Por isso mesmo, e porque o problema da gentrificação na Cidade de Lisboa não se resolve apenas com uma tomada de medidas integradas e, em diferentes escalas e, diferentes níveis e setores, o turismo, a habitação, o comércio, etc... -----

----- É necessário e apelava que, se desenvolvessem estudos de diagnóstico, com o apoio e principal interesse da Câmara Municipal que, monitorizassem as evoluções na oferta turística no setor imobiliário do centro histórico e não só e, que estudassem por exemplo a viabilidade de aplicação de índices de capacidade de carga turística, algo que já foi feito, aliás, com o estudo de ornamento turístico e promovido pelo atual executivo, com algumas críticas mas, vejo o estudo de uma forma muito positiva. -----

----- Por outro lado, é necessário que o Município tenha em conta que deve condicionar as dinâmicas funcionais no centro histórico da cidade, garantir a presença e convivência de diversas funções urbanas, aplicar uma política de uso do solo que, preveja os mistos, o residencial, o comercial, os serviços, o turismo e até indústria compatível, equipamentos coletivos, etc... De forma equilibrada e à escala do município, do bairro, do quarteirão. -----

----- Aplicando por exemplo um sistema de quotas que estava previsto no plano de salva guarda da Baixa Pombalina, que previa um terço para habitação, um terço para o comércio e serviços e turismo e, um terço para turismo coletivos. Assim estamos a garantir um *mix* funcional que, atende à especificidade das diferentes áreas urbanas em causa e que é essencial para a manutenção da vida social e económica do centro histórico, à sua coesão, à sua apropriação diferenciada, à sua resiliência. -----

----- Ao em vez de registarmos tendências de monofuncionalidade, de hiperespecialização económica num determinado setor que descaracteriza a cidade, torna o seu tecido social, económico mais vulnerável à volatilidade de procuras internacionais e a crise de eventuais setores económicos. -----

----- Para tal, há que, e termino, que se proceda à introdução de instrumentos municipais de política urbana, de modelação espacial, nomeadamente, em termos desunamento e que isso se traduza nas especificidades do centro histórico nos diferentes subespaços. -----

----- Disse. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Moderador Deputado Municipal, Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito obrigado Senhor Doutor Luís Mendes.-----

----- Dou a palavra aos Arquiteto Luís Vilhena, Deputado da Assembleia da República e durante esta intervenção e a próxima do Doutor Vítor Costa, encerraremos as inscrições junto dos serviços, das entidades e personalidades convidadas e as intervenções do público.”-----

----- **O Orador convidado, Senhor Luís Vilhena, Deputado da Assembleia República**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Agradeço mais uma vez o convite e espero que esta minha intervenção contribua, depois para a vossa reflexão e, no debate que depois irá seguir.-----

----- Eu baseei esta minha intervenção, assente em três pontos essencialmente, em primeiro lugar no título deste debate, nos desafios que ele lança ou seja o impacto do turismo na cidade de Lisboa, soluções para minimizar, eu diria para equilibrar o seu impacto. -----

----- Em Segundo lugar, o segundo ponto que é o tema deste primeiro painel, a especulação imobiliária e investimento estrangeiro e, depois em terceiro lugar um assunto ao qual eu estive ligado enquanto Deputado na Assembleia da República e, que tem a ver com o turismo em Lisboa e o impacto que este tem tido na transformação da cidade, ou seja o alojamento local. -----

----- Antes de desenvolver estes três pontos, gostaria de vincar a minha opinião de que o turismo não deve ser visto como uma ameaça à cidade ou aos lugares aonde habitamos e vivemos. Deve ser visto como uma oportunidade para a economia dos lugares e devidamente ordenado, o turismo deve ser entendido como um factor positivo na transformação das cidades e da paisagem. -----

----- Por outro lado, também, parece-me evidente que se o impacto que os visitantes causam na vida dos habitantes é potencialmente perturbador da qualidade de vida destes, quando isso acontece, não é. Então há que tomar medidas e encontrar mecanismos para minimizar esse impacto e, equilibrar os benefícios e os custos dessa atividade que tem crescido, como todos vocês sabem, exponencialmente. -----

----- Este é o ponto de partida, ou seja por um lado é positivo, por outro lado é preciso enquadrá-lo e não deixar que aconteça em roda livre.-----

----- Mas, hoje estamos aqui a falar de turismo e do seu impacto na Cidade, porque, para além de outros fatores que, alguns deles já foram aqui falados e, que contribuíram para o crescimento deste turismo mais urbano e que afeta outras partes do território que, não eram tradicionalmente ocupadas ou procuradas pelo turismo.-----

----- É que o perfil do turista, tem vindo a mudar nas últimas décadas, o tipo de turista que falo, não vem já em excursões programadas por agências de viagem, mas programa individualmente a sua visita e quer experienciar os lugares, os sabores, o entretenimento ao lado de quem aí vive. -----

----- Há umas décadas atrás não era bem assim, os pais destes turistas atuais, não saíam da borda da piscina, almoçavam e jantavam por ali mesmo e acabavam a noite na pista da discoteca do hotel, onde em muitos casos as pessoas locais iam para se divertir em conjunto com os turistas. É claro que estou a extremar um pouco estes exemplos mas, através desta caricatura pretendo ilustrar, também, a mudança paradigma que se tem vindo a observar, nestes últimos anos. -----

----- Portanto, a primeira palavra-chave para a continuação do sucesso que, o destino Portugal tem tido nos últimos tempos é autenticidade. A autenticidade é conferida aos lugares, não só pelas pessoas, pelos seus usos, costumes, cultura, gastronomia, história mas, também, pelo seu património construído. Património construído não só pelos monumentos e edifícios históricos mas, também, pela arquitetura de acompanhamento e também a qualidade de espaço público. -----

----- Por isso, para manter atratividade dos lugares é necessário, por um lado, cuidar das pessoas, porque, são elas que mantêm os usos e costumes dos lugares que, constroem a sua cultura e a sua história mas, também, de forma semelhante é preciso cuidar e preservar o carácter dos lugares, através da requalificação do edificado e do espaço público. -----

----- Isto não à custa, propriamente, da mumificação da Cidade, com a manutenção e reconstrução igual de tudo o que é antigo mas permitindo, também, a construção de um património novo, um património contemporâneo. -----

----- Por isso diria que, quer se trate de restaurar, reabilitar, ampliar ou construir património novo, se deve fazê-lo com princípios de qualidade, pois é esse património aquele que construímos aqui em Lisboa ou nos arredores ou nos novos centros, é esse património que vamos deixar de herança às gerações futuras e, é com esse património de qualidade que podemos continuar a manter o interesse por quem nos visita. Não só em Lisboa mas, também, nos outros sítios, aqui em redor que podem ser requalificados e ter também interesse turístico. -----

----- Portanto, a segunda palavra-chave é qualidade. Estas duas palavras-chave são essenciais no meu ponto de vista para a sustentabilidade a longo prazo do destino de Lisboa. -----

----- Chegando à questão do edificado, é altura de abordar o segundo pilar ou o segundo ponto desta intervenção que, é o tema de hoje, especulação imobiliária e investimento estrangeiro. -----

----- Relativamente ao imobiliário aconteceu uma coisa parecida que, aconteceu com o turista que eu falei há bocado. -----

----- Há vinte anos ou mais, as pessoas queriam ir viver para Oeiras, Massamá, Telheiras, Parque das Nações e para edifícios novos que deixaram de ter o número de polícia e passaram a ter nomes como “Parque dos Príncipes” e coisas do género. -----

----- Hoje é diferente, há uma atratividade pela cidade mais antiga, onde os edifícios não têm nomes mas, tem história e o espaço público é mais cuidado e mais acolhedor. -----

----- E esta nova procura despertou não só, em quem procura, de facto, habitação mas despertou nos investidores de grande escala e, por isso, enfim, para além dos

pequenos investidores que têm contribuído para a requalificação do edificado sugeriram, também, estes que atuam a outra escala. -----

----- Até aqui, enfim, não vejo grande problema, o problema surge quando pequenos e grandes se dedicam, sim à especulação. Ou seja, em vez de investir para produzir mais-valias através da transformação e da requalificação para colocação no mercado, para venda, arrendamento ou mesmo aluguer de curta duração. Em vez disso, mantêm a marinar, digamos assim, algum desse edificado à procura de lucros, funciona como uma espécie de parasitas de um mercado que está muito aquecido pela procura que tem.-----

----- E para este aquecimento do mercado tem contribuindo, como já aqui foi falado, os investidores estrangeiros, aos quais são dadas condições financeiras muito melhores do que aos cidadão portugueses, já para não falar, obviamente, de um poder de compra maior que o nosso. -----

----- Para contrariar este fenómeno, vejo assim à partida dois remédios, digamos assim, isto para a especulação para os tais edifícios e terrenos que estão a marinar, um é as Câmara taxarem através do IMI e outros mecanismos essas propriedades, a outra é o estado diminuir esses benefícios fiscais para esses investidores estrangeiros. -----

----- Mas neste último caso o problema tem que ser analisado e decidido em termos nacionais, enfim, sobre uma perspetiva macro, no caso das Câmara estas devem de decidir, tendo em conta os seus planos estratégicos e a situação atual, relativamente, ao equilíbrio ou desequilíbrio que existe no mercado habitacional.-----

----- Passar daqui para o alojamento local é relativamente fácil, pois muitos destes investimentos que pegam em edifícios degradados, devolutos ou a precisarem de reabilitação ou que quebram os contratos vigentes e os transformam para afidalgar, digamos assim, o edifício ou zona. Uma vez que os proprietários que compram isto, mesmo que não sejam os fundos, eles não habitam aí de forma permanente, são entregues a agências e colocam essas unidades para exploração de estabelecimentos de alojamento local. -----

----- Neste caso, enfim, não sei, exatamente, qual é a resposta direta a esta situação, porque os proprietários, enfim, podem dar o destino que entenderem aos seus imóveis a não ser, aquilo que fizemos com a alteração ao regime de exploração de estabelecimentos de alojamento local.-----

----- Durante o debate que tivemos na Assembleia da República, houve seis grandes áreas das quais se focou o debate, sobre a questão do alojamento local e do seu impacto na transformação da Cidade.-----

----- Um começa logo pela questão da definição de alojamento local. O outro, saber que tipo de contribuição esses alojamentos locais tiveram na gentrificação de algumas partes de algumas cidades.-----

----- A outra foi a turistificação de algumas áreas, com o risco da perda da qual autenticidade e da consequente atratividade. -----

----- O quarto ponto foi o acesso à habitação e a necessidade, pareceu-me, de manter pelo menos a maioria dos moradores nesses lugares gentrificados, de maneira a não criar “guetos”, enfim, com essas zonas mais ricas, digamos assim.-----

----- A outra situação foi a dos condomínios e, por último o papel do estado e das autarquias na relação deste setor de atividade. -----

----- Acabava aqui dizendo que, dentro das propostas o Grupo Parlamentar do PS, dentro dos objetivos que tentou alcançar, destaco quatro. -----

----- Por um lado, atividade de exploração alojamento local é, de facto, um ativo importante para o sucesso do turismo no nosso país e tem um efeito positivo na nossa economia, aliás, pensar na Cidade em termo de transformação, da cidade e a longo prazo prefiro, eventualmente, o alojamento local, porque ele passa facilmente para arrendamento de longa duração, ao contrário dos hotéis. -----

----- O segundo ponto, era dar ao Municípios ou seja, entender que os Municípios são as entidades que em melhores condições estão para avaliar o impacto da atividade do alojamento local no seu território. E, por isso, entendeu-se criar as condições, se assim entenderem, de definirem áreas de contenção por forma a encontrar um equilíbrio entre o alojamento turístico e a habitação permanente. -----

----- Por outro lado, a questão dos condomínios e a palavra que devem ter, relativamente, há existência ou não estabelecimentos de alojamentos local nesse edifícios de habitação coletiva, pois por natureza o turista de curta duração não criando relações de vizinhança com os habitantes permanentes pode, eventualmente, criar perturbações na vida quotidiana dos moradores, porém, parte-se do princípio que não há problemas, mas se existirem, obviamente, existirem provas, o condomínio pode requerer a cassação desse registo do alojamento local. -----

----- Por fim, um objetivo, também, que nos pareceu importante ao analisar toda a discussão que estava em cima da mesa, era que continuássemos com um sistema desburocratizado e que contribuiu de alguma forma por trazer para a economia formal, centenas de alojamentos para turistas que ainda antes não estavam registados. -

----- Eu só queria terminar dizendo que, esta lei que substitui a anterior, sai de um conjunto de propostas e, de discussão parlamentar e não sai diretamente do Governo, portanto, todas as propostas tiveram, enfim, influência no resultado final na alteração da lei. E, portanto, não é uma lei como existia a anterior que, sai limpinha, chamemos-lhe assim, do Governo, é sim resultado de um trabalho conjunto e a partir de várias propostas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Moderador Deputado Municipal, Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito obrigado Senhor Arquiteto Luís Vilhena e Deputado da Assembleia da República. -----

----- Tem a palavra o Doutor Vitor Costa. Presidente da Região de Turismo da Região de Lisboa. -----

----- **O Orador Convidado, Senhor Vitor Costa, Presidente da Região de Turismo de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Agradeço à Senhora Presidente Helena Roseta, por me ter convidado para vir aqui a Assembleia Municipal, venho sempre com muito prazer, para discutir ou para

apresentar alguns elementos sobre este tema do Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa.-----

----- Vou-me cingir a este tema, vou partilhar algumas informações sobre este tema e naturalmente, também, fazer algumas considerações sobre ele. -----

----- A primeira coisa que interessa, talvez, para conhecimento da Assembleia é, o que era o turismo, muito rapidamente, antes do chamado *boom* turístico e que evolução teve e, eu escolhi aqui comparar alguma coisa sobre o ano 2012, relativamente ao ano de 2017, que é o último em relação ao qual temos elementos.-----

----- E, portanto, temos aqui no que diz respeito à procura e o primeiro quadro é sobre a hotelaria da cidade de Lisboa, nós tivemos um crescimento do número de hóspedes neste período nos hotéis de cinquenta e um por cento, o número de dormidas de cinquenta e sete por cento e, em termos de proveitos da hotelaria, cento e trinta e três por cento ao lado. -----

----- Ao lado neste quadradinho azul refere-se que, além disto, há um alojamento local, para o qual não há estatísticas completas, agora começou a ser tratado uma parte apenas, mas que se estima que pode ter gerado oitocentas mil dormidas em 2012 e sete a oito milhões de dormidas em 2017, este elemento decorre daquilo que foi recolhido da taxa turística.-----

----- Portanto, temos que, antes do *boom* turístico e o ano de 2017 o aumento de total dormidas de turistas, digamos de pessoas que frequentam os hotéis e o alojamento local, deverá ter sido cerca de cento e quarenta e cinco por cento. -----

----- No que toca à oferta, também, aqui só de hotéis, está aqui escrito que, acresce o alojamento local e, como também já foi referido uma parte dos números de evolução que são grandes, do alojamento local neste período, diz respeito a legalizações ou registos, outra parte significativa a alojamentos novos, mas nós na hotelaria tivemos um acréscimo de vinte e nove por cento.-----

----- Um outro aspeto que penso que é interessante para os Senhores Deputados e para as pessoas que participam nesta sessão e se interessam pelo tema é esta discussão, enfim, da turistificação que, de alguma forma está na ordem do dia e, que dava com certeza, um debate mais aprofundado do que aquele que podemos ter, mas há aqui alguns elementos que são importantes para quando nós refletirmos sobre essa matéria ou intervirmos sobre essa matéria, termos presente.-----

----- Estimamos de acordo com aqueles dados que eu referi atrás que, a média e tendo em conta o tempo de permanência, em média nós temos cerca de trinta mil hóspedes na cidade de Lisboa, portugueses e estrangeiros, por dia. Ou seja por dia há na cidade nove hospedes para cada ou melhor nove residentes, desculpem este número está, obviamente, errado.-----

----- Portanto, o rácio de hóspedes é seis por cento face ao número de residentes e se acrescentarmos o alojamento local, estamos a falar de cerca de cinquenta mil turistas por dia, ou seja, estamos a falar de um rácio, portanto, à população residente acrescem dez por cento de pessoas. Portanto, quando se fala de peso do turismo, globalmente, portanto, temos que considerar que estamos a falar destes números e não de números

como em Veneza ou noutras cidades, que por vezes vejo superficialmente comparados. -----

----- Vou agora, enfim, também dar aqui alguns elementos sobre o impacto económico do turismo na cidade e também na região de Lisboa, decorrente de um estudo feito em 2017 e que vai ser agora atualizado até ao final deste ano, mas que se baseia em dados de 2015, porque eram os últimos disponíveis na altura. Portanto, nós verificamos que na cidade de Lisboa que, é o primeiro *slide*, portanto, o impacte económico direto e indireto do turismo foi de seis mil e trezentos milhões de euros, aproximadamente no ano de 2015. -----

----- Também em relação à produção total do turismo, ele correspondeu em 2014, a cerca de dez vírgula oito por cento na região de Lisboa que, coincide com a área Metropolitana de Lisboa e na cidade de Lisboa a incidência é maior e terá representado catorze vírgula cinco por cento do PIB. -----

----- Também em termos do emprego, também, relativamente ao ano 2015 verificamos que o emprego total das atividades turísticas na cidade de Lisboa, correspondia a trinta e cinco vírgula sete por cento da população residente empregada.

----- E que, em termos de exportações, o turismo representava cerca de setenta e dois e meio por cento, portanto, estes dados mostram, sob o ponto de vista económico, não estou a falar agora da questão dos impactos e da gestão desta atividade da cidade, relativamente a esta atividade mas, são números, de facto, bastante impressionantes sobre o peso da atividade turística em Lisboa. -----

----- E também, como estamos na Assembleia Municipal, também, procurei saber aqui um elemento, também, relevante, porque tem a ver com a sustentabilidade financeira, designadamente neste caso do Município de Lisboa e, fui buscar este exemplo do IMT, obviamente, não é turismo, mas há aqui, digamos, uma influência grande o turismo seja diretamente, seja por via do prestígio que a cidade vai adquirindo e que atraem outros investimentos. E, portanto, em 2012 o município arrecadou sessenta e três milhões de IMT e, em 2017 arrecadou duzentos e vinte e quatro milhões, portanto, estamos a falar de mais cento e sessenta milhões por ano para a receita municipal, provindo em grande parte da atividade turística e dos seus impactos, em termos da imagem -----

----- Portanto, depois destas duas questões, enfim do peso do turismo e do impacto que ele tem nas Finanças municipais, gostaria de partilhar e, já foi aqui referido hoje, a existência deste estudo, mas partilhar aqui muito rapidamente, o que é que os lisboetas pensam da atividade turística, de acordo com sondagens, foram feitas duas, em anos sequentes e, portanto, são sondagens que nos dão uma ideia do que é que as pessoas pensam do turismo, não só aquilo que é a opinião pública, mas a opinião dos lisboetas sobre esta matéria. -----

----- Portanto, perguntando como avalia numa primeira reação, portanto, verificamos e, este inquérito, esta sondagem foi feito para o conjunto da cidade, mas especificamente também para o centro histórico que, é onde na altura, pelo menos a discussão era mais acesa sobre os impactos no turismo e, portanto, vemos aqui que há

uma opinião bastante significativa sobre o ponto de vista positivo relativamente ao turismo.-----

----- Vou passar mais dois ou três *slides* rapidamente, no mesmo sentido.-----

----- Esta pergunta era, peço desculpa, mas não tenho passado, opinião geral já foi no anterior.-----

----- Neste, “Quando contacta com turistas em Lisboa diria que a relação se estabelece nesses contactos é muito negativa, negativa, nem negativa nem positiva, positiva ou muito positiva. Portanto, os resultados é oitenta e um por cento, dos residentes em geral e mesmos nos bairros históricos, setenta e quatro por cento consideram positiva ou muito positiva.-----

----- Quando se pergunta sobre a contribuição do turismo para Lisboa, portanto, mais de setenta e cinco por cento tem uma opinião positiva ou muito positiva.-----

----- Outro aspeto que é relevante, também, é sobre a evolução, portanto, qual é a opinião das pessoas sobre a evolução do número de turistas e também aqui, verificamos que, embora menos no centro histórico, em geral há uma maioria significativa de residentes que considera isto positivo.-----

----- E quando se pergunta sobre os números “se há muitos ou poucos turistas”, portanto, menos de vinte e cinco por cento, considera que prefere uma cidade com menos turistas.-----

----- A questão seguinte, que julgo também relevante, é sobre, obviamente, quais são as consequências e quais são as vantagens, naturalmente aqui a principal vantagem que as pessoas encontram é sob o ponto de vista da economia. E também perguntando a principal desvantagem, eu julgo aqui também nesta matéria, certamente e ouvindo as intervenções anteriores, também, há um certo consenso que o principal problema é, embora uma grande parte das pessoas considera não haver desvantagens, o grande problema, ou o principal impacto é no aumento do custo de vida das pessoas.-----

----- E terminando esta parte em termos de sugestões, eu aqui julgo que para a Assembleia Municipal, este aspeto também tem o seu interesse, no centro histórico, por exemplo, qual é a principal sugestão que as pessoas fazem, melhorar a vida dos residentes, portanto, estamos aqui certamente, embora tenhamos visões muito diferentes sobre a questão, o impacto, a importância, a relevância do turismo ou sua proteção ou desproteção.-----

----- Temos aqui, com certeza, uma conclusão positiva que é muito importante como atividade económica e as pessoas reconhecem essa importância e que ele, também tem os seus impactos como é evidente.-----

----- Portanto, neste aspeto julgo e queria agora apenas sublinhar daqui duas prioridades que eu julgo que são comuns aos residentes e aos turistas, porque nós também temos os inquéritos feitos aos turistas e, portanto, melhorar serviços públicos, melhorar transportes públicos.-----

----- Duas estratégias que se inserem, digamos, numa resposta também a este crescimento, eu falo apenas da segunda, obviamente, a primeira é porque em qualquer intervenção que façamos, neste momento, não podemos deixar de referir este problema aeroportuário, mas é um aspeto que vai estar na ordem do dia nos próximos

tempos, em termos da estratégia do turismo na nossa região é, esta ideia de um *hub* turístico, digamos, é uma palavra que está de alguma forma vulgarizada, mas nós utilizamo-la já há mais de dez anos, para tentar desenvolver, já nessa altura se discutia esta ideia, de uma cidade que atrai, digamos assim, muitos turistas e que deve redistribuí-los em primeiro lugar pela sua região e, também pelo país.-----

----- Portanto, o objetivo de Lisboa nos próximos tempos, no próximo período em termos de destino turístico é passar, de facto, desta visão de um destino de meio milhão de pessoas, que é a cidade de Lisboa, para um destino de dois virgula sete milhões de pessoas que é a região de Lisboa.-----

----- E, finalmente, eu já sei que ultrapassei o tempo, mas temos estado dar esta tolerância e, eu queria aqui fazer uma referência à questão da reabilitação urbana. Eu aqui julgo esta, no fundo, temos estado subjacente a todas as intervenções.-----

----- Nós sabemos que turismo tem dado a sua contribuição juntamente com outros setores, que já foram referidos, para a pressão e para a gentrificação, sobretudo do centro histórico. Neste centro histórico existe um tecido social frágil e que precisa de ser protegido. Eu, na nossa, enfim, discussão sobre a perspetiva do turismo, não esquecemos, consideramos que, as políticas habitacionais que estão a ser desenvolvidas neste momento ou que estão a ser sublinhadas neste momento, se dirigem essencialmente para as classes médias e não tem em conta estas populações dos bairros.-----

----- Por outro lado, a proibição, no caso do alojamento local, por exemplo, também não resolve esse problema, porque não trará Daqui a 3 anos, certamente fazemos as contas e vemos se houve ou não continuação perda de residentes.-----

----- E a reabilitação privada que é aquela que tem sido seguida, essencialmente, também não resolve os problemas e, portanto, aquilo que era necessário, era equacionar, eventualmente, novas políticas de reabilitação urbana dirigidas aos moradores do centro histórico que, tem que ser políticas integradas, sob o ponto de vista social, cultural e patrimonial, habitacional e económico. -----

----- Não vou, porque não tenho tempo, mas estas políticas já foram tentadas nos anos 90, na altura falharam ou não tiveram, digamos, o impacto que se desejaria, porque não havia recursos municipais e públicos e, porque na altura não havia atividade nenhuma económica nesses bairros. -----

----- O turismo pode dar a sua contribuição e esta era uma questão que deixava à discussão na Assembleia. Peço desculpa pelo tempo.”-----

----- (O **PowerPoint**, apresentado pelo **Doutor Vítor Costa**, fica anexado a esta transcrição, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Moderador Deputado Municipal, Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito obrigado, os tempos de tolerância foram idênticos para todos. -----

----- Agradeço a intervenção de todos os oradores convidados e entramos na fase de intervenções das entidades convidadas e do público, recorde que cada intervenção tem o tempo regimental atribuído de três minutos.-----

----- Passo a palavra ao Senhor António Machado da Associação dos Inquilinos Lisbonenses. -----

----- A seguir ao Senhor António Machado, prepara a Senhora Arquiteta Fabiana Pavel, Morar em Lisboa. -----

----- Eu vou dando as intervenções seguintes para se poderem ir aproximando da frente do nosso auditório. -----

----- Tem a palavra.” -----

----- **INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES CONVIDADAS** -----

----- **O Senhor António Machado, da Associação dos Inquilinos Lisbonenses**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, obrigado pelo convite. -----

----- Depois de ouvir estas intervenções aqui dos membros da mesa, vou buscar aqui um papel e tomar aqui umas notas e começava por perguntar, uma pergunta que já vem de há uns tempos a esta parte. Quem pode morar em Lisboa face aquilo que aqui foi exposto? -----

----- Os preços nos últimos dois anos cresceram em Lisboa cerca de quarenta e dois por cento, havendo zonas da cidade em que esses preços aumentaram mais de cinquenta por cento e na freguesia de Santo António, na zona central de Lisboa cresceram de oitenta e dois por cento. -----

----- E que isto, também tem consequências, já teve consequências, está a ter consequências nas periferias da cidade, os preços em Odivelas subiram trinta e um por cento, na Amadora trinta, Almada vinte e cinco e “por aí fora”. -----

----- Este significativo aumento dos preços na habitação, foi como já vimos aqui, em grande medida originado por programas de apoio à aquisição de imobiliário por parte de cidadãos estrangeiros, em condições extremamente vantajosas, os chamados vistos *Gold*, e dos residentes habituais, em detrimento dos já residentes em território nacional, em que somos altamente discriminados, congelados em exagerados favores fiscais prestados àqueles. -----

----- Eu estive em família durante, agora dois anos e por curiosidade fui lá perguntar se podia comprar uma casa e, se tinha algumas vantagens, não é? Mandaram-me para Portugal, porque lá não havia nada disso para residentes estrangeiros. -----

----- Estes programas contribuíram para resolver alguma anemia que se verificava no mercado imobiliário, devido às restrições impostas pela intervenção estrangeira e pela banca na concessão de crédito, vieram, também, contribuir, significativamente, para encarecimento brutal da habitação, para a expulsão de muitos residentes na cidade, para a relação da oferta e para a especulação de preços tanto na compra e venda, como no arrendamento. Neste particular, lembrar a lei da Assunção Cristas, a conhecida lei dos despejos que veio também, digamos, como pacote neste plano, portanto, não são só os vistos *Gold*, nem os residente habituais é, também, a lei do arrendamento que provocou os inúmeros despejos e veio, também, criar uma ou outra situação que é uma grande instabilidade...” -----

----- **O Moderador Deputado Municipal, Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Terminou o seu tempo, queira concluir.” -----

----- **O Senhor António Machado, da Associação dos Inquilinos Lisbonenses**, , no uso da palavra, continuou: -----

----- “Uma grande instabilidade contratual insuportável que é necessário resolver muito rapidamente, com a legislação, com o pacote legislativo que está na Assembleia da República e, que é preciso que as políticas públicas passem a responder satisfatoriamente, aquilo que importa, quer a nível da legislação, quer a nível do Orçamento de Estado, quer acima de tudo e principalmente, que se ignora isto bastante, a nível de uma política fiscal apropriada para o arrendamento que considere a funções económica e social do mesmo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Moderador Deputado Municipal, Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra a Arquiteta Fabiana Pavel, da Morar em Lisboa e prepara Maria de Lurdes Pinheiro da Associação do Património da População de Alfama. -----

----- Tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Arquiteta, Fabiana Pavel da Associação Morar em Lisboa**, , no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito boa tarde a todos antes de mais, quero agradecer o convite que nos foi feito para participar do debate de hoje. -----

----- Nós, Morar em Lisboa, consideramos que a existência de ações e de uma legislação específica, que têm como objetivo primário a captação de capitais e de investimentos estrangeiros, está a colocar em causa o direito de todos cidadãos a terem acesso a uma habitação condigna, bem como a utilização do espaço público da cidade, que tem vindo a ser objeto programático de privatizações. -----

----- Consideramos que nos encontramos perante uma diversão perversa das dinâmicas financeirização da cidade e que as atuais políticas públicas são parciais e excludentes. -----

----- Consideramos, também, que a bolsa programática da captação de investimento financeiros e na hiperespecialização na indústria turística, pode a longo prazo provocar um retrocesso económico para a maioria da população, favorecendo apenas uma elite transnacional. -----

----- É hoje evidente a existência de um grande número de cidadãos que reclamam o direito à cidade e à habitação, gostaríamos de sublinhar que este facto, demonstra a vontade dos cidadãos de defender também a democracia, consideramos alarmantes as ameaças ao regime democrático que acontecem de forma cada vez mais frequente no mundo. -----

----- Por isso, pedimos que as forças políticas oiçam a voz dos cidadãos, no respeito da própria democracia criando com eles um diálogo permanente e evitando ações pontuais ou de mera comunicação de decisões já tomadas. -----

----- Isso também na ótica de diminuir o descontentamento com a classe política e evitar que regime democrático do país que seja abalado. -----

----- Nesse sentido e no âmbito específico da temática que é abordada hoje, propomos diversas medidas, dentro das quais destacamos, a rescisão de regimes fiscal para residentes não habituais e o fim dos vistos *Gold*, isso porque consideramos que esses regimes se traduzem numa situação de profunda injustiça e, introduzindo desigualdade entre os beneficiários e os residentes permanentes sejam eles portugueses ou estrangeiros.-----

---- O investimento público com medidas eficazes, de financiamento da habitação apoiada e de habitação pública, para que a população de mais baixos recursos não seja, excluída do direito a uma habitação condigna.-----

----- Políticas de colocação de devolutos no mercado para travar o processo de compra de imóveis, para fins meramente explorativos, e que veem as casas como puro produto financeiro, colocação de património público ao serviço da população.-----

----- E para último consideramos imprescindível uma lei de base de habitação e uma nova lei das rendas, isto tudo na ótica de uma cidade, com mais qualidade de vida para todos, mais justa e com maior justiça espacial.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Moderador Deputado Municipal, Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra a Maria de Lurdes Pinheiro e prepara o Senhor Rui Martins dos Vizinhos do Areeiro.”-----

----- **A Senhora Maria de Lurdes Pinheiro da Associação do Património da População de Alfama**, na qualidade de oradora convidada, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “Boa noite.-----

----- Agradecemos o convite para participar neste debate, antes de tudo, gostaria de vos falar sobre a Associação do Património da População de Alfama, que venho aqui a representar para que se compreenda melhor o que defendemos sobre o tema do debate.-----

----- A APPA foi formada a um de Setembro de 1987, assumindo como objetivos: fomentar a defesa, conservação, recuperação e divulgação do património cultural, e a reabilitação urbana de Alfama, de modo a valorizar a vivência da sua população, assim como a sua fixação.-----

----- Estes são objetivos com três décadas, de um tempo em que foi preciso lançar um grito “Alfama, recuperação ou morte”. Já nessa altura se vislumbrava ameaça de expulsar a população pobre e trabalhadora, à força de lhe negar o direito de viver em Alfama.-----

----- O bairro típico tinha fama e atraía turistas, isto era seguido por quem estava nos grandes negócios imobiliários e houve um ou outro caso de construção de condomínios luxo, mas os tempos eram diferentes.-----

----- Ao fim de mais de trinta anos de existência da APPA concluiu-se que, os nossos objetivos permanecem atuais, houve alguns avanços, mas houve muitas decisões erradas, mudou a composição dos órgãos e alterou-se a política municipal.-----

----- O muito acelerado desenvolvimento de atividades económicas, ligadas ao turismo nos últimos anos, foi também fruto de todas estas alterações e veio acentuar a atualidade dos objetivos definidos em 1987. -----

----- A desertificação já vinha agravar-se em especial com a perda das atividades económicas. -----

----- O turismo esteve sempre presente, mas havia vida para além do turismo. O bairro tinha o porto, a alfândega, os despachantes, tinha o casão e outros estabelecimentos militares. Tinha muito comércio, restaurantes, mercearias, tinha farmácias, agências bancárias, havia mais carreiras de autocarros e elétricos, cuja eliminação não foi compensada com a chegada do metro e, que tinha prédios de habitação em muito más condições que, na maioria eram prédios municipais. -----

----- Com o argumento de reabilitar os edifícios, os moradores foram afastados das suas casas por longos períodos, poucos regressaram ao bairro. -----

----- A Câmara foi encontrando formas de alienar o seu património imobiliário, nos fundamentos das decisões, nem se colocava qualquer hipótese de estar a servir a especulação e os especuladores, mas agora já se vê que foi precisamente isso que conduziram medidas como o programa “Reabilita primeiro e paga depois”. -----

----- Além de dar um mau exemplo aos outros proprietários, deixando degradar o edificado, o Município foi ficando com menor capacidade de intervir na reabilitação urbana e de pôr em prática uma política de habitação. -----

----- Desde 2012 a lei do arrendamento urbano e tal como chamamos desde sempre, a lei dos despejos, permite aos negociantes imobiliários, retirar inquilinos dos prédios que conseguiram comprar barato, até a crise financeira de 2008, 2009, que contribuiu para que os preços baixassem. Dezenas de famílias, estabelecimentos de comércio tradicional foram muito rapidamente forçados a sair dos seus edifícios, onde estavam instalados há décadas. Com esta violência, vagaram dezenas de fogos, os prédios foram reconstruídos e o destino dos andares ficou entregue ao todo poderoso mercado, ou seja a especulação imobiliária. -----

----- Podem ser para alojamento local, uma expressão que na grande maioria das vezes esconde uma nova modalidade de hotelaria e também podem ser para condomínios de luxo, para o acesso vistos *Gold* ou para jogos financeiros, mas estes prédios não são nunca para habitação de famílias trabalhadoras e de menores recursos financeiros. -----

----- Alfama está hoje quase desabitada, por este caminho, existe o perigo do bairro perder a sua identidade, a sua tradição, a sua alma. Se o seu destino continuar entregue ao mercado vai tornar-se um grande hotel e um parque de diversões para turistas, enquanto isto for lucrativo, deixando de o ser, os especuladores vão procurar outra presa. -----

----- Não podemos aceitar...” -----

----- **O Moderador Deputado Municipal, Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Peço desculpa terá mesmo que terminar, porque já ultrapassou os três minutos regimentais. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra o Rui Martins, Vizinhos do Areeiro e prepara Celso Soares da Culture Face.” -----

----- **O Senhor Rui Martins dos Vizinhos do Areeiro**, na qualidade de orador convidado, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Falo a título individual, enquanto morador inquilino e também fundador dos Vizinhos do Areeiro que é o núcleo local da Associação Vizinhos em Lisboa com, vários núcleos em Alvalade, Penha França, Arroios e Avenidas Novas. -----

----- Em primeiro lugar, acredito numa abordagem moderadora, mas prioritária nas questões da habitação e não o sinto ainda essa prioridade entre os nossos eleitos locais e sobretudo, os nacionais.-----

----- Acredito na moderação, por uma via do equilíbrio entre habitação e turismo. -----

----- Acredito na moderação por contenção do grande devorador da habitação Lisboa, o alojamento local. -----

----- Precisamos assim de mais oferta, de mais construção nova, onde é possível fazê-la e ainda é possível, no Areeiro, por exemplo, ainda há terrenos livres para construção e de licenciamento mais ágil, dizem-me que é lento, porque é que é lento, o que pode ser feito para o acelerar, não tenho ouvido nada em relação a isto de concreto.-----

----- Precisamos de aliviar o cerco aos moradores, composto por fundos imobiliários, casa banco, casas vazias que estão em especulação financeira, alojamento local, europeus ricos e vistos *Gold*, estamos cercados basicamente. Há que haver uma brecha algures que, tem que ser aberta muito em breve. -----

----- Precisamos de conter e de reverter, esta palavra é importante, reverter, ouço pouco falar nisto, a migração de habitação para o alojamento local. Fala-se, conseguiu-se, e dificilmente a contenção de imposição de limites máximos das freguesias históricas de Lisboa. Mas, e a reversão vai acontecer quando? Daqui a dez anos? E as Freguesias periféricas, como Alvalade, como Areeiro, que estão agora a levar com os tipos que estão a sair das históricas e a passar para as periféricas, como a nossa? Qual é que é o limite de crescimento do alojamento local que está aqui a ser imposto? É nenhum!-----

----- Dou um exemplo, hoje em dia no Areeiro há cerca de quinhentas ofertas de alojamento local legal, estimamos o dobro em ilegal, e cerca de 50 ofertas de arrendamento urbano, quatrocentos ou oitocentos versus cinquenta, se isto não impõe uma contenção, não sei o que é que possa impor.-----

----- Trazia aqui umas perguntas para o Arquiteto Salgado, não sei se se encontra na sala, penso que já não, mas eu coloco-as na mesma, já foram colocadas antes e tornarei a colocá-las, todas as vezes que não houver uma resposta. -----

----- Em primeiro lugar, nas várias obras que estão em curso aqui no Areeiro, Afonso Costa, Vila Aspa, Rotunda das Olaias, vai haver uma quota de habitação acessível? -----

----- Segunda, devolutos e casas de banco, casas de banco são a mesma coisa que devolutos, porque há algumas que têm contratos de rendas, alguém vai lá ligar a água e gasta o consumo elétrico. A pergunta é, fizemos o levantamento há cerca de um ano de cerca de trezentas frações devolutas no Areeiro, portanto, há muitas mais, e

pergunta é: quantas destas tiveram o IMI triplicado? Quantas em Lisboa, no último ano, tiveram IMI triplicado? Porque vazias! Quantas casas de banco, casas compradas por investidores foram triplicadas no seu IMI?-----

----- Por fim, a Câmara Municipal de Lisboa fiscaliza, tem interesse em fiscalizar o alojamento local ilegal? O tal que está a fazer *dumping* ao alojamento local legal? Se não tem interesse, devia ter, penso que tem algum, se não tem ferramentas devia tê-las, se não tem meios tem que os encontrar. Obrigado.”-----

----- **O Moderador, Pedro Cegonho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Celso Soares, da CulturFACE, e prepara Hugo Santos Ferreira, da APPII.”-----

----- **O Orador Senhor Celso Soares, da CulturFACE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado pelo convite à Assembleia Municipal.-----

----- A CulturFACE é uma organização social e cultural, cuja bandeira é Cidadania e Cultura, e nesta altura, nós estando na zona da Ameixoeira, na zona norte de Lisboa, entendemos que parece que Lisboa terminou algures no Lumiar e a Ameixoeira, para trás, está separada.-----

----- Entendemos que a movimentação, que se passa naquela zona, que é considerada uma zona de risco, se se pode assim considerar, pela população que lá vive, fazia sentido reverem as novas dinâmicas para o local, uma vez que existem habitações que muitas das vezes são invadidas, isto por falta, se calhar da maior rentabilização, encontrarem uma forma de poderem, da Câmara poder aproveitar melhor os recursos que tem, face à população lá existente e não só ao grupo de pessoas, ou cidadãos que queiram contribuir para o desenvolvimento social e cultural.-----

----- Quando nós olhamos para a cultura e olhamos para o turismo, entendemos que todo o investimento deverá ser também olhado para aquelas pessoas que desenvolvem, contribuem para o desenvolvimento cultural, uma vez que se vai a Lisboa, existem pessoas, existem grupos de jovens que desenvolvem as suas atividades contribuindo para a dinamização da cidade, e uma vez que parte da Câmara, ou seja, uma vez a Câmara cobra em impostos, que cobra ao desenvolvimento social, entendemos que esses grupos, que dinamizam atividades nas cidades ou no centro de Lisboa, também deverão, no ponto de vista, criar-se algum incentivo, alguma comparticipação para que haja uma ação mais dinamizada.-----

----- É só o que eu tenho a referir. Muito obrigado.”-----

----- **O Moderador, Pedro Cegonho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, agradeço o uso estrito do tempo.-----

----- Tem a palavra Hugo Santos Ferreira, da APPII, e prepara Hilário Castro, da ACBA.”-----

----- **O Orador Senhor Hugo Santos Ferreira, da APPII**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, agradeço o convite da Senhora Presidente da Assembleia Municipal para estar aqui presente.-----

----- Realmente, eu penso que o que nós estamos aqui a falar, que são temas três temas que nos preocupam a todos, um é a falta de oferta de habitação para todos nós, para os portugueses, para as famílias portuguesas, nomeadamente no centro de Lisboa e no centro histórico de Lisboa. Outro é a falta de habitações para arrendamento, que é outro grande problema que há também a nossa cidade. E o outro é, de facto, a subida do preço dos imóveis, que nos preocupa, obviamente, a todos.-----

----- Eu gostava de trazer aqui, enfim dos vários pontos que têm sido falados, e largamente falados em todos os espetros e fóruns, há um que não tem sido falado e que eu acho que é importante começarmos a tentar tratar os assuntos do ponto de vista que mais sério, que é o facto de para nós conseguimos ter mais oferta, que é isso que está em causa, que é conseguirmos ter mais oferta de habitação para nós todos, para as nossas famílias no mercado, e que elas sejam a preços acessíveis, há determinados custos, a que podemos chamar custos de contexto que convinha começarmos a combater de forma séria, com políticas públicas sérias e não politizadas. -----

----- E vou aqui só elencar quatro, muito rapidamente, porque o tempo é curto, um deles, de facto, é a falta de mão-de-obra que há hoje no nosso país, que é grave, e nós aqui no setor da construção e do imobiliário sabemos que, durante a crise 230 mil pessoas, 230 mil portugueses deixaram nosso país, e deixaram o nosso país para outras paragens. Sabemos hoje que há uma carência de 70 mil postos de trabalho neste setor e, portanto, era muito importante começar não só a profissionalizar, mas a tentar atrair todos os nossos, enfim, todos nós temos um primo ou um parente próximo, ou não, que deixou Portugal e que agora poderia vir para o nosso país, voltar ao nosso país e, portanto, era muito bom, começar a combater este problema, porque a falta de mão-de-obra, obviamente, é um custo, representa um custo que tem um reflexo muito grave na subida do preço.-----

----- O segundo é os custos de construção, por exemplo, sabemos que os custos construção têm subido, nalguns casos até 20 ou 40 por cento, mas eu aqui dos custos construção, e há pouco falou esta questão do IVA, e é de facto, quer dizer, há aqui um ponto que é verdade, é que se realmente se desceu o IVA em tantas matérias, mas nós agora queremos todos mais habitação, mais habitação para a nossa classe média, mais habitação para as famílias portuguesas. Bom, então porque é que não vamos aplicar também um IVA, por exemplo reduzido a 6 por cento, na construção de habitações para a classe média Portuguesa, para o arrendamento, isso é que era um grande incremento que se dava, um grande sentido orientador ao setor privado para começar a fazer construção, para fazer casas, é disto que estamos a falar, para começar a fazer casas para todos nós. -----

----- Depois já que estamos também no âmbito da Assembleia Municipal há um outro ponto que também é sempre, importa sempre trazer à colação, que é a questão do licenciamento, e que sabemos que o licenciamento em Lisboa piorou, agravou, eu posso-vos dizer que lá fora o que se diz é que o licenciamento camarário já demora dois anos. Eu acho que isto é altamente gravoso e prejudicial ao nosso país, e isto é também um custo, porque “*time is money*” e, portanto, com um período de tempo

excessivamente longo num processo camarário é também um custo, que convém começar a combater.-----

----- E depois é esta instabilidade legislativa e fiscal que nós vivemos, nomeadamente em matéria habitação, ora há pacote habitação, ora não há, ora avança, ora recua, portanto, só toda esta instabilidade comporta um enorme risco e comporta um custo que era importante combater. E, portanto, se queremos mais oferta, se queremos mais arrendamento para todos nós e a preços acessíveis, era importante começar a combater estes custos de contexto.”-----

----- **O Moderador, Pedro Cegonho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Hilário Castro, da ACBA - Bairro Alto.”-----

----- **O Orador Senhor Hilário Castro, da ACBA – Bairro Alto**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, muito obrigado. Primeiro cumprimentar e agradecer à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa.-----

----- E apenas aqui algumas sugestões para esta problemática do turismo e do impacto que está, e deste conflito que está a criar, porque de repente, parece que o turismo virou um problema para os lisboetas, para os portugueses, pelo contrário, foi a solução de muitos problemas e não é um problema!-----

----- Aqui a minha sugestão vai na comunicação que existe. E há aqui um fator muito importante, que é as autoridades e a forma de comunicar com os turistas, quando existe uma reclamação e um pedido de ajuda, as autoridades, principalmente a Polícia de Segurança Pública, tem grande dificuldade de comunicação, e neste caso a sugestão ia no sentido de alargar a competência ou a intervenção das duas Esquadras do Turismo da cidade de Lisboa, a dos Restauradores e a de Santa Apolónia, que fosse direcionado esse pedido diretamente, porque são agentes que estão preparados e com conhecimentos para ajudar.-----

----- O que verificamos na ausência desses conhecimentos é que muitos desses problemas ficam sem qualquer resolução, tanto a nível do reclamante, como até propriamente a nível do turista.-----

----- Aqui na parte do comércio local, apenas uma referência que também é importante, já que se fala muito dos fundos de investimento, e de todas as condições e benefícios que tem, na parte do comércio seria importante identificar um determinado grupo de comerciantes, que isso nunca foi clarificado, que tem vantagens em detrimento dos comerciantes locais e nacionais, e isso na cidade de Lisboa é um caso em crescente, porque nós verificamos que as lojas de *souvenirs* e de outro género têm vindo a crescer, tirando o verdadeiro lugar ao comércio tradicional e às lojas com história, portanto, muito obrigado pela oportunidade. Boa noite”-----

----- **O Moderador, Pedro Cegonho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, agradeço o uso também sintético do tempo.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Moderador, Pedro Cegonho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Neste momento vamos entrar então nas intervenções do público. Chamo o Senhor Carlos Alberto Silva Fonseca, recordando que o tempo regimental para estas intervenções é de três minutos, e prepara o Senhor Luís Castro.”-----

----- **O Município, Senhor Carlos Alberto Silva Fonseca**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, obrigado à organização por me ter convidado. -----

----- Eu estive hesitante, primeiro porque não sou orador especial, e em segundo, e como maior fator, a intervenção do Doutor Paulo de Moraes esgotou grande parte daquilo que eu trazia alinhado para falar. -----

----- Vou resumir, muito sinteticamente, a minha intervenção, menos de três minutos. ---

----- A habitação é um direito constitucional, no Artigo 65º, que no número 2 diz: “para assegurar o direito incumbe ao Estado”, é deste incumbência que o Estado se tem eximido, se tem demitido, através de legislação fiscal, Vistos *Gold*, das isenções em matéria de fundos de investimento imobiliário, do IMI, como ilustrou o Doutor Paulo Moraes, e mesmo do IMT. -----

----- Ainda hoje o Público, pela mão de uma excelente jornalista, Cristina Ferreira, anunciava, houve um negócio de 425 milhões de vendas de imobiliário em 40 Concelhos, da Fidelidade, que hoje é de um grupo chinês Fosun, que não pagou um tostão, passo o termo, um cêntimo de IMT. E, portanto, todas estas referências que fiz, acho que são suficientes para dizerem e deixar claro que eu não combato o turismo, combato este turismo, que existe e tem sido aqui enaltecido, com quadros tipo daqueles que eu lia quando fui Diretor da CUF, com números e lucros e etc., sempre a subir, sempre a subir, etc., combato este turismo! -----

----- E digo ainda mais, combato na minha cidade, combato no Porto, que conheço, e na minha cidade, que foi a cidade os meus pais, “sou um alfacinha de gema”, estudei no Liceu Gil Vicente, na Rua da Verónica e fiquei extremamente desagradado quando no ano passado fui ao Miradouro da Senhora do Monte e contei 37 Tuk-Tuk e nem sequer consegui contar os turistas.”-----

----- **O Moderador, Pedro Cegonho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Luís Castro e prepara José António Marin.”-----

----- **O Município, Senhor Luís Castro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ---

----- “Muito boa tarde a todos, em primeiro lugar gostaria de saudar a Mesa e os demais Membros da Assembleia Municipal aqui presentes, e o público em geral. -----

----- Com 50 anos de idade e 30 anos na atividade profissional do turismo, é com alguma surpresa que vejo o nome do turismo associado de forma negativa a duas outras coisas, afinal de contas, o tema deste painel, desta conversa, a especulação imobiliária e o investimento estrangeiro. E não esperava vir a ouvir hoje, na intervenção do Vereador Manuel Salgado, alguns dos comentários que acabou por fazer, porque parece que estava a ouvir era a Vereadora da Habitação, a Doutora Paula Marques, e considerando que alguns dos problemas da Cidade, que a Cidade está a sentir, resultam precisamente da falta de ação ou da omissão do Senhor Vereador Manuel Salgado, fico estupefacto com a intervenção dele. -----

----- Eu sou freguês da Freguesia de Arroios, em Lisboa, e gostaria de chamar a atenção, uma vez que o tempo é muito curto, para o seguinte facto: a Freguesia de Arroios é a mais cosmopolita de todas as Freguesias da Cidade de Lisboa, com cerca de tinta mil pessoas registadas oficialmente nos cadernos eleitorais, estima-se que hoje a Freguesia tenha para cima de setenta mil pessoas, entre estrangeiros, estudantes, e isto tendo em consideração que a própria Freguesia tem cerca de mil alojamentos locais já registados.-----

----- O impacto desta população na Freguesia e desta população flutuante, nomeadamente, dos turistas que ficam nas unidades de alojamento ou hotéis e depois nas residenciais, pensões, alojamento local, é extraordinariamente gravoso. -----

----- Neste momento, eu posso dizer que o aluguer de um quarto em Arroios já está em cerca de 1200 euros, isto acontece na Freguesia de Arroios, ali na zona da Francisco Sanches e da Almirante Reis, 1200 euros é quanto custa alugar um quarto na Freguesia.-----

----- Nunca pensei vir a dizer, vir a ver associado o turismo, algo que sempre vimos como positivo, como disse, associado a algo de negativo! O turismo para ser bom tem de ser sustentável e inclusivo, o turismo que temos neste momento a viver e de que estamos aqui a falar, é tudo menos isso! Não é sustentável, não é inclusivo! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra o Senhor José António Marin e prepara o Senhor Júlio Manuel Sebastião Soares.”-----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, quero começar por agradecer à Assembleia esta oportunidade e saudar o Luís Mendes, o Mestre Luís Mendes, que me incentivou a que viesse aqui, ele é que me deu coragem para falar aqui.-----

----- Portanto, venho aqui na minha qualidade de cidadão lisboeta indignado, indignado com a incúria camarária e com a ação dos biltres da REMAX, e dos proprietários que tenho tido a mandar lá no prédio.-----

----- Portanto, isto que aqui estamos a falar é sempre o mesmo problema, é a ganância, é a precariedade das nossas vidas, do trabalho, da habitação, da saúde e da educação, pois tudo é visto como um negócio e como um luxo, portanto, o mote é a gentrificação, que vai acicatar a xenofobia e o populismo.-----

----- Concordo inteiramente com os pressupostos assinalados pelo MPT, que teve o mérito de lançar este Debate, mesmo que integrando uma coligação que eu considero, portanto, legislou o NRAU e esse NRAU criou graves problemas, ninguém é perfeito, mas criou, houve fatores não acautelados e que inevitavelmente vieram contribuir para acentuar sentimentos xenófobos, a especulação imobiliária e a desmesurada iniciativa de vinda do exterior, causaram uma indesejada invasão, geraram-se receitas, mas são sempre os mesmos a lucrar!-----

----- Portugal que já era considerado um destino barato, graças à crise e à austeridade imposta pela *Troika*, acabou por sofrer uma invasão que só irá abrandar quando a inevitável bolha rebentar, e a saída do Reino Unido da União Europeia provocar uma desertificação inevitável. -----

----- A especulação imobiliária e o investimento estrangeiro estão imparáveis! Nesta altura teremos uma desertificação, o final da “galinha dos ovos de ouro”! -----

----- A Organização Mundial de Turismo, assinala, portanto, os méritos, há algo que eu nunca ouço falar, que é muito importante, o conceito de turismo, eu concordo inteiramente com aquilo que diz a Maria Filomena Mónica, “Goutha e Marco Pôlo, esses eram os turistas”, portanto, um turista ou um viandante, turistas somos nós todos! Pois o turista independentemente da bolsa, planifica. -----

----- Eu vou abreviar, a crescente globalização e o fácil acesso à informação, já sabemos o que é que provocou, desde 1960 perdemos um terço, ouvi falar aqui um quarto dos lisboetas, era a Freguesia dos Mártires a mais sacrificada, assistimos pois a uma desertificação, a um crescimento rápido das diferentes formas turísticas, com efeitos negativos no estilo das vidas das populações! Nós precisamos de turismo, mas não de uma invasão!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor José António Marin, e obrigado pelo uso assertivo do tempo. -----

----- Tem a palavra o Senhor Júlio Manuel Sebastião Soares, e prepara Gonçalo Antunes.” -----

----- **O Município, Senhor Júlio Manuel Sebastião Soares**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de mais digo boa noite a todas as pessoas e é assim, não trouxe um texto preparado, pronto, simplesmente eu sou morador em Alfama, desde que nasci, tenho 41 anos. E o que acontece é assim, fazemos muitos debates, dizem que saem Leis, leva-se abaixo-assinados à Câmara de Lisboa. Levam-se abaixo-assinados à Assembleia Municipal e os problemas continuam a aumentar, ou seja, ainda esta semana soube na minha rua que venderam dois prédios, não sei o que é que vai acontecer aos restantes que lá continuavam a viver! -----

----- Em princípio ou irão para a rua, ou fazem-lhes uma proposta de os indemnizar e irem-se embora do prédio, é assim, eu acho que chega de conversa e é assim, quem está na oposição na Câmara de Lisboa, tentar fazer alguma coisa e lutar contra quem está na maioria na Câmara de Lisboa, porque isto é já conversa a mais, e os problemas não estão resolvidos! -----

----- Tivemos o problema do Palácio de Santa Helena, que continua com os problemas, que continuam, estão a fazer vinte e um apartamentos de luxo, para onde em princípio não irá viver, não vão viver portugueses, e se calhar são mais casas para alojamento local. -----

----- Temos atualmente o Hospital da Marinha, onde vão fazer cem apartamentos e mais três prédios novos para hotéis, em princípio será para hotéis, e é assim, os problemas continuam a aumentar! -----

----- Nós fazemos debates, as associações que estão nos bairros e que lutam pelas pessoas, que querem continuar a viver nos bairros, não têm poder para lutar contra as Leis Camarárias, as Leis da Assembleia da República, que ninguém quer mudar, porque isto é uma “galinha de ovos de ouro”, como toda a gente já disse aqui! -----

----- É assim: eu apelo, pronto, é à oposição na Câmara de Lisboa, para que se junte aos restantes moradores, às associações que existem nestes bairros e que continuam a lutar, e que não querem de abandonar a zona histórica, porque já começa a ser complicado, nós, os restantes moradores, queremos continuar a viver nas Freguesias dos bairros históricos. -----

----- Essa é outra coisa que eu também falo aqui, e é assim, eu pergunto quando o Hospital da Marinha foi transformado em cem apartamentos de luxo e mais três hotéis, quando o Palácio de Santa Helena tiver vinte e um apartamentos de luxo, com vinte e uma famílias, não sei quantas pessoas, pronto tudo bem, todos estes locais têm garagens, mas agora pergunto como é que será o tráfego nestas zonas? Atualmente já é mau e como é que vai ser nessa altura?-----

----- Mais uma vez eu apelo, é para a oposição poder nos apoiar, porque já começa a ser muito complicado, e hoje vim aqui sem um texto, porque é insuportável! -----

----- Pronto, os que resolvem ficar, mesmo sendo proprietários das casas, praticamente estão a ser obrigados a sair de outra forma, porque está insuportável! A Câmara de Lisboa não nos apoia, licencia coisas sem ir aos locais ver, como por exemplo aconteceu com a minha casa, em que a Câmara de Lisboa licenciou o condomínio de trás, deitar abaixo um muro, que é minha propriedade, vamos à Câmara e a Câmara diz que não tem nada a ver com isso, nós é que temos que resolver o assunto. -----

---- Outra coisa que eu também volto a falar, é assim, pergunto como é que o Senhor Vereador Manuel Salgado pode aprovar coisas que ele próprio efetua a vistoria dos projetos, sem passar por mais ninguém, é assim, isto é inacreditável e nós estamos todos aqui impávidos e serenos, sentados a olhar para todos estas situações, e quem pode fazer algo não faz! Muito obrigado, e boa noite.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Gonçalo Antunes.” -----

----- **O Município, Senhor Gonçalo Antunes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Muito obrigado pela disponibilidade para ouvirem algumas palavras, eu nestes três minutos queria apenas refletir um pouco sobre o problema da habitação na cidade de Lisboa, nos últimos quatro anos, desde o final da intervenção externa.-----

----- Neste últimos quatro anos, o problema da habitação renovou-se, renovou-se a partir da nova conjuntura que foi desencadeada, por efeitos internos, endógenos, como

a liberalização do mercado de arrendamento e também por fatores exógenos, nomeadamente, são fatores de difícil controlo no mundo e no mercado globalizado, destacando-se, sobretudo que até há cerca de três ou quatro anos atrás, as principais cidades portuguesas passaram a fazer parte do circuito internacional de investimento imobiliário, o que tem aumentado a pressão no mercado de habitação, e em simultâneo, o extraordinário crescimento do turismo urbano, acarretou transformações e alterações sentidas, não só na utilização do espaço público, mas também no edificado habitacional, que tem sido convertido da sua função original de habitação para hotelaria e alojamento local, diminuindo-se assim o número de casas disponíveis no mercado. -----

----- Desta forma a flexibilização do mercado de arrendamento, a financeirização imobiliária e o turismo urbano, que está em crescendo, criaram uma situação económica, social e urbana de enorme complexidade, mesmo no centro das duas principais cidades portuguesas. -----

----- Perante estes novos riscos e desafios não é possível responder apenas com o direito à habitação, que está consagrado no Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, é também necessário atender ao direito à Cidade, caso contrário vamos construir uma Cidade e uma área Metropolitana, mais desigual, mais fragmentada, com zonas exclusivas e com zonas excluídas, potenciando a tensão social. -----

----- Dentro dos novos problemas há também a destacar a desigualdade contratual no domínio da habitação, a desigualdade contratual basicamente é quando os dois contratantes estão em posições distintas, de domínio e de sujeição, obrigando aqueles que estão numa posição mais vulnerável a aceitar as condições propostas, sendo a única alternativa a de ficarem sem casa. -----

----- Estas circunstâncias são obviamente características do mercado de arrendamento, à medida que as Leis são flexibilizadas pelo próprio legislador, favorecendo à partida, a parte que já se encontrava mais favorecida. -----

---- Além disto, há outros perigos, como o surto sem precedentes de interesse no parque imobiliário nas principais cidades portuguesas, concretizado por entidades estrangeiras, com elevado poder de compra, como os fundos de investimento imobiliário. -----

----- Estes grandes investidores dos interesses comerciais e turísticos, cada vez mais disputam o controlo do território urbano, entre si, e com a própria Administração Pública, sendo que a Administração Pública é forçada a adotar determinadas medidas e decisões a nível local, a partir dos interesses destes agentes privados. -----

----- Para terminar, queria só dizer que estes riscos, no seu conjunto, podem desencadear repercussões visíveis durante várias décadas, ao contribuir para a desumanização das nossas cidades, esquecendo-se o indivíduo, esmagando-o pelas leis do mercado, pelos interesses do turismo, pelos interesses económicos. -----

----- Cabe assim ao poder público salvaguardar de forma efetiva os direitos humanos, o direito à habitação, assegurando relações de equidade entre as várias partes que compõem a vida da Cidade e protegendo os indivíduos em situação de maior

vulnerabilidade, e colocando os interesses da comunidade acima dos interesses particulares, e acima de tudo salvaguardando a própria democracia. Muito obrigado.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, agradeço as intervenções de todas as entidades e do público que se inscreveu, passamos para a fase do Debate em que teremos as Intervenções das Forças Políticas que se inscreveram, e vamos seguir a ordem de inscrição para a intervenção das Forças Políticas, também com os três minutos Regimentais por intervenção. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DEPUTADOS INDEPENDENTES**-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, continuou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão, do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Cidadãos e Cidadãs.-----

----- Esta é a hora de Lisboa, é a hora em que a nossa Cidade tem consciência de que as oportunidades de hoje são muitas, novas e irrepetíveis! -----

----- Lisboa sente-se confiante como Capital Global e aberta ao mundo. O investimento estrangeiro, quer dirigido ao setor do turismo, quer o dirigido à economia do conhecimento, quer dirigido e muitas outras atividades e iniciativas económicas, é bem-vindo e tem sido essencial para criar empregos e para a requalificação urbana, valendo 6,3 mil milhões de euros na economia da Cidade, o que equivale a quatro vezes setor do Calçado em Portugal e 3 vezes a Auto Europa.-----

----- O investimento relacionado com o Turismo tem sido acompanhado de medidas para prevenir efeitos perversos, e os recursos municipais por ele gerados, são dirigidos para o desenvolvimento da Cidade. -----

----- Sabemos que a causa dos problemas da habitação não está no turismo, mas na malfadada Lei do Arrendamento de Assunção Cristas, mas isso não nos dispensa de tomar todas as medidas ao nosso alcance para promover o acesso à habitação e para que o turismo não incida apenas na zona histórica da cidade, antes se espalhe por toda a cidade. -----

----- A suspensão de novos registos de alojamento local em determinadas áreas do centro da cidade e não em toda a cidade, como defendeu o PSD, é um contributo para que outras zonas possam vir a beneficiar de investimentos turísticos. Porque é que zonas, como por exemplo, Benfica, Santa Clara ou Marvila não poderão vir a beneficiar do turismo? O Turismo tem por onde crescer mais na Cidade. -----

----- As receitas do Turismo vão ser utilizadas, não apenas para criar melhor qualidade de vida em toda a Cidade e mais atratividade turística, mas para diversificar a base económica da Cidade. -----

----- Recordemos, que Fernando Medina anunciou que o aumento da taxa turística será dirigido a equipamentos e promoção turística, mobilidade e transportes, higiene e

segurança. O investimento será feito por exemplo na FIL, para dar à Cidade um equipamento maior e melhor, não só para a WebSummit, durante os 10 anos, mas para acolher outros eventos de grande dimensão, como o Congresso dos Médicos, que movimenta dezenas de milhares de pessoas, numa Cidade que tem instituições de ponta na área médica, públicas e privadas, como o Instituto Português de Oncologia ou a Fundação Champalimaud. -----

----- O turismo contribui também para promover grandes estruturas culturais, como por exemplo, e sem excluir muitas outras, o Museu Nacional de Arte Antiga, que tem tido iniciativas de grande qualidade a nível internacional e que vale a pena vir a Lisboa só para as visitar. -----

----- Saibamos aproveitar as oportunidades que o Turismo representa, sem esquecer que o nosso objetivo central é a melhor qualidade de vida do cidadão, e que isso passa por dispor de acesso à habitação a preços acessíveis e que é necessário preservar o caráter e a identidade das diferentes áreas da cidade. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do Partido Ecologista “Os Verdes”.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, cumprimento todos os presentes, Senhores Oradores, Senhores Convidados e senhores Deputados. -----

----- “Os Verdes” começam por referir que o turismo é uma atividade importante, a podem estar associadas consequências positivas, mas também negativas. É inegável que representa crescimento económico, investimento e criação de emprego, apesar de muitas vezes precário, mas está a assumir um caráter hegemónico, tornando a cidade muito dependente deste setor, o que não é sustentável. -----

----- A relação entre o turismo e a cidade não é recente mas, antes, as áreas de interesse turístico e os direitos das populações conviviam melhor com esta atividade. Devido a um conjunto de fatores, hoje já não é bem assim, há uma descaracterização e esvaziamento dos bairros e um aumento do número de pessoas que não conseguem pagar casa em Lisboa. -----

----- O fenómeno da especulação imobiliária tem causas e podemos apontar algumas: a subida brutal dos preços da habitação resultou, em grande medida, da enorme procura de imóveis por parte de uma elite estrangeira, com grande capacidade financeira, e atraída pelos Vistos Gold, pelo regime fiscal dos residentes não habituais, e incentivada pelos benefícios fiscais dos fundos de investimento imobiliário. -----

----- Estes Programas do anterior Governo PSD/CDS, associados à Lei dos Despejos, incentivaram a acumulação de capital imobiliário e vieram facilitar o despejo de inúmeras famílias e de comércio tradicional! Isto, a par de um considerável parque

habitacional devoluto, que fez com que muitos fogos passassem a estar disponíveis para a especulação imobiliária. -----

----- Também o PDM, aprovado pelo PS e PSD, e a atribuição de créditos de construção, correspondentes a direitos de edificabilidade, vieram abrir as portas à especulação imobiliária.-----

-----Ou seja, as sucessivas políticas têm visado proteger os grandes fundos imobiliários, em detrimento de uma política de proximidade que vá ao encontro das necessidades da população. E a Câmara Municipal, interessada nas receitas daí provenientes, tem vindo a viabilizar e a promover estas medidas, descuidando o seu papel na promoção de habitação. -----

----- É verdade que foram aprovadas algumas medidas importantes e necessárias, mas são insuficientes, e só serão eficazes se forem articuladas com uma política pública de habitação, que garanta o direito à Cidade. -----

----- Para os Verdes é positivo que haja investimento e turismo, mas através de um planeamento de proximidade que permita um desenvolvimento regulado e sustentável, que não comprometa o direito à habitação e a outros direitos das populações. -----

----- O erro tem sido, por opção política e ideológica, deixar o desenvolvimento da cidade exclusivamente nas mãos do mercado, em que os terrenos e os prédios, necessários para habitação, são direcionados para o negócio e só para o negócio! -----

----- O turismo é bem-vindo, mas é preciso travar a especulação imobiliária, que se está a espalhar como uma praga, estancar a sangria dos despejos e criar mais cidade, não permitindo que Lisboa se transforme num parque temático ou num cenário de um filme, porque é da vida das pessoas que falamos. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia, do Partido Comunista Português.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa noite Senhores Oradores, obrigado por continuarem a ouvir-nos, já depois de os termos ouvido, com muito gosto, Senhores Deputados, público. -----

----- “O Diário Imobiliário” de 8 de novembro, noticiava que o Lisboa saltou do décimo para o primeiro lugar para investir em imobiliário na Europa, em 2019, segundo o relatório anual publicado em conjunto pelo *Urban Land Institute* e pela *PWC* e de acordo com as tendências emergentes na Europa imobiliária, que se baseia nas opiniões de mais de oitocentos profissionais imobiliários, incluindo investidores, promotores, financiadores e consultores, com os inquiridos a elogiarem a qualidade de vida e a liderança política da Cidade. -----

----- Para nós PCP, este *ranking* é a confirmação de que Lisboa é cada vez mais uma cidade/empresa, entregue à especulação imobiliária, em que as intervenções que valorizam o seu tecido urbano, são uma mais-valia num processo de transferência do

bem público para os interesses privados, numa cidade objeto, despersonalizada, em que o pensamento único é o preço por metro quadrado. -----

----- Nos últimos anos, este fenómeno de especulação imobiliária não é fruto do acaso, mas sim resultado das políticas seguidas quer pelo Estado Central, quer pelo Município. Desde logo a política de licenciamento urbanístico lançada pelo PDM de 2012 e aprovada pelo PS e PSD, contou e conta com a oposição do PCP, e que veio liberalizar a alteração dos usos do solo em toda a cidade, utilizada sem critérios permitindo e facilitando a especulação imobiliária, completamente virada para o lucro e licenciando hotéis, sem qualquer estudo que sustente a sua viabilidade futura. -----

----- Também o mecanismo de atribuição de créditos de construção transacionáveis, correspondentes a direitos de edificabilidade, se inserem nesta mesma opção política de deixarem campo aberto à especulação imobiliária, não esquecer também os Vistos Gold, que já foram aqui sobejamente referenciados. -----

----- Este fenómeno de especulação imobiliária foi acentuado pela Revisão de 2012 do Novo Regime de Arrendamento Urbano, a famigerada Lei Cristas, levada a cabo pelo anterior Governo, que veio facilitar a expulsão da população do coração da cidade, com o despejo de milhares de famílias e comércio tradicional, quer através do aumento brutal do valor das rendas, quer através da transformação nos contratos de arrendamento. -----

----- Política esta que nunca teve o nosso apoio no Município de Lisboa, como é facilmente comprovável pelo sentido de voto contra dos Vereadores e Deputados do PCP na Câmara e nesta Assembleia Municipal, nomeadamente, aquando da votação do referido Plano Diretor Municipal e das sucessivas propostas de alteração de uso habitacional, para outros fins, em especial no centro da cidade, que tem vindo a criar uma base económica única, com todas as consequências inerentes a este tipo de processo. -----

----- O PCP defendeu e continua a defender um planeamento da cidade, com urbanismo democrático, transparente e participado, ao contrário do atual Governo da Cidade do Partido Socialista, que considera que não cabe, cito uma declaração de um Vereador que já esteve aqui presente, infelizmente, não me está a ouvir agora, cito: “Que não cabe aos poderes políticos colocar entraves ao livre funcionamento do mercado”. -----

----- Consideramos que a Câmara Municipal deve exercer o poder de monitorização e regulação, ao contrário do que o Senhor Vereador referiu. Defendemos e continuaremos a defender uma política de planificação do uso do solo, determinado pelos direitos das populações e não para os interesses da especulação, uma política de planeamento da cidade democrática, participada e transparente, que dê primazia ao interesse político sobre os interesses privados. Boa noite.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, boa noite a todos e todas e cumprimentar em especial a Mesa e os Oradores, e também as entidades que foram convidadas e os cidadãos e cidadãs que hoje aqui intervieram.-----

----- Relativamente a este Debate e quando falamos de turismo, muitas das intervenções, e isso tem sido notório ao longo destes vários meses em que temos debatido esta matéria, vão sempre no sentido de que numa perspetiva de crescimento do turismo, e de que é preciso ir ainda mais longe relativamente ao turismo. E, de facto, nós achamos que devemos estar, e já o devíamos ter feito há mais tempo, no momento de parar para pensar um bocadinho naquilo que se está a passar, e nas dinâmicas que estão a ser criadas na cidade de Lisboa, também noutras cidades, mas aqui também. -----

----- E o tema que nós hoje temos especificamente ajuda-nos, de especial forma, a fazermos exatamente este debate, que é a especulação imobiliária associada à questão do turismo, e os problemas foram aqui identificados, não os vou repetir, mas acho que aqui as soluções. E acho que este Debate também serviu para podermos chegar aqui a alguns consensos, também têm que partir, não só da ótica puramente do aumento da oferta, porque isso não vai resolver os problemas apenas, e tem que partir mais de um pensamento de uma política pública de organização de cidade, uma política pública de habitação e a não apenas de uma oferta pura e simples de mercado de habitação, porque ela por si não resolve. -----

----- E quando falamos aqui, especificamente, da especulação imobiliária que, claramente, está a beneficiar cada vez mais o grande capital, e é absolutamente óbvio, independentemente de ao longo dos próximos anos, vamos ter mais dados, não podemos dizer que não conseguimos identificar as consequências que o turismo está a ter na cidade de Lisboa, com a especulação imobiliária que está a ter na cidade de Lisboa. -----

----- É impossível, basta andar na rua todos os dias, para perceber algumas destas dinâmicas, com certeza todos nós que aqui moramos, já no prédio ao nosso lado ou no nosso prédio houve despejos ou houve uma compra por parte de um fundo imobiliário e, portanto, isto afeta toda a gente em toda a cidade. -----

----- Mas sobre a questão das soluções, acho que tem que haver aqui e devemos caminhar para uma maior articulação entre políticas nacionais e locais, sendo que, se calhar até no que toca à especulação imobiliária, as políticas locais têm sido deixadas um pouco de lado e poderiam ter um papel importante. -----

----- A nível nacional falámos já da questão dos Vistos Gold, da questão das isenções de IMI, são matérias absolutamente importantes e já agora, temos uma oportunidade durante as próximas semanas de ir um bocadinho mais longe com o Orçamento de Estado e com algumas propostas de alteração que estão em cima da mesa. Mas a nível local também o devemos fazer, e é isso que tem falhado, especialmente, é verdade que o Senhor Vereador Manuel Salgado já cá não está, mas é um dos pelouros que tem uma capacidade fundamental de influenciar nisto, falamos dos instrumentos

urbanísticos, falamos das limitações às licenças, falamos da questão da afetação da utilização do solo, que também tem uma influência muito grande, vimos agora recentemente na zona da Avenida liberdade-----

----- E, portanto, há muitos instrumentos que a nível local devem ser mais utilizados para combater a especulação imobiliária. E além disso, temos também que aumentar, em muito, a política pública de oferta de habitação, que é isso que está a ser colocado muitas vezes no discurso da própria Câmara de lado, que é deixar tudo ao mercado, quando já vimos que o mercado só vai continuar a criar os problemas que estamos aqui a discutir e, portanto, as soluções passam efetivamente pelo público.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Deputada Inês Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez boa tarde. -----

----- Começamos por saudar os proponentes desta proposta de Debate Temático assim como todas e todos os intervenientes, agradecendo os seus relevantes contributos para esta iniciativa. -----

----- Numa cidade que assume hoje uma nova dinâmica, fruto sobretudo do *boom* turístico, um dos principais desafios que enfrentamos para Lisboa é encontrar o caminho que permita compatibilizar questões desde logo como habitação, mobilidade, defesa do ambiente e acesso aos serviços com todos estes novos fluxos e pessoas, alcançando a melhor e possível convivência e relação entre moradores e turistas. -----

----- Lisboa tem sido destacada em diversas publicações como um dos melhores destinos turísticos do Mundo e a nossa cidade tem recebido diversos prémios, o que de facto nos orgulha. -----

----- Diversos estudos, relatórios, artigos e estatísticas apontam os setores da restauração e do alojamento turístico como líderes na criação de emprego em Portugal, tendo em 2017 gerado 323,2 mil postos de trabalho, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o que corresponde a 120 novos postos de trabalho por dia. -----

----- Paralelamente, o turismo também tem sido apontado como o principal fator do aumento do preço das habitações e do custo de vida na cidade, existindo diversas críticas, que não podemos ignorar à forma como tem sido gerido o aumento de afluxo de turistas. -----

----- Reconhecemos obviamente que é positivo para o desenvolvimento da cidade, mas não pode ser deixado ao livre arbítrio do sector, sobretudo quando isso significa estar a afastar as pessoas da sua cidade ou a permitir a degradação da qualidade de vida, para mais quando temos outras cidades que nos levam a ver os efeitos negativos, como por exemplo em São Francisco, da gentrificação e até mesmo o aumento da população de pessoas em situação de sem-abrigo, pegando nestes dois extremos que muitas das vezes se polarizam nestes fenómenos. -----

----- Recordamos que a Agenda 20/30 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas refere precisamente a necessidade do turismo ser sustentável, nomeadamente no seu Objetivo 8 (Trabalho digno e crescimento económico) – “Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais” e Objetivo 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) - “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”;

----- Em 2017 foi o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento com o objetivo de mobilizar os diversos atores para o trabalho em conjunto, procurando paralelamente alertar os decisores para a relação entre turismo sustentável e desenvolvimento sustentável;

----- As decisões relacionadas com o turismo não podem desconsiderar a inclusão social, a pobreza; a preservação do património, a proteção ambiental, a diversidade do território, a segurança, a gestão dos recursos e dos resíduos, entre outros fatores.

----- É precisamente por isso que já aqui falamos na necessidade de termos um estudo da capacidade de carga turística como instrumento de medição destinado a avaliar o estado de fatores chave determinantes na capacidade de uma região suportar determinados níveis de turismo, relacionando diversos fatores e analisando a capacidade de carga física (número de pessoas/preservação de padrões de qualidade), capacidade de carga ecológica (atividade turística/ preservação de ecossistemas) e capacidade de carga social (turistas e ponto de saturação/ residentes e tolerância ao turismo sem gerar tensões).

----- Destacamos por isso a Recomendação do PAN que foi aprovada nesta Assembleia precisamente para que seja realizado um estudo sobre a capacidade de carga turística, com o objetivo de dotar a cidade de um conjunto de indicadores que melhor permitam informar as decisões que têm de ser tomadas no nosso município.

----- Mas tal como o PAN tem vindo a defender, é essencial a Aplicação da taxa turística na qualidade de vida dos lisboetas (em melhores transportes e serviços como a recolha dos resíduos urbanos, na habitação, requalificação dos espaços verdes e não no próprio turismo); PAN também votou a favor da taxa turística;

----- Assim como pensar o Turismo aliado à sustentabilidade e pensada em conjunto com as medidas de mitigação e adaptação de Lisboa às alterações climáticas;

----- Defendemos que o impacto que o turismo tem na cidade de Lisboa deve acrescentar valor ao seu desenvolvimento, de forma sustentável e humana.

----- Para concluir termino referindo que foi aqui reiteradamente falada a questão do IMI, a necessidade da discriminação positiva, curiosamente penso no exemplo de como um espaço para fins comerciais, nomeadamente a venda beneficiava de uma isenção de IMI, não é único na nossa cidade, pensemos por exemplo na Praça de Touros do Campo Pequeno, que beneficia de uma isenção de 9 milhões de euros ao ano, e cujo valor podia precisamente ser canalizado para outras áreas que aqui precisamente temos vindo a discutir.

----- Para concluir defendemos que o crescimento provocado pelo turismo deve-se acrescentar valor à Cidade e ao seu desenvolvimento, de forma sustentável e humana. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Deputado Municipal Raúl Santos, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raúl Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Em primeiro lugar, queria agradecer aos convidados que constituíram um painel fulcral e que me levaram a tecer mentalmente algumas considerações, que gostava de partilhar convosco, reflexões mais do que considerações, que gostava de partilhar convosco. -----

----- Senti falta de uma coisa, quando nós saímos da cidade percebemos que o valor de paisagem dependente da biodiversidade, como dizia Gonçalo Ribeiro Telles, é fundamental para que o turismo de natureza possa existir. Mas também existe um valor de paisagem na cidade, mais ligado à cultura, mais ligado à arquitetura, mais ligado, de facto, a uma visita cultural. Senti um pouco de falta dessa referência aqui, em tudo o que foi referido.-----

----- Também gostava de partilhar que parece que ficou claro que o turismo é extremamente importante, porque gera polémica, gera negócio. Quanto mais não seja por isto, penso que isto é suficiente para olharmos pelos prismas, pelos mesmos prismas que os vários atores também utilizam, é importante que o façamos, que nos metamos na pele desses atores. -----

----- Quem é que tem que atuar? Quem é que tem que exigir? Quem é que tem que regulamentar? É o homem, somos nós todos, mas o homem falha! O homem é egoísta, o homem é vulnerável a horizontes de maravilha, é o único ser vivo inteligente ao cimo da Terra, mas muitas vezes usa a sua inteligência da forma mais esperta possível! O problema é o homem! O problema somos nós! E curiosamente, também é o homem, também somos nós a solução do problema. Penso que é importante refletirmos sobre isto. A solução para os problemas que hoje foram aqui levantados é uma solução complexa, é uma solução que tem que ter em conta aquilo que é a maneira de estar do homem e tem que ser equitativa, é fundamental que o seja. -----

----- É por isso que o nosso papel, enquanto políticos nesta casa, é extraordinariamente importante. Nós temos que ser porta-vozes e temos que lutar por esta maneira de estar diferente que urge trazer para este tipo de assuntos relacionados com o turismo.-----

----- Vamos aguardar o próximo Debate com expectativa, até porque é um debate transversal, vai complementar este debate. -----

----- Nesse dia vamos tirar conclusões e esperemos que as conclusões que tirarmos sejam no sentido de contrariar aquilo que é o aparente fatalismo, que nós vemos nas vozes de muitos, muitas pessoas que anonimamente vêm aqui à Assembleia trazer as

suas preocupações. Porque é preciso de uma maneira muito firme, fazer diferente! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, cumprimentava a Mesa e os Senhores Convidados, Senhores Deputados, estimado público.-----

----- Nesta primeira edição do Debate Temático sobre o impacto do turismo na cidade de Lisboa, debatemos em concreto a especulação imobiliária e o investimento estrangeiro. Importa, portanto, lembrar números, 6 mil milhões de euros na economia, investimento este que é suporte vital na vida da cidade, que mexe com a economia, que cria emprego e que gera inovação. -----

----- Lisboa é hoje marca internacional do turismo e é um dos destinos europeus preferidos, e uma vez mais basta vermos os números, o Aeroporto da Portela recebeu em 2017 mais de 26 milhões, e em 2018 caminha rapidamente para os 30 milhões.-----

----- Mas ao contrário da esquerda, que vende o turismo em Lisboa com uma conquista própria, pessoal e exclusiva, o PPM não pode aqui deixar de agradecer ao anterior Secretário de Estado do Turismo, Adolfo Mesquita Nunes, pelo enorme contributo e pelo sucesso alcançado nesta matéria, depois da crise em que a esquerda nos deixou!-----

----- O PPM também não pode deixar de agradecer o antigo Vereador Ricardo Robles o seu contributo pessoal neste tema, além de toda a hipocrisia a que uma certa esquerda já nos habituou, este exemplo foi, certamente, uma demonstração clara da importância e utilidade destas atividades e do investimento na reabilitação urbana. -----

----- Certamente, que todos se recordam de Lisboa há 10 ou 15 anos, quando se discutia a necessidade de requalificar e trazer vida às zonas históricas da cidade. Essa vida veio e a cidade regenerou-se, à custa sobretudo do investimento estrangeiro, a custo de investimento imobiliário e com o turismo como motor da cidade. Não podemos é agora ir a reboque do Bloco de Esquerda e achar que tudo está mal, que o “bicho papão” da capital está a destruir a cidade, quando foi ele que nos últimos dez anos nos salvou e livrou de uma cidade que se degradava a passos largos. -----

----- Ainda na semana passada, o PPM votou nesta Assembleia a favor de uma proposta do CDS, que pretendia regular o alojamento local, e defendia garantias para alojamento de estudantes, mas foi o PS e o Bloco quem quis ser pequenino e chumbou!-----

----- É preciso dizer basta! Não podemos andar sempre a criticar o investimento privado e depois andar a correr atrás dele para salvar as trapalhadas de Entrecampos! Está na hora de assumir a importância do investimento imobiliário e saber aproveitá-lo para criar uma economia rica e dinâmica que fará de Lisboa, uma cidade do futuro.

Mas sem descurar os lisboetas, daí ser fundamental uma vigilância da Câmara na salvaguarda dos direitos dos cidadãos lisboetas, que fazem esta Cidade. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa nesta Sessão, Caros Convidados, Caros Deputados, caro público presente. Muito boa tarde a todos.-----

----- Gostaria de começar esta minha intervenção por saudar o partido proponente deste Debate que, no nosso entender, é tão importante para a cidade e para a atividade económica que é o turismo, e o impacto que o turismo tem em Portugal, portanto, não só em Lisboa, mas, acima de tudo em Portugal. -----

----- No entender do CDS, o impacto do turismo na cidade de Lisboa, obviamente que tem um impacto positivo e um impacto negativo, alguns impactos negativos como, no caso da higiene urbana, como também, obviamente, nalgumas situações que se tem falado relativamente aos aumentos de preço relativamente à habitação, mas para nós, acima de tudo, os impactos são positivos. -----

----- A balança é positiva, isto porquê? Gostaria também de que vos recordar, Senhores Deputados, que se olharmos não há muitos anos atrás, a verdade é que a cidade de Lisboa estava cheia, estava repleta de prédios devolutos, repleta de zonas que não tinham ninguém, isto não é algo que aconteceu agora, derivado turismo, é algo que estava a acontecer de há muitos anos para cá, e aconteceu precisamente porque Lisboa não oferecia soluções que fossem cativantes para as pessoas virem para Lisboa morar e quererem ficar aqui. -----

----- E aquilo que acontece é que o turismo trouxe uma solução para tornar Lisboa atrativa, foi o turismo que renovou e tem vindo a renovar, e tem criado oportunidades de renovação para Lisboa, e tem criado oportunidades junto dos comerciantes, tem criado oportunidades junto dos investidores, tem criado oportunidades no âmbito da cultura, tem criado “n” oportunidades! E nós não podemos descurar de todas estas oportunidades que têm vindo a ser criadas, precisamente porque o turismo nos trouxe essas oportunidades, não podemos querer ter “os dois pássaros na mão”, digamos assim, ou seja, ter o dinheiro que os turistas nos trazem, mas não os ter cá! Isto não é possível!-----

----- Portanto, só é possível ter todo este vigor que a cidade de Lisboa está a ter, efetivamente, se soubermos tratar e lidar com a atividade económica que é o turismo. Para nós o direito à habitação não está de todo comprometido pelo turismo, mas sim pela falta de oferta nova, quer na habitação nova, mas também na habitação reabilitada. E hoje ainda, portanto, em 2018 continuamos a ter mais de 7 mil prédios devolutos, ou à beira da ruína, e estes prédios não são somente de privados, muitos também são públicos e, portanto, aqui a responsabilidade é, acima de tudo uma responsabilidade na falta de política, que tem havido, para a habitação, e não faz

qualquer sentido estar a associar na totalidade, a atividade económica à falta de solução para a habitação. Portanto, para nós não passa por expulsar os turistas, mas sim por encontrar equilíbrio entre Lisboa, nos lisboetas e equilíbrio de Lisboa no mundo, permitindo assim que a economia flua e crie oportunidades para Portugal. É, portanto, para nós muito importante criar formas de licenciar os projetos urbanísticos de uma maneira muito mais ágil e muito mais rápida, para que tudo isto consiga fluir e consigamos encontrar soluções adequadas. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Maria Teresa Craveiro, dos Independentes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agradecer à Mesa, aos Convidados, aos Parceiros que aqui ocorreram, e também felicitar pela temática. -----

----- De facto, se nos centrarmos na questão do impacto do turismo e a estratégia desta cidade de Lisboa, neste momento, nós estamos perante um dilema. Porque levámos a construir uma cidade global, temos que assumir isso, deste 90, com planos estratégicos que diziam que queríamos uma Capital Atlântica e, simultaneamente em Feiras, internacionalmente, provando como uma cidade estava tão próxima do Atlântico e do Mediterrâneo e, portanto, poderia favorecer destinos turísticos. E agora temos já uma perceção também clara, daquilo que foi um deslizamento e uma perceção das consequências de um turismo, que certo modo precisa de ser mais regrado, e se calhar mais alargado, no ponto de vista de território. Ou seja, já aqui foi falado, ir para toda a situação de Lisboa, da zona de Lisboa, as zonas de periferia precisam desta atração para melhorar e consolidar a sua requalificação urbana e os seus percursos e o seu próprio património, que também tem uma identidade, que não só casco histórico, e simultaneamente a própria região de Lisboa, ou seja, não se pode continuar só. E, daí fazíamos um apelo à Associação de Turismo de Lisboa que trabalhasse, neste momento, numa perceção, que não é com certeza a perceção só aqui indicada de 2015. -----

----- Estes últimos anos, percebemos as consequências nos bairros históricos, também dos despejos e de uma forma um pouco gravosa, como foram instituídos toda uma melhoria da reabilitação e requalificação urbana. E aí fazíamos um apelo de um trabalho conjunto da Associação de Turismo, com o Pelouro do Urbanismo e o Pelouro que tem aqui o turismo, para se perceber que, de facto, as consequências num zonamento, é forçoso que o Plano Diretor se desdobre num zonamento e numa monitorização, e que se perceba quarteirões, como regulamentar o comércio de proximidade, que data à autenticidade que hoje foi colocada aqui e, ao mesmo tempo contribuir para um turismo sustentável e inclusivo. -----

----- No fundo, o que nós queremos é uma cidade que seja boa para os residentes e para quem trabalha, e que será, com certeza, para quem nos procura, e não o inverso.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, do PSD.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado. Muito boa tarde a todos.-----
----- Queria em primeiro lugar saudar a organização deste Debate Temático, saudar as diversas Associações, o público que aqui esteve presente e que resolveu partilhar connosco algumas matérias, nesta temática do impacto do turismo na cidade de Lisboa. -----
----- A primeira coisa que eu gostaria de reafirmar, do ponto de vista do PSD, é que o turismo é bom para a cidade e que o investimento estrangeiro é bom para a cidade! -----
----- Foi uma opção clara do anterior Governo PSD/CDS, que herdando um país falido e na bancarrota, procurou atrair investimento estrangeiro, que pudesse redinamizar a economia e pudesse trazer mais atividade e mais riqueza para o país.-----
----- E recordo também a este propósito, face a algumas intervenções que aqui ouvimos hoje, sobre a origem deste problema que Lisboa tem, em matéria de habitação ou de especulação imobiliária, eu gostaria de recordar que nesta Assembleia, não há muito tempo, há uma década atrás, tínhamos diversos debates e nestes debates o que se falava era de desertificação de zonas históricas, o que se falava era de perda de população, o que se falava era de património edificado degradado, o que se falava era de falta de segurança, por não haver vivalma à noite nalgumas zonas de Lisboa, a Baixa de Lisboa era, aliás, o expoente máximo desta situação. -----
----- Mas se existem fenómenos especulação é porque também temos um mercado de habitação que na realidade não o é. O congelamento de rendas durante anos levou à degradação dos prédios e a descapitalização dos seus proprietários, aliás, ainda hoje o Estado Português pratica a solidariedade social à custa dos proprietários privados. -----
----- O que Lisboa precisa para combater este tipo de fenómenos é de Leis claras, que tragam confiança ao arrendamento tradicional e, sobretudo que tragam estabilidade. Enquanto isso não acontecer, os proprietários, legitimamente, optarão sempre por outro tipo de atividades, em detrimento do arrendamento tradicional. -----
----- Infelizmente, temos hoje no país uma maioria de frente de esquerda, que só sabe desfazer o que foi feito, e nem se consegue pôr de acordo, ao fim de três anos, numa política de habitação alternativa. -----
----- A Câmara Municipal, essa, tem casas fechadas, que vão sendo ocupadas conforme vemos sucessivamente na comunicação social. -----
----- O investimento estrangeiro e turismo são bons para o país e são bons para a cidade, saibam os poderes públicos acautelar os seus impactos negativos, e estar à altura dos desafios que se colocam, sem agendas ou preconceitos ideológicos.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)**, no uso da palavra, enquanto moderador, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Chegámos ao fim da nossa 1ª Sessão do Debate “O Impacto do Turismo na
Cidade de Lisboa”, resta-me agradecer a presença dos Oradores Convidados, da
Doutora Vera Gouveia Barros, do Professor Paulo Teixeira de Moraes, do Doutor Luís
Mendes, do Arquiteto Luís Vilhena e de Doutor Vítor Costa. -----
---- Agradecer a presença de todas as entidades convidadas e as intervenções das
mesmas e do público.-----
---- Informar que a 2ª Sessão deste Debate Temático subordinado ao tema “Impacto
Social e Turistificação” realizar-se-á no próximo dia 27 de novembro. -----
---- Agradecer também a presença dos resistentes e das resistentes Colegas Deputados
Municipais. Muito obrigado a todas e a todos.”-----
----- O Moderador, Deputado Municipal Pedro Cegonho, encerrou o Debate Temático,
eram vinte horas e trinta e cinco minutos.-----
----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos
termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade,
na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de
Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos
do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do
n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da
Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro
de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----
-----A PRESIDENTE -----